



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Marcia Sanches Braga Figueira

**Crise do emprego no Brasil e a inclusão produtiva na Política
Nacional de Assistência Social: análise da produção acadêmica do
Serviço Social de 2011 a 2014**

Rio de Janeiro
2016

Marcia Sanches Braga Figueira

**Crise do emprego no Brasil e a inclusão produtiva na Política Nacional de
Assistência Social: análise da produção acadêmica do Serviço Social de 2011 a
2014**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Mônica Maria Torres de Alencar

Rio de Janeiro
2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

F475 Figueira, Marcia Sanchez Braga
Crise do emprego no Brasil e a inclusão produtiva na Política Nacional de Assistência Social: análise da produção acadêmica do Serviço Social de 2011 a 2014 / Marcia Sanchez Braga Figueira. – 2014.
159 f.

Orientadora: Monica Maria Torres de Alencar
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.
Bibliografia.

1. Assistentes sociais –Brasil – 2011-2014 - Teses. 2. Mercado de trabalho – Brasil – 2011-2014 – Teses. 3. Políticas sociais –Brasil - Teses.
I. Alencar, Monica Maria Torres de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 36(81) "2011/2014"

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marcia Sanches Braga Figueira

**Crise do emprego no Brasil e a inclusão produtiva na Política Nacional de
Assistência Social: análise da produção acadêmica do Serviço Social de 2011 a
2014**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 02 de agosto de 2016.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Mônica Maria Torres de Alencar (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof^ª. Dra. Ana Inês Simões Cardoso de Melo
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof^ª. Dra. Elaine Marlova V. Francisco
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof^ª. Dra. Márcia da Conceição Silva
Universidade Veiga de Almeida

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

A Deus, autor da minha fé.
Aos meus pais Orlando P. Braga (*in memoriam*) e
Virginia F. Sanches Braga por me permitirem
este momento.
Aos meus filhos Jessica, Mario Jr e Amanda.

AGRADECIMENTOS

A Deus autor de minha existência.

Obrigada ao meu marido e companheiro por seu amor, paciência e muitos risos. Seu amor me aquece.

Obrigada ao meu filho Mario Junior que tanto amo. Admiro seu humor, irreverência e seu coração humano. Agradeço sua generosidade em ceder o seu quarto nos dias frios.

Obrigada a minha filha Jessica. Não sei como explicar a admiração, respeito e amor que tenho por você. Você, sem dúvida, tem grande responsabilidade por este momento. Ao meu genro David que tanto me alegra e me desafia.

Aos meus filhos Lucas e Gabriel que mesmo longe estão em meu coração e, também, a minha filha Amanda. Vocês ofereceram uma outra existência em minha vida. Amanda e Danilo obrigada pela vida de meu neto Nicolas. Amo todos vocês.

O que escrever sobre minha orientadora Professora Doutora Mônica Maria Torres de Alencar, ou apenas, Mônica como nos faz chamá-la. Obrigada por seus conhecimentos compartilhados, por sua paciência, por sua fala apropriada de sabedoria, humildade, inteligência e compromisso. Obrigada por confiar em mim desde o começo. Obrigada por dividir seu tempo, aliás, por dedicá-lo a mim também. Muito obrigada. Aceite meus agradecimentos transmitidos pelo coração, pois, não sou capaz de expressá-los. Muito obrigada.

As Professoras da Banca Dra. Ana Inês Simões Cardoso de Melo, Dra. Elaine Marlova Venzon Francisco e a Dra. Márcia da Conceição Silva. Muito obrigada pela generosidade, partilha, atenção e esperança. Com certeza, esquecerei vários momentos passados no Mestrado, mas não esquecerei de minha qualificação. Que momento maravilhoso, que privilégio ver pessoas qualificadas e comprometidas discutindo meu projeto e, mais, abrindo caminhos, oferecendo conhecimento para sanar e retirar os empecilhos. Este momento está guardado em meu coração, está marcado em minha alma. Ouvir pessoas capazes e comprometidas com meu projeto já seria suficiente para seguir em frente. Muito obrigada.

Obrigada a Coordenação da Pós Profa Dra Silene de Moraes Freire e a Profa Dra Vania Morales Sierra, bem como à gestão anterior Profa Dra Elaine Rossetti Behring e a Profa Dra Alba Tereza Barroso de Castro. Meus agradecimentos sinceros

aos Professores (as) Doutores (as): Ney Almeida Teixeira, Mônica M.T. Alencar, Alba T. B. Castro, Valeria L. Forti, Elaine Behring, Silene Freire, Isabel Cristina C. Cardoso e Rosangela N. de C. Barbosa. Espero honrá-los em minha caminhada.

A Mestra Elizabeth Salvador que me acompanha desde a graduação e que me incentivou ao Mestrado. Obrigada por me oferecer experiências ricas, confiando a mim seus alunos. Ao Prof. Dr. Guilherme S. de Almeida por ser a pessoa generosa e competente que é, exemplo para mim. Sentirei falta de nossas conversas no corredor da UERJ, obrigada por seu respeito e abraço.

Aos meus pais que dedicaram o melhor de suas vidas, que me ensinaram os preceitos que levo em minha vida. Em alguns momentos, vocês foram a razão para que eu não fraquejasse. As minhas irmãs, Glaucia e Claudia, mulheres honestas, guerreiras, bondosas e dedicadas, amo vocês. Ao meu irmão Lando te amo. Ao meu cunhado Paulo meus agradecimentos por tudo que tem oferecido. Ao cunhado Beto obrigada pelos risos. Mel, você sabe de minha admiração por você.

Agradeço aos meus sobrinhos, cada um com suas características que me fazem pensar que preciso ser uma pessoa melhor: Felipe, por me demonstrar que posso e devo deixar alguns paradigmas, obrigada por me desafiar; a Anna Carolina (minha pretinha), que muito me orgulha em sua vida profissional; a Isabella, pela demonstração que devemos seguir os nossos sonhos, obrigada por fortalecer isso em minha vida; ao Paulinho, por seu humor e inteligência que me desafia e me encanta; ao João meu amorzinho, meu coração vibra por você; a Natália por sua suavidade; ao Tiago que nos encanta e nos proporciona risos e risos; a Maria Clara mil beijos. Amo todas e todos vocês. Sou uma tia muito orgulhosa.

A minha sogra Lucilla (*in memorian*) minha companheira e amada. Saudades sempre. A minha tia Lole, mãe também, não sei se encontrarei outra pessoa tão simples e generosa. Obrigada por seu amor. Obrigada Rodrigo, primo querido, por ser o que você é. Obrigada Gleice e Dalva, primas que tenho muito carinho. Obrigada a todos os demais membros da minha família.

Obrigada a Nininha que no fim de sua vida me fez lembrar o quanto a amava. Aqueles dias ficarão para sempre em meu coração.

A minha sogra Franca Dallari (*in memorian*) obrigada por todos os cafés compartilhados e seu amor. Angela Dallari e Dedeco meu carinho e afeto.

Não poderia deixar de agradecer aos meus sobrinhos e sobrinhas do coração que dedicam seu carinho e atenção a mim. Um beijo com muito amor e afeto ao Allan

que me encanta; a Sabine; ao Rafael que me diverte; a Aline minha admiração; a Gabi, meu orgulho. Amo vocês. A Marcia Silva, companheira de anos, que me ajuda a cuidar de minha família, obrigada por sua amizade, dedicação, respeito e esforço.

O que dizer e como agradecer por minhas queridas amigas e companheiras de mestrado. Este agradecimento é muito especial, mas não sou capaz de apontar as características admiráveis de cada uma. Meu coração guardará vocês. Leticia obrigada por sua companhia, risos e tempo dedicado a mim. Obrigada por sua confiança; Gracyelle (nossa Gracy) como seriam as aulas sem você? Admiração, carinho, generosidade e afeto são palavras que passam em meu coração e dedico a você um forte abraço. Maiara sua força emocional, obrigada por suas conversas e por ser singela; Júlia sua companhia, inteligência e sinceridade me ensinaram muito; Natalia Coelho, sempre desafiadora, te admiro; Natalia Parizzoto obrigada por sua generosidade e dedicação nos desafiando a pensar; Cibele obrigada por sua leveza, garra e abraços sempre sinceros; Débora sua inquietude me impulsiona; Thaisa obrigada por sua leveza, simplicidade e inteligência compartilhada; Mariana obrigada por compartilhar sua sinceridade e inteligência; Paola obrigada por suas intervenções, sempre aprendi com elas; Cila admiro sua discrição e inteligência; Bianca obrigada por sua presença e respeito. Muito obrigada a todas vocês por compartilharem suas vidas, inteligência e conhecimento. Obrigada pela demonstração de humanidade, respeito e carinho. Flávio, Rafael e Fernanda grande abraço. Se a vida não nos permitir mais tanta proximidade, tenho certeza que não nos tirará a alegria em recordar tantos momentos vividos. Muito obrigada.

Obrigada a amiga Kesia, sua força e determinação me impulsionam. Obrigada por seu carinho. As minhas amigas que tanto escutaram sobre minha dissertação: Marcia, Telma e Angel. Nossa amizade tem resistido ao tempo e vocês estão gravadas em meu coração. Obrigada Sandrinha e Elcy por me ouvirem e me darem força; ao Reinaldo e Gilberto obrigada pelo afeto.

Obrigada ao meu companheiro, Aquiles, que tem a melhor parte de meu coração e que dá a mim seu grande amor; ao Teddy Valentin e a Monalisa que demonstram que amar é preciso.

Aos profissionais da área da saúde: a Psicóloga Agnes; o Dr. Sergio Marcelino e a Fisioterapeuta Gheysa Gama, que cuidaram tanto para que me mantivesse forte e confiante.

Não poderia deixar de agradecer Érica, Gil, Thereza, Nanci, Angela, Flávia, Marcia Batista, Elisa, Diana, Tatiane, Ana Célia e Leila. Este grupo, seletivo, que trabalha e luta pelo fortalecimento da Política Nacional de Assistência Social do Município de Duque de Caxias e aos profissionais da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos que me permitiram tantas reflexões. Este trabalho faz parte desse processo.

Obrigada a esta casa, UERJ, através de todos os(as) funcionários(as) da Secretaria da Pós-Graduação e aqueles(las) que vi e que não vi. Obrigada a CAPES pelo incentivo financeiro. Obrigada a todas e todos professoras(es), de todos os ciclos, que se dedicaram e que compartilharam seus conhecimentos.

Obrigada à vida e as pessoas que me ensinam, de forma silenciosa, todos os dias mesmo não sabendo o meu nome e nem eu, os delas. Muito obrigada.

E aprendi que se depende sempre de tanta muita diferente gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas. Toda pessoa é sempre as marcas de outras tantas pessoas. E é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. É tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense que está.

Gonzaguinha - Caminhos do coração

RESUMO

Figueira, Marcia Sanches Braga. *Crise do emprego no Brasil e a inclusão produtiva na Política Nacional de Assistência Social: análise da produção acadêmica do Serviço Social de 2011 a 2014*. 159f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Esta dissertação tem por objetivo analisar a inclusão produtiva, no âmbito da Política de Assistência Social, como estratégia à crise do emprego no Brasil, a partir da produção acadêmica do Serviço Social nos anos de 2011 a 2014, tendo como base a metodologia Estado da Arte. Na produção do Serviço Social brasileiro, certificamos que a inclusão produtiva, através de seus integrantes, ou seja, do empreendedorismo, da economia solidária e dos cursos de qualificação, a partir de uma ideologia política e econômica se personificou de capacidade em resolver a falta de emprego e, assim sendo, se firmou capaz de suprir à sobrevivência do trabalhador. Contudo, apresentamos que, efetivamente, esta estratégia não é suficiente para responder à crise do emprego no Brasil no recorte desta pesquisa. O argumento ideológico e político, de que há outros caminhos, efetivos, para o fenômeno do desemprego, vem se ratificando nos últimos anos no Brasil, como certificamos através do Programa Fome Zero e do Plano Brasil Sem Miséria. Abordamos aspectos sobre os direcionamentos colocados, a partir do desenvolvimento do capital, com incisiva interferência dos interesses políticos, empresariais e dos grandes organismos internacionais que imputaram à classe trabalhadora vários prejuízos em sua organização, a ausência de postos de trabalhos e uma série de circunstâncias que se firmaram a partir da reestruturação produtiva de 1970, acirrada, em 1990, no Brasil. Apontamos alguns elementos sobre o mercado de trabalho brasileiro que se mostrou relevante à compreensão do discurso ideológico, firmado no Brasil, de que todo o trabalhador é responsável em se integrar ao mercado de trabalho e em se manter empregado, com o afastamento e, até mesmo, a ausência do Estado. A Política de Assistência Social sofreu influências peculiares, desde a Constituição Federal do Brasil de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social, de 1993, com a determinação de se tornar responsável pela integração ao mercado de trabalho de seus usuários. Assim, apresentamos alguns aspectos sobre a funcionalidade das políticas sociais e, em especial, no âmbito da Assistência Social que, ao direcionar a classe trabalhadora para a inclusão produtiva, através do empreendedorismo, da economia solidária e dos cursos de qualificação, na realidade, coopera para a adesão dos trabalhadores diminuindo, assim, os conflitos instalados e, sobretudo, o aprofundamento da exploração da mão de obra. Por isso, atentamos sobre o papel dos/das assistentes sociais, para que considerem as políticas sociais de forma crítica, apresentando aos usuários das mesmas, a reflexão que propicie o esclarecimento de que, a inclusão produtiva pode sobrepujar o fenômeno do desemprego, acomoda a população desempregada, bem como, à estagnação dos trabalhadores que sofrem a ameaça do desemprego cotidianamente.

Palavras-chave: Inclusão produtiva. Assistência Social. Mercado de trabalho. Serviço Social.

RESUMEN

Figueira, Marcia Sanches Braga. *Crisis del empleo en Brasil y la inclusión productiva en la Política Nacional de Asistencia Social: análisis de la producción académica de Servicios Sociales 2011-2014*. 159f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Esta tesis tiene como objetivo analizar la inclusión productiva en la política de Asistencia Social como una estrategia para la crisis del empleo en Brasil, basada en la producción académica de Trabajo Social en los años 2011 a 2014. En la producción del Trabajo Social de Brasil, certificamos que la inclusión productiva, a través de sus recursos, es decir, el emprendimiento, la economía solidaria y los cursos de formación, a través de una ideología política y econômica, consiguió hacer frente a la falta de empleo y, por lo tanto, fue efectiva para asegurar la supervivencia del trabajador. Sin embargo, hemos presentado que esta estrategia no es efectiva en contestar a la crisis de empleo en Brasil. El argumento ideológico y político de que hay otras maneras efectivas para hacer frente al problema del desempleo, ha sido ratificado en los últimos años en Brasil, como se certifica a través del Programa Hambre Cero y el Plan Brasil Sin Pobreza. Abordamos prejuicios derivados de los intereses políticos, empresariales y de los principales organismos internacionales que culpan a la clase obrera de falta de organización, de pérdida de puestos de trabajo y de una serie de circunstancias derivadas de la reestructuración productiva de 1970, agravada en 1990 en Brasil. Señalamos algunos elementos del mercado de trabajo brasileño que resultó relevante para la comprensión del discurso ideológico, firmado en Brasil, de que cada empleado es responsable de integrarse en el mercado de trabajo y de conservar su empleo con la eliminación e incluso la ausencia del Estado. La política de Asistencia Social sufrió influencias peculiares desde la Constitución Federal de Brasil 1988 y de la Ley Orgánica de Asistencia Social de 1993, con la determinación de convertirse en responsable de la integración en el mundo del trabajo de sus miembros. Por lo tanto, nos ocupamos de algunos aspectos sobre la funcionalidad de las políticas sociales y, en particular, la Asistencia Social, que al orientar a la clase obrera a la inclusión laboral a través de la iniciativa empresarial, la economía social y los cursos de formación, en verdad trabaja para la adhesión de los trabajadores, reduciendo así los conflictos instalados y, sobre todo, profundiza a la explotación de los trabajadores.

Es por todo ello que resaltamos el papel de las/los trabajadores sociales para que se consideren las políticas sociales de forma crítica, animando a los usuarios de las mismas a una reflexión que propicie el esclarecimiento de que la inclusión productiva no puede superar el problema del desempleo, ayudando así a los trabajadores que sufren cotidianamente la amenaza del desempleo.

Palabras Clave: Inclusión productiva. Asistencia Social. Mercado de trabajo. Trabajo Social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESSUAS	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
ACCC	Association of Canadian Community Colleges
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BSM	Brasil Sem Miséria
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CODFAT	Conselho Deliberativo do FAT
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBQP	Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade
IFFS	Institutos Federais de Ensino Técnico e Tecnológico

IGD-M	Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MEI	Microempreendedores Individuais
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NIS	Número de Identificação Social
NOB/SUAS	Norma de Operação Básica do Sistema Único da Assistência Social
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa do Emprego e Desemprego
PIB	Produto Interno Brasileiro
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional
PME	Pesquisa Mensal do Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAS	Política Nacional de Assistência Social

PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RJ	Rio de Janeiro
PSB	Proteção Social Básica
PT	Partido dos Trabalhadores
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC- RJ	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio de Janeiro
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEST/SENAT	Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETRAB	Secretaria de Estado de Trabalho e Renda
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Taxa de desocupação (%). Regiões Brasil.....	39
Tabela 2 - Desemprego aberto. PEA, 15 anos ou mais. Regiões Metropolitanas.....	46
Gráfico 1 - Desemprego Aberto - PEA, 15 anos ou mais. Região Metropolitana.....	47
Tabela 3 - Assistentes Sociais ocupados. Brasil, 2013.....	97
Tabela 4 - Publicações conforme o conceito “Qualis”. Anos de 2010 a 2011.....	104
Tabela 5 - Publicações conforme o conceito “Qualis”. Anos de 2012 a 2013.....	104
Tabela 6 - Publicações conforme o conceito “Qualis”. Ano de 2014.....	105
Quadro 1 - Publicações para a pesquisa Estado da Arte.....	106
Tabela 7 - Periódicos “Qualis” CAPES. Anos de 2011 a 2014.....	107
Quadro 2 - Síntese das categorias empíricas.....	135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A INCLUSÃO PRODUTIVA NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	22
1.1 Tendência do emprego e desemprego no Brasil: uma retrospectiva histórica a partir do último quartel do século XX	25
1.1.1 <u>Emprego e desemprego no Brasil: uma breve análise</u>	38
1.1.2 <u>Desemprego no Brasil: anos 1998 a 2002</u>	44
1.1.3 <u>Empreendedorismo: uma proposta de inserção produtiva</u>	49
1.2 As políticas de geração e renda no governo Lula – 2003 a 2010	51
1.3 Perspectiva da inclusão produtiva na assistência social	62
1.4 Inclusão produtiva no Plano Brasil Sem Miséria	75
2 ESTADO DA ARTE: A INCLUSÃO PRODUTIVA NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	54
2.1 Considerações metodológicas da pesquisa	98
2.2 A produção acadêmica do Serviço Social acerca do fenômeno do desemprego e a Política de Assistência Social	108
2.2.1 <u>O Serviço Social e a perspectiva da inclusão produtiva</u>	109
2.2.2 <u>A qualificação profissional e o mercado brasileiro: rebatimento no público dos/as assistentes sociais</u>	115
2.3 A Política de Assistência Social no marco do Estado “Neodesenvolvimentista”: a funcionalidade da PNAS/SUAS	123
2.4 A inserção produtiva nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS	129
2.5 Breve síntese das categorias empíricas em comum	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	149

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a produção acadêmica do Serviço Social, em periódicos de circulação nacional, acerca da perspectiva da inclusão produtiva, no âmbito da Política de Assistência Social. A hipótese central é de que a inclusão produtiva é constituída e apresentada como estratégia para responder à crise do emprego no Brasil.

Para realização desta análise, partimos de dois pressupostos: o primeiro, é de que a produção acadêmica do Serviço Social, nos ofereceria suporte teórico para a análise do tema mostrando o desenvolvimento do debate nesta profissão; o segundo, e não menos relevante, é de que seria necessário mostrar algumas faces do mercado de trabalho brasileiro, a partir de uma retrospectiva histórica do último quartel do século XX e as respostas organizadas pelo Estado brasileiro, a fim de colocar a inclusão produtiva como estratégia eficaz contra o desemprego no país.

Na construção do primeiro capítulo, tivemos o propósito de entender a composição do mercado brasileiro e, como ponto de partida, analisamos elementos da reestruturação produtiva da década de 1970, com ênfase na década de 1990, pois, como é confirmado em várias produções, esta década impôs graves impactos na economia e na reprodução social da classe trabalhadora brasileira.

Por conceito de classe trabalhadora nos apoiamos em Antunes e Alves (2004) que afirmam que

a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho, conforme nossa denominação (Antunes, 1995 e 1999) – e que são despossuídos dos meios de produção (Idem, 2004, p. 336).

Julgamos necessário elucidar componentes desse mercado de trabalho que foi forjado, circunstancialmente, pela recomposição do capital no solo de sua crise. Nas últimas décadas do século XX, como impacto direto do desenvolvimento histórico que apresentou limite à expansão do capital e, ainda, se firmou o acirramento da luta de classes, se encontra uma expressão latente da questão social, o desemprego (Alencar 2011).

Os dados do IBGE e DIEESE nos oferecem suporte para o entendimento sobre o movimento não estático das ocupações e desocupações do mercado de trabalho no

Brasil e, dessa forma, apresentamos elementos da discussão de Pochmann (2005). Entendemos que não podemos dissociar desta discussão, as condições que se firmaram, no Brasil, a partir do padrão de acumulação flexível e buscamos em Antunes (2014), Alves (2007; 2014), Harvey (2014), Druck (2011) e Abramides (2003) elementos que nos trouxeram o entendimento referente a este processo.

Não ausentamos desta discussão as características dos trabalhadores, que apresentamos de forma breve, pois, as mesmas estão intimamente ligadas ao processo de desenvolvimento econômico com base no movimento de expansão do capital que a tornou heterogênea, rotativa e de composição diversificada provocando, inclusive, a complexidade de sua análise.

Apresentamos, conceitualmente, a distinção entre a precariedade social e a precarização do trabalho e sinalizamos algumas de suas características. Estes conceitos se mostram relevantes, pois, permitem o entendimento do processo histórico das transformações referentes ao trabalho e à força de trabalho que está diretamente ligado às contradições entre capital e trabalho (ALVES, 2007 e DRUCK, 2011).

O elemento ideológico, fundado pelo Estado, com base nos direcionamentos internacionais e perpetuado pela classe empresarial, levou o mercado de trabalho a firmar a posição de que o trabalhador é responsável por sua inserção produtiva, não importando às condições em que os mesmos seriam subjugados.

Um ponto desta investigação se dedica em responder se a inclusão produtiva, através da geração de renda, da economia solidária, do empreendedorismo e dos cursos de qualificação profissional em geral e dos cursos do PRONATEC, se constitui como uma das respostas à crise do emprego no Brasil. Portanto, uma breve análise do Programa Fome Zero, do governo Lula e do Plano Brasil Sem Miséria, do governo Dilma, apresentando as ações basilares que compõem esses programas, couberam neste capítulo.

Para a confirmação da hipótese sobre a continuidade das formas de imposição ao trabalhador brasileiro, que o torna responsável por sua inclusão produtiva e/ou manutenção no mercado de trabalho, com a ausência do Estado, verificaremos os cursos de qualificação incorporados no Programa Fome Zero e no Plano Brasil Sem Miséria. Mesmo sendo dois Programas com recortes temporais distintos, acreditamos que esta verificação servirá para aprofundar a discussão sobre esta hipótese.

Ainda para compor este capítulo, trazemos a Política Nacional de Assistência Social, com seu percurso histórico, sinalizando o momento conflitivo que se interpôs na afirmação da mesma como política pública, não contributiva e de direitos, alicerçada na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social.

No segundo capítulo, tratamos aspectos a partir da produção do Serviço Social brasileiro, nas revistas conceituadas pela “Qualis CAPES”, nos anos de 2011 a 2014, através do tipo de pesquisa “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”, definida como de caráter bibliográfico Ferreira (2002). Este tipo de pesquisa nos apresentou a possibilidade de apresentar uma discussão tendo como aporte a produção acadêmica do Serviço Social e nos ofereceu o aprofundamento sobre este tema de interesse.

Mesmo com as dificuldades que se apresentaram, as quais julgamos naturais nos processos de pesquisa, que apresentaremos neste segundo capítulo, acreditamos que este trabalho, cujo pilar é o tipo de pesquisa denominada “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”, colaborará como suporte a pesquisadores que pretendam aprofundar este tema usando este recurso metodológico.

A autora, citada acima, afirma que os pesquisadores que se dedicaram ao conhecimento de certo tema, tendo como base esta opção metodológica, se depararam com o conhecimento já produzido anteriormente e, ainda, puderam constatar o que não foi produzido, ou seja, propiciaram esclarecimentos para o aprofundamento do tema a partir deste tipo de procedimento de pesquisa. Dessa forma, acreditamos que esta opção metodológica de estudo será relevante para o aprofundamento do tema pesquisado.

Acreditamos na existência de um discurso ideológico político, formado, a princípio, pelo Estado, que apresenta a inclusão produtiva, através de seus instrumentos, como alternativa para a dificuldade do emprego formal e do trabalho assalariado. Para analisar esta hipótese existem elementos na discussão de Silva (2013) e de Souza (2013).

Assim como no primeiro capítulo, no segundo, também, discutimos sobre os cursos de qualificação trazendo sua funcionalidade, para além, do discurso de retomada de crescimento econômico, de capital e trabalho (AMARAL, 2012). Ou seja, está presente um discurso ideológico, com a intenção de firmar uma hegemonia dominante que tenta neutralizar as contradições de classe, ostentando o argumento de que os cursos de qualificação profissional são impreteríveis à classe trabalhadora.

Nas produções do Serviço Social, que servem de base para a discussão deste capítulo, encontramos distintos elementos sobre os cursos de qualificação que elucidaram nossa discussão.

Nas referidas produções verificamos que, se incorporou aos cursos de qualificação a característica de funcionalidade para os interesses políticos e econômicos. Os cursos de qualificação, sejam os apresentados no governo Lula, como os do governo Dilma, são revestidos desta categoria e da ideologia de que são, não apenas, necessários, senão, fundamentais para a manutenção do emprego e para o enfrentamento do desemprego no Brasil.

Sabemos que a centralidade da Política de Assistência Social se apoia na proteção social. Contudo, o seu avanço está intrinsecamente ligado às demandas vindas do trabalho e que estas mesmas políticas de proteção, de característica compensatória, em favor da circulação da economia, se incorporam com a característica de funcionalidade à acumulação capitalista (AMARAL, 2012); (SILVA, 2013).

Atualmente vemos a continuidade de um discurso político ideológico que massifica a ideia de que o trabalhador deve ter uma atitude positiva, competitiva e de cooperação para que a crise seja superada. Afirmamos que este discurso tem muitas imbricações sobre o trabalhador, sobretudo, na acomodação e neutralização dos conflitos de classe (LESSA, 2011), ou seja, a fragiliza na disputa de suas reivindicações e traz consequências indelévels à organização e à reprodução da classe trabalhadora.

A crise estrutural do capital imprimiu profundas transformações no “mundo do trabalho”¹, significando novas formas de contratações e novas formas de relações sociais e culturais que trouxeram ao cotidiano da prática do trabalho profissional do/a assistente social profundos desafios. A propósito, quando usarmos a expressão “mundo do trabalho” nos pautaremos conceitualmente em Stampa (2012), como veremos no momento oportuno.

É firmado como papel da assistência social, através de seus profissionais, a conformação da classe trabalhadora, em especial a parte sobranete para os interesses do capital. Ainda, é colocado aos mesmos a responsabilidade de convencimento de

¹ Usaremos aspas ao nos referirmos a esta expressão seguindo o modelo de Stampa, 2012.

seus usuários na perspectiva de aceitarem que o trabalho formal, assalariado, estável e protegido não é mais possível e que os usuários, além de se conformarem, devem seguir, inclusive, para outras opções de trabalho e outras formas de contrato de trabalho que não se constituem àquelas protegidas pelas leis trabalhistas.

Dessa forma, a crítica aos diversos programas no escopo da Política de Assistência Social, no debate e na prática dos/das assistentes sociais, é imprescindível para romper com a continuidade do discurso ideológico que impõe a conformação e a culpabilização dos trabalhadores que são sujeitos de intervenção desta categoria profissional.

Afirmamos, que esta pesquisa está sustentada no concreto com suas várias determinações (MARX, 1983) e, assim, a realidade foi observada sob as lentes do método histórico dialético e delineada a partir de um momento histórico concreto em que foram observadas várias contradições. Minayo (2007, p. 16), afirma que “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”.

Então, esclarecemos que este objeto surgiu a partir das observações, preocupações e indagações verificadas no trabalho profissional da pesquisadora, cuja inserção, esteve presente no âmbito da Política de Assistência Social, ou seja, esta pesquisa foi pensada a partir de um problema de vida prática da pesquisadora que se tornou num problema de ordem intelectual.

Como o Serviço Social é uma profissão forjada no desenvolvimento da sociedade capitalista e o solo de intervenção de seus profissionais é constituído de elementos incorporados à questão social, entendemos que esta pesquisa contribuirá para o amadurecimento da profissão que, também, é dinâmica e que encontra em sua materialização desafios para responder ao seu público de intervenção.

Ou seja, buscamos apreender o que o Serviço Social, através de sua produção científica, tem deixado como elementos de cooperação para o debate dos/as assistentes sociais, e mais, para o seu trabalho junto à população representada, incisivamente, pelo afastamento das possibilidades de trabalho e cuja inserção no mercado de trabalho, agravada pelo padrão de acumulação flexível, se dá com formas de regulamentação fragilizada, com contratos terceirizados, com subcontratos, *par -time* e, de forma mais grave, sem a formalização e sem a proteção previdenciária.

Acreditamos que os dados e as reflexões apresentadas nesta pesquisa contribuirão criticamente na materialização da prática profissional dos/das assistentes sociais e demais pesquisadores com interesse neste tema. Reconhecemos que não fomos capazes de verificar por completo a totalidade do objeto e que não temos condições de colocar como conclusivas nossas considerações sobre o tema, pois, entendemos que a realidade social é dinâmica e complexa (DESLANDES, 2007).

Contudo, ressaltamos a relevância desta pesquisa, pois, acreditamos em seu impacto no debate do Serviço Social, com singularidade, no debate das/os assistentes sociais que em seu trabalho executam diversas políticas sociais, em especial para aquelas(les) que se encontram inseridas(os) no campo da Política de Assistência Social.

1 A INCLUSÃO PRODUTIVA NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas considerações acerca da proposta de inclusão produtiva que é apontada como uma das estratégias para a erradicação da extrema pobreza no Brasil, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria – PBSM; ou BSM. A inclusão produtiva, através dos cursos de qualificação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, do empreendedorismo e da economia solidaria parece ter se revestido como alternativa à crise do emprego no Brasil, principalmente, mas não unicamente, a partir do ano de 2011.

Para analisarmos estes mecanismos de estratégia à crise do emprego no Brasil, apresentamos algumas características do mercado de trabalho no Brasil, recorrendo a períodos anteriores ao PBSM, pois, entendemos que são ocorrências significativas, a partir das reestruturações produtivas dos anos de 1970 e de 1990, que nos permitem esclarecer alguns aspectos sobre a mesma. Então, apresentamos elementos destas décadas e, também, dos anos 2000, até chegar o governo Lula em 2003 e, finalmente, apresentamos o Brasil Sem Miséria, no governo Dilma em 2011, pois, acreditamos que desta forma entenderíamos mais profundamente os elementos que fazem parte desta discussão.

A tendência do PBSM com base na inclusão produtiva é de inferir que os trabalhadores desempregados terão condições de se (re) inserirem no mercado de trabalho. Assim, observamos a responsabilidade imposta aos trabalhadores para que estejam sempre atentos e disponíveis ao que se pode apresentar como possibilidade de trabalho e, logo, como possibilidade de enfrentamento à insegurança na manutenção do emprego.

De certo, o que se verifica é o estímulo para que o trabalhador garanta sua reprodução de forma quase heroica e, ainda, tendo o agravante da desresponsabilização do Estado em garantir tal condição. Esta condição se apresenta a partir das imposições do modo de produção capitalista ao longo do tempo histórico que trouxe graves alterações e novas configurações ao “mundo do trabalho”. Quanto a expressão “mundo do trabalho”, a mesma

se refere aos processos sociais que vêm levando às mais diversas formas sociais e técnicas de organização do trabalho desde o fim do século XX e neste início do século XXI, pautando-se na submissão cada vez maior do processo de trabalho e da produção aos movimentos do capital em todo o mundo, compreendendo a questão social e o movimento da classe trabalhadora (STAMPA, 2012. P.36).

Como interesse central, discutimos a inclusão produtiva no âmbito da Política Nacional de Assistência Social. Apresentamos então, um percurso histórico que contará com a promulgação da assistência social como uma política pública e o seu chamamento, por parte da base governamental, para que o trabalho com seus usuários na perspectiva da inclusão produtiva com a criação do PRONATEC, seja efetivado em seus equipamentos.

Focamos a Política Nacional de Assistência Social, partindo de sua trajetória um pouco antes da promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988. Não poderíamos deixar de contemplar, mesmo de forma abreviada, o contexto que se apresentava naquele momento que levou a assistência social à condição de política pública de caráter universal e a estruturação de novas bases para a construção das políticas sociais brasileiras.

Para a compreensão sobre a inclusão produtiva no âmbito da assistência social, abordamos o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que traz o direcionamento para execução dos serviços nos equipamentos públicos, e neste trabalho, de forma especial, os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. Apresentamos de forma sucinta o contexto social de algumas décadas que antecederam o Plano Brasil Sem Miséria, pois, entendemos que, atualmente, o que se apresenta vem recheado de investidas ideológicas que se somam com o movimento da história do processo de acumulação do capital.

Não poderíamos deixar de apresentar algumas considerações sobre a situação do trabalhador agravada a partir da composição do capital com a crise do regime de produção fordista para a instituição do regime de produção de base toyotista e com seu acirramento na crise do capital global de 2007-2008. Ou seja, as transformações nas relações, na organização e na gestão do trabalho que se firmaram nestes períodos e que são aspectos importantes de discussão.

A hipótese de que a inclusão produtiva, através de alguns instrumentos, é considerada uma das respostas à crise do emprego, nos moveu a apresentar certos direcionamentos que incorporaram os governos Lula e Dilma nesta perspectiva e, por

isso, antes mesmo de introduzir o Plano Brasil Sem Miséria apresentamos o Programa Fome Zero, para apontar o momento anterior das políticas de geração de renda e estabelecer os devidos argumentos que oferecessem base para a discussão desta hipótese.

Apresentamos algumas estratégias, com incidência na base governamental, através de seus programas, que trouxeram responsabilidades à classe trabalhadora para além de sua reprodução social e com a característica peculiar, a desresponsabilização do Estado frente às necessidades desta classe. Não poderíamos deixar de apresentar algumas características da classe trabalhadora que se conformou diante das investidas do capital, afetada, também, pelos direcionamentos globais do capital financeiro e das respostas às crises capitalistas.

O Plano Brasil Sem Miséria, que separamos um item específico para sua apresentação, reforçou a ideologia que já se encontrava não apenas no Brasil, senão internacionalmente, que indica e impõe aos trabalhadores a responsabilidade de se manterem sempre qualificados para o mercado de trabalho, de estarem dispostos aos novos empregos formais ou, ainda, irem para a categoria de autônomos e de empreendedores, obviamente, com o agravante do afastamento do Estado.

Discutimos com a certeza de que não esgotamos o assunto, algumas características do emprego e desemprego no Brasil, acrescentando, ainda, algumas informações sobre algumas regiões metropolitanas, pois são dados apresentados com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, que favorecem a compreensão sobre o mercado de trabalho que é constituído de certa complexidade.

A intenção foi trazer algumas reflexões, com base em certos recortes temporais, sobre a ideologia imposta ao trabalhador que se vê aviltado pelos movimentos contraditórios do capital que o empurra, cada vez mais, à sobrevivência solitária, com a presença fragilizada do Estado e as formas de proteção à classe trabalhadora que se encontram desgastadas com o atual regime de acumulação flexível.

1.1 Tendência do emprego e desemprego no Brasil: uma retrospectiva histórica a partir do último quartel do século XX.

Apesar do tema sobre a reestruturação produtiva do capital, das décadas de 1970/1990, já ter sido explorado nas ciências sociais e, logo, no Serviço Social, tomamos este ponto de partida, para chegarmos ao recorte temporal da pesquisa, ou seja, os anos de 2011 a 2014. A reestruturação produtiva dos anos de 1990, muito afetou o Brasil e forjou o terreno para as mudanças estruturais da economia que no decorrer das décadas deixaram marcas indiscutíveis à classe trabalhadora ou a classe que vive do trabalho (ANTUNES, 1999), por isso, não podemos deixar de abordar este momento histórico e de apresentar a reestruturação da década de 1970 instalada com a crise do padrão fordista de produção.

As perspectivas apresentadas aos trabalhadores no decurso dos anos de 1990 aos anos 2000 nos fazem pensar sobre como se apresenta o desemprego no Brasil nos dias atuais. Portanto, este recorte temporal, que se trata dos anos que antecederam o Plano Brasil Sem Miséria, nos remontam ao pressuposto de que os acontecimentos se prolongam e se aprofundam no percurso da história e que alguns fatos atuais, são decorrentes do desenvolvimento da expansão do capital que levou prejuízo à classe trabalhadora.

Como já dissemos, traremos a discussão sobre a reestruturação produtiva da década de 1970, ainda que de forma breve, apresentando elementos da história como movimento inicial desta argumentação.

Nas décadas iniciais de 1900, o fordismo representava o modo de produção do capital incorporado, primeiramente, nos Estados Unidos da América, através de Henry Ford e consolidado internacionalmente no pós II Guerra. Ford aplicou em seu modelo conceitos da Administração Científica de Frederick Winslow Taylor que se baseava na aplicação de método científico na administração com o propósito de diminuir o tempo da produção com o aumento da produtividade. Este padrão de produção ficou conhecido como fordismo/taylorismo.

O fordismo se estabeleceu de forma complexa num percurso de aproximadamente 50 anos e no bojo deste processo, esteve presente decisões e estratégias corporativas, estatais e institucionais, sendo algumas dessas decisões

formalizadas a partir da própria necessidade de se responder às crises do capitalismo que se firmaram, em especial, nos anos de 1930 com a Grande Depressão².

Uma das características singulares de Ford, de acordo com Harvey (2014, p. 121),

era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

No fordismo/taylorismo grande parte da produção era realizada na própria fábrica, onde havia uma estrutura verticalizada e composta por uma classe operária tradicional. Estes trabalhadores eram colocados sob o forte regime de supervisão, presos a tarefas repetitivas e organizadas de forma fixa e uma característica muito conhecida, era a produção em massa sob a lógica do consumo em massa (COLIN, 2011; HARVEY, 2014).

Vale destacar, que os processos de reestruturação produtiva decorridos no desenvolvimento histórico foram capazes de interferir diretamente na organização e nas relações do “mundo do trabalho” e a reestruturação produtiva que se firmou sob as bases do padrão de produção fordista-taylorista, não ficou à parte desta conformação. Destarte,

o fordismo e taylorismo foram as principais ideologias orgânicas da produção capitalista no século XX, tornando-se “modelos produtivos” do processo de racionalização do trabalho capitalista no século passado. A introdução dos novos “modelos produtivos” foi lenta, desigual e combinada, percorrendo a maior parte do século XX (ALVES, 2014, p. 156).

A consolidação do regime de acumulação fordista ou sua “maturidade”, se conformou após a década de 1945 e propiciou as bases para um período de expansão pós-guerra em que nos países capitalistas avançados se verificou relativo crescimento econômico. Com a aliança do fordismo às orientações do keynesianismo, o “capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas” (HARVEY, 2014, p. 125).

² A Grande Depressão refere-se a grave crise econômica que teve início em 1929 com o agravamento em 1930. Seu início se deu nos Estados Unidos e abarcou vários países, sendo considerada como o pior período de recessão econômica do século XX. Cf: HOBBSBAWM, E. J. Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991. 2ª ed. Companhia das Letras São Paulo, 1995.

A crise propiciou processos de reorganização produtiva, redefiniu as relações de produção e colocou novas formas de reestruturação institucional na perspectiva do conflito de classe, ou seja, a crise “é elemento de destruição e de construção do próprio sistema” (SOUZA, 2011, p. 16). Portanto, a crise do capital se torna necessariamente um instrumento ao desenvolvimento do capital, já que nesses momentos ocorrem as rupturas que permitem a conservação das bases de acumulação.

A crise do padrão de acumulação fordista/taylorista, que se apresentou no fim dos anos de 1960 e início da década de 1970, não foi diferente desta composição e permitiu ao capital um intenso processo de reestruturação produtiva que recuperasse o ciclo produtivo. A mesma teve sua base no esgotamento do padrão rígido de acumulação representado na organização produtiva de cunho fordismo/taylorismo e no modelo de regulação social do Estado de Bem-Estar Social *Welfare State*.

Este padrão de desenvolvimento das forças e das relações produtivas, que se consolidou no pós II Guerra Mundial, juntamente com o grande avanço tecnológico e com as conquistas das classes trabalhadoras, significou, efetivamente e objetivamente, o avanço do capital mundial na busca de reestruturar suas bases de acumulação. O capital para se reorganizar frente aos limites de sua expansão e do acirramento da luta de classes, trava vários movimentos para dar prosseguimento à busca de sua hegemonia política e da superexploração da força de trabalho. Busca, então, introduzir novas formas de produção, com intuito, inclusive, de mediar o conflito capital/trabalho.

Os anos de 1970 e de 1980 foram momentos intensos de mudanças políticas, sociais e de reestruturação econômica. Essas transformações e incertezas que se apresentaram levaram novos aspectos para a organização social, política e industrial que “podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta” (HARVEY, 2014, p. 140).

Certos problemas no padrão fordista de base keynesiana, que ocorreram entre 1965 a 1973, foram condicionantes para que se firmasse a necessidade da configuração de um novo padrão de produção, que a grosso modo citamos: a rigidez do mercado na forma de contrato e de alocação da mão de obra, os agudos problemas nas relações trabalhistas, inclusive, com as severas críticas ao trabalho

rotinizado e desumanizado, as intensificações dos períodos de greve, a crise mundial no mercado imobiliário, o avanço das transformações de base tecnológica, o embargo Árabe às exportações de petróleo para o Ocidente e, sobretudo, a crise do petróleo etc. (SOUZA, 2011; HARVEY, 2014).

Tais acontecimentos expuseram a fragilidade que se apresentava naquele momento com as políticas Keynesianas aliadas ao padrão de organização fordista em responder positivamente ao que se apresentava, inclusive, colocando em xeque a necessidade de um Estado forte que se colocava através desta política para a generalização deste padrão de produção.

O esgotamento desse modelo de desenvolvimento fundado no pós II Guerra Mundial, somado ao acúmulo de inovações tecnológicas no campo da microeletrônica e da informática e ao avanço das conquistas políticas da própria classe trabalhadora, constituíram as condições objetivas que condicionaram a empreitada do capital no nível mundial para recompor suas bases de acumulação [...]. (SOUZA, 2011, p.21).

Como consequência desta crise houve a imposição de mudanças no papel do Estado, redefinindo seu controle regulador e apresentando uma forma de relações interpessoais, de trabalho e de mercado baseadas no individualismo, na responsabilidade individual, no trabalho em equipe e na competitividade. O regime de acumulação flexível, composto com características basilares da mundialização do capital, introduziu novas transformações que interferiram no padrão de reprodução social e de vida em âmbito mundial.

A expressão política dessa recomposição do capital se consubstancia em uma verdadeira redefinição do papel do Estado e no fomento de uma “nova” cultura cidadã fundada no individualismo e na competitividade, regulada pela lógica mercadológica, compondo a formação de um novo bloco histórico, um novo industrialismo, um novo tipo de metabolismo do capital (SOUZA, 2011, p.21).

A partir deste cenário de pressão econômica, política e social, se firma a ideologia do livre mercado, ou seja, o mercado auto regulável com a imposição de mudanças nas dimensões do Estado. Então, é firmado um Estado descentralizado com suas ações de controle e de intervenção reduzidas e afetadas pelos padrões internacionais de mercado e as imposições claras para a firmação de processos de terceirização nas relações contratuais de trabalho e, ainda, a instalação dos processos de privatizações em alguns setores.

A instabilidade econômica da década de 1970 e o andamento da fábrica Toyota, no Japão, com seu padrão de produção que lhe garantia sucesso na

concorrência mundial, cooperaram com as bases para a disseminação universal do padrão de acumulação flexível. Esta nova composição do capital trouxe graves consequências à classe operária, pois, impôs a desregulamentação de relações e de contratos de trabalho e levou os trabalhadores ao afastamento da estrutura do emprego formal, indo na contramão das conquistas realizadas através de pressões da classe trabalhadora nas décadas anteriores.

Este processo histórico, conhecido por Toyotismo ou de acordo com Harvey (2014, p.140) “acumulação flexível”, foi muito intenso na Europa, nos EUA, na Europa Ocidental e no Japão impondo profundos agravos à organização do trabalho e, por conseguinte, afetou, profundamente, a organização e a luta da classe trabalhadora.

O padrão de acumulação flexível se firmou com a tentativa de superar a crise mundial do petróleo e de superar a tendência na queda da taxa de lucro a partir de 1970. Harvey define a acumulação flexível como um padrão que

se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2014, p. 140).

Este padrão precedeu ao regime fordista e suas consequências foram nefastas à classe trabalhadora, pois fragilizou a condição do assalariamento existente no período do fordismo e transformou as relações de gestão da organização do trabalho a nível mundial, trazendo ao trabalhador a condição instável de assalariamento e de inserção no mercado de trabalho. Impôs a reformulação de políticas trabalhistas com tendência à diminuição da remuneração da mão de obra e a desregulação do mercado, entre outras consequências que vêm agravando com o desenvolvimento histórico do capital que busca, sempre, a superação de suas crises.

Em réplica a esses fatos, o capital busca alternativas para retomar seus níveis de acumulação, que se expressam em novas formas de gestão e controle do trabalho, e obtêm a ampliação da exploração da força de trabalho, pela mais-valia relativa (inovação tecnológica) e pela mais-valia absoluta (ampliação do ritmo de trabalho (ABRAMIDES, 2003, p. 3).

O padrão de acumulação flexível traz um novo significado às relações sociais e à organização de gestão do trabalho tendo como base a “flexibilização”³ dos

³ Entendemos esta expressão como elemento condicionante do padrão de acumulação flexível que impõe ao trabalhador a precariedade das condições de trabalho. Cf Pedrosa (2007) e Druck (2011).

processos de organização e de gestão do trabalho, trazem a precariedade nas condições de trabalho com o aumento e a intensificação da jornada de trabalho, e, ainda, impõe maior exploração e de controle sobre os trabalhadores.

Ocorre, então, mudanças nas formas de produção, nas formas de gestão e organização do trabalho caracterizando, ainda, a posição diferenciada e distanciada do Estado que passa por novas redefinições. Conforme Druck (2011, p. 42) ocorreu

uma evolução da esfera financeira, que passou a determinar todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as práticas produtivas e os modos de gestão do trabalho, apoiada centralmente numa nova configuração do Estado, que passa a desempenhar um papel cada vez mais de “gestor dos negócios da burguesia” (grifos da autora).

Por certo, este modo de desenvolvimento do capital não refutou, de forma radical, os parâmetros do sistema anterior, senão, se consubstanciou com certas características do mesmo. Ou seja, este padrão que representa um novo momento do desenvolvimento histórico capitalista, numa “conjuntura histórica – da acumulação flexível, de um regime político sustentado na estratégia da precarização” supõe a precarização do trabalho e da vida social (IDEM, 2011, p.44).

A década de 1990, que no Brasil representa o momento de firmação deste regime de acumulação foi, sem dúvida, um divisor de águas no desenho da organização do trabalho a partir das novas exigências de recomposição das bases do capital mundial de desenho taylorista/fordista, dominante no século XX. Com as mudanças ocorridas, no Brasil, a partir da adoção das políticas macroeconômicas e de reinserção internacional, ocorreu a fragilização do estatuto do trabalho em conjunto com a precarização das ocupações.

Nesta fase de mundialização do capital novas modalidades de trabalho na indústria, agricultura e nos serviços se apresentam compondo as características deste padrão que incorpora, de certa forma, como já dissemos, padrões do sistema anterior. O “desenvolvimento do toyotismo é desigual e combinado, articulando-se com as formas de racionalizações pretéritas do capital, como o taylorismo e fordismo” (ALVES, 2007, p. 189).

Ou seja, este novo padrão de produção não rompeu, definitivamente, com as bases do regime anterior, mas trouxe traços bem distintos. O que se apresenta é um movimento contraditório de conformar o velho com o novo e acrescentar medidas

mais agressivas para o equilíbrio do ciclo de produção e de reproduzir formas mais profundas de subsunção real do trabalho ao capital.

O toyotismo não se constitui como “modelo puro” de organização da produção capitalista. Pelo contrário, em seu desenvolvimento complexo, tende a articular-se (e mesclar-se) com formas pretéritas de racionalização do trabalho (como o fordismo-taylorismo), momentos não-predominantes do novo regime de acumulação flexível (ALVES, 2007, p.161).

Iamamoto (2012), ao se referir sobre as desigualdades que incorporam o processo de desenvolvimento econômico do Brasil, também afirma sobre o “moderno” que se firma nas entranhas do “arcaico” e recompõe elementos de construção social da história brasileira.

As marcas históricas persistentes, ao serem atualizadas, repõem-se, modificadas, ante as inéditas condições históricas presentes, ao mesmo tempo em que imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos. O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente (IDEM, 2012, p. 128).

Em sua composição geral o padrão de acumulação flexível “articula um conjunto de elementos de *continuidade e descontinuidade*⁴, que acabam por conformar algo relativamente novo e bastante distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação” (ANTUNES, 2014, p. 14). O toyotismo se apresenta não somente como uma forma de gestão de trabalho e de uma nova lógica da produção, conseguiu, ainda, aprofundar o desmonte das regulações trabalhistas e fragilizar a organização do trabalhador de forma universal.

Apesar de o toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho do taylorismo/fordismo, o que implica considera-lo uma continuidade com respeito a ambos, ele tenderia, em contrapartida, a surgir como um controle do *elemento subjetivo* da produção capitalista que estaria posto no interior de uma *nova subsunção real* do trabalho ao capital- o que seria uma descontinuidade com relação ao taylorismo/fordismo (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 346- grifos dos autores).

Dessa forma entendemos como os elementos pertencentes ao padrão de acumulação flexível são complexos e atingem a dinâmica da sociedade de base capitalista. Este padrão de produção que se estendeu e acirrou suas formas perversas com a crise do capital global de 2007-2008⁵, trouxe elementos duradouros

⁴ Grifos do autor.

⁵ Lembramos que a tendência de recuperação das taxas de emprego, diminuição do desemprego e o aumento do emprego com carteira assinada que se apresentou no início dos anos 2000, retrocedeu com a crise de 2007-2008. Cf. Druck, 2011.

e que possuem a capacidade de aviltar o trabalhador, interferindo em sua reprodução social⁶

e do trabalho vivo.

Ao utilizarmos o conceito de toyotismo, queremos dar-lhe uma significação particular, delimitando alguns de seus aspectos essenciais e contingentes. São tais aspectos do toyotismo, isto é, seus protocolos organizacionais (e institucionais), voltados para realizar uma nova “captura” da subjetividade operária pela lógica do capital, que possuem um valor heurístico, capaz de esclarecer seu verdadeiro significado nas novas condições do capitalismo global (ALVES, 2007, p.162).

Portanto, relevantes transformações ocorreram no processo de organização do trabalho no último quartel do século XX e uma nova estrutura da Divisão Internacional do Trabalho se apresenta a partir do aumento mundial do excedente estrutural de mão de obra. A crise do capital investe para sua reorganização e hegemonia e o que se conforma é um cenário que imprime maior concentração de riqueza, aprofundamento da pobreza nos países pobres, rebaixamento dos salários, a desestruturação do mercado de trabalho, a precarização nos processos de organização do trabalho, a exploração laboral e o aumento do desemprego (Pochmann, 2005).

O aprofundamento do desemprego nas últimas décadas do século passado ocorreu em um momento de crise do capital. Nesse contexto, de limite à expansão do capital e de acirramento da luta de classes, o capital procurou restabelecer a sua hegemonia econômica e política articulando uma saída que necessariamente vem passando pela desvalorização e superexploração do trabalho (ALENCAR, 2011, p.97).

O processo de precarização do trabalho vivo e de precariedade social se constituem determinantes ao modo de produção capitalista que coloca condições precárias de trabalho e de emprego, ao mesmo tempo que provoca o medo constante do desemprego para o trabalhador com o aprofundamento da exploração do mesmo. Apresentamos a seguir, alguns elementos sobre a precarização do trabalho, a partir das considerações de Druck (2011) e Alves (2007).

Druck (2011), referindo-se ao padrão de acumulação flexível, contrário ao padrão de sociedade do pleno emprego, apresenta a seguinte afirmação:

Trata-se, segundo Castel (1998), da precarização do trabalho como elemento central da nova dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, criando uma nova condição de vulnerabilidade social: um processo social que modifica as

⁶ Cf. Alves, 2007 e Alves, 2014, pois, apresenta vários elementos sobre a “captura da subjetividade” do trabalho vivo.

condições do assalariamento (estável) anteriormente hegemônico no período da chamada sociedade salarial ou fordista. A perda do emprego ou a perda da condição de uma inserção estável no emprego cria uma condição de insegurança e de um modo de vida precários, nos planos objetivo e subjetivo, fazendo desenvolver a ruptura dos laços e vínculos, tornando-os vulneráveis e sob uma condição social fragilizada, ou de “desfilização” social (Druck, 2011, p. 43).

Com este padrão de produção de acumulação flexível o trabalho, em âmbito mundial, incorpora uma configuração predominante de precarização social que no Brasil, não foi diferente. Druck (2011)⁷ apresenta alguns tipos de precarização que estão presentes na sociedade brasileira: a) a precarização do trabalho com suas formas de inserção e desigualdades sociais; b) a intensificação do trabalho e terceirização; c) precarização social, com base na insegurança e saúde no trabalho; d) a precarização social pela perda das identidades individual e coletiva; e) a precarização do trabalho através da fragilização da organização dos trabalhadores; f) a precarização do trabalho através da condenação e do descarte do Direito do Trabalho.

Apresentamos, de forma breve, duas formas de precarização social do trabalho aludidas na referida produção que mais nos interessam para este trabalho, não obstante as demais, também, oferecerem elementos relevantes. A primeira forma se refere a precarização do trabalho concernente a inserção e a desigualdade social. O mercado de trabalho com a imposição das formas de mercantilização se tornou heterogêneo e segmentado e, como se não bastasse, a inserção no mercado de trabalho se conformou através de vários tipos de contrato de trabalho com características que traduzem a desproteção e a presença da precarização social nas ocupações.

A autora apresenta a conjuntura do mercado de trabalho brasileiro, que nos anos de 2001 a 2009 foi marcado, em síntese, sob a forma de altos índices do desemprego, pelo aumento de trabalhadores sem carteira assinada, sem proteção social e com formas de discriminação no mercado de trabalho, principalmente, relacionado às mulheres, jovens e negros.

Outra forma de precarização social é representada pela intensificação do trabalho e pela terceirização, estão presentes as “metas inalcançáveis”, a

⁷ Esta tipologia da precarização foi elaborada, anteriormente por Franco e Druck (2009) e, conforme a própria autora, foi retomada para apoiar esta discussão (DRUCK 2011, p.46 - 50).

“polivalência” e a “ extensão da jornada de trabalho” (DRUCK, 2011, p. 48). As condições precárias estão ancoradas

na gestão pelo medo, na discriminação criada pela terceirização, que tem se propagado de forma epidêmica e nas formas de abuso de poder, através do assédio moral [...](DRUCK, 2011, p.48).

A precarização social e do trabalho se apresenta sob várias formas e circunstâncias atreladas na base do modo de produção capitalista que, no tempo histórico, se perfaz de várias alternativas para superar as próprias crises que se apresentam. A terceirização é um elemento crucial neste desenho econômico, social, de governo que se instala neste período histórico como forma de contratação, de gestão e de organização do trabalho. A mesma é elucidada

pelo ambiente comandado pela lógica da acumulação financeira que, no âmbito do processo de trabalho, das condições de trabalho e do mercado de trabalho, exige total flexibilidade em todos os níveis, instituindo um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação entre capital e trabalho em todas as suas dimensões (IDEM, 2011, p.49).

Ainda na perspectiva da precarização do trabalho e precariedade social nos apoiamos em Alves (2007) e apresentamos alguns elementos para a discussão. O autor apresenta formas constitutivas peculiares e distintas entre estas categorias⁸ que vemos a seguir.

A precariedade social é uma condição que atinge a todos os que não possuem as condições objetivas e subjetivas de reprodução da vida social e sua característica principal é o sistema de trabalho assalariado na sociedade burguesa. A precariedade afeta, diretamente, o trabalho vivo impondo ao mesmo à condição de mercadoria.

A precariedade do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social (ALVES, 2007, p.113).

A precarização do trabalho é um processo histórico intrinsecamente ligado à luta de classes dos trabalhadores e se constitui pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho. A mesma se conforma pelo aumento da exploração do trabalhador, pela fragilização dos processos coletivos de trabalho e pelo aumento do desemprego.

As características atuais da precarização do trabalho são peculiares e distintas às apresentadas anteriormente e, dessa forma, podemos observá-las como um

⁸ Para o aprofundamento destas categorias, cf. em: Alves. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho (2007).

processo histórico que está atrelado ao movimento contraditório das fases de desenvolvimento do capitalismo e do desenvolvimento da luta dos trabalhadores, ou seja, possui como característica basilar a contradição capital/trabalho.

O que chamamos de processo de precarização do trabalho é o processo de diluição (ou supressão) dos obstáculos constituídos pela luta de classe à voracidade do capital no decorrer do século XX. É a explicitação da precariedade como condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. A precarização possui um sentido de perda de direitos acumulados no decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados (ALVES, 2007, p. 114).

O Brasil, como já dissemos, não ficou à margem de todo este processo de transformação econômica, política e social que se conformou globalmente e que continua em mutação no desenvolvimento da nova fase do modo de produção capitalista contemporâneo. A década de 1990 foi um marco para o país na introdução de alterações conjunturais e estruturais que já estavam ocorrendo no cenário internacional.

Assim, no Brasil, esteve presente dentre outras consequências do padrão de acumulação flexível de base neoliberal, um alto índice de desemprego estrutural, o desmonte da proteção social, a “flexibilização” dos contratos de trabalho, a intensificação da valorização do capital e da precarização do trabalho que se caracteriza pela fragilização do processo de luta dos trabalhadores e, ainda, a precarização social que impõe à força de trabalho a característica de mercadoria.

As transformações no cenário mundial, desde as últimas décadas do século XIX, acentuadas no século XX e início do século XXI, trouxeram ao mercado de trabalho brasileiro a intensificação da incorporação de novas tecnologias, aprofundando a diminuição de postos de trabalho, impuseram pressões ao achatamento dos salários, colocaram a instabilidade do emprego e a ameaça do desemprego de forma mais latente.

Pochmann (2005), em sua discussão sobre emprego e desemprego, com base em dados do IBGE- PME, do DIEESE- PED e do SINE – Ceará afirma que a partir dos anos de 1990, houve um significativo aumento do desemprego no Brasil e que este fenômeno não se verifica, apenas, em alguns segmentos específicos, ou seja, ocorreu a ampliação do desemprego em parte da população economicamente ativa indicando assim, a mudança no perfil de desemprego.

Apesar das diferenças metodológicas utilizadas na apuração dos trabalhadores sem ocupação, percebe-se que as várias taxas de desemprego existentes no país apresentam-se, atualmente, muito superiores às registradas no final dos anos 80. A presença de altas taxas de desemprego nos anos 90, em todas as regiões geográficas, não deixa de confirmar a existência de um fenômeno de massa (POCHMANN, 2005, p.102).

O comportamento do mercado de trabalho brasileiro se apresenta de acordo com as imposições advindas do cenário mundial que levam à desregulamentação e desestruturação das relações trabalhistas, forçam a presença incisiva da nova gestão e organização do trabalho com o aumento das terceirizações, dos contratos temporários, aprofundam a instabilidade do emprego e a ênfase no rebaixamento dos salários, ratificando as tendências históricas da face do emprego e do desemprego no país.

No Brasil, o desemprego é aprofundado no quadro do ajuste estrutural da economia, da crise do Estado desenvolvimentista que levou ao abandono das políticas voltadas para o crescimento econômico e de um projeto de desenvolvimento econômico comprometido com os níveis de emprego. As alterações na economia do país e os processos de reforma do Estado, sob a lógica da mundialização do capital, ao mesmo tempo em que instaurou novas condições para a dinâmica da sociedade brasileira, aprofundou o histórico padrão excludente e concentrador de riqueza do desenvolvimento econômico do país, cuja herança tem sido o excedente de força de trabalho, as disparidades salariais e a “informalidade” (ALENCAR, 2005, p.15).

Não podemos desconsiderar também, o discurso ideológico aprofundado no Brasil, desde a década de 1990, que diante da crise do emprego que se instalara, trouxe para o empregado a responsabilidade de se manter qualificado para o trabalho e, ainda, o empreendedorismo com base nas pequenas unidades econômicas, como resposta ao desemprego, fazendo com que parte desses desempregados se tornasse trabalhadores por conta própria.

Observa-se, portanto, à instauração de um arcabouço político e ideológico que transfere da esfera econômica e política para a esfera privada, a responsabilidade pela inserção produtiva. Hoje ganha força a ideia de que o trabalhador é o responsável pela sua inserção produtiva, por dispor ou não do conjunto de competências e atributos exigidos pelo mercado de trabalho. (ALENCAR, 2005, p.146).

Como desejamos considerar os períodos anteriores ao ano de 2011, como já apontado, trazemos algumas considerações do período de 2007- 2008, pois, corresponde ao período da recente crise global que propiciou “a corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, de matriz tayloriano-fordista, que foi dominante ao longo do século XX” (ANTUNES, 2014, p. 13), ou seja, intensificou o

que já estava presente, a terceirização, a informalidade e a precarização do trabalho com a diminuição do trabalho regulamentado e o aumento de diferentes formas de trabalho.

No âmbito do processo da organização do trabalho se confirma a presença da forma de gestão apoiada na terceirização e, a partir da crise global, se torna uma prática central que se proliferou atingindo vários segmentos do mercado interno do país. Ocorre a ratificação da força de trabalho como mercadoria pelo capital que subordina os trabalhadores à lógica da flexibilidade, com a impressão de que os trabalhadores são descartáveis, levando os mesmos a uma profunda insegurança no trabalho.

As práticas de instituição da terceirização, de trabalhos temporários ou subcontratos, como consequências e imposição da acumulação flexível, aprofundaram o desemprego no país e retratam o prejuízo inexorável à organização do trabalho e as formas de resistência do trabalhador.

No âmbito do processo e organização do trabalho, as mudanças nas políticas de gestão, inspiradas no toyotismo e na acumulação flexível [...], tem como umas das principais práticas o uso da terceirização. No caso brasileiro, constata-se uma verdadeira epidemia das últimas duas décadas, que contaminou a indústria, os serviços, a agricultura, o serviço público, generalizando-se também não só para as atividades-meio, mas também para as atividades-fim (ANTUNES, 2014, p. 17).

Assim, vimos que a crise global deste período intensificou as proporções desfavoráveis à segurança do trabalhador, haja vista, que o aumento das taxas do desemprego, sob o pilar da “flexibilização”, está apoiado às novas exigências da dinâmica da acumulação capitalista que apresentam outras formas de organização do trabalho e de exploração do trabalhador.

No próximo subitem apresentaremos o conceito e dados sobre a População Economicamente Ativa – PEA, dados sobre a Pesquisa Nacional do Emprego- PNAD e a Pesquisa Mensal do Emprego- PEA, a taxa de desocupação do mercado de trabalho e outros dados a fim de, esclarecermos certas questões que perpassam a discussão do emprego e desemprego no Brasil, não obstante entendermos que esta pesquisa não terá condições de aprofundar o tema.

Tais dados cooperarão para retirarmos possíveis entendimentos nublados a respeito das informações que nos deparamos cotidianamente, nas pesquisas

oferecidas sobre o emprego e desemprego e que, por vezes, acentuam a falta de esclarecimento sobre a crise do emprego no Brasil.

1.1.2 Emprego e desemprego no Brasil: uma breve análise

Acreditamos que apresentar o conceito da PEA é relevante para que não tenhamos a falsa impressão de que os índices do desemprego que apresentaremos não são significativos e, ainda, entendermos onde se situa, nesta classificação, os empreendedores ou os que trabalham por conta própria.

A PEA é formada pela parcela de ocupados e desocupados. Conforme informações do IBGE (2015), pessoas ocupadas são aquelas que estão empregadas, corresponde aos empregadores, aos não remunerados e aos que trabalham por conta própria.

Então, as pessoas ocupadas são aquelas que estão empregadas, que trabalham com jornada de trabalho, recebem remuneração (em dinheiro, alimentação, moradia, vestuário e etc); os não remunerados, são os que trabalham ao menos 15 horas semanais com intuito de ajudar na atividade econômica de um membro da família (estagiário ou aprendiz); os que trabalham por conta própria são os que exploram certa atividade econômica ou exercem uma profissão sem possuírem empregados (IBGE, 2015).

A população desocupada representa aquelas pessoas que num determinado período de referência não tinha trabalho, mas procuraram emprego. Para Pochmann (2005), o desemprego aberto refere-se aos trabalhadores que não estão desenvolvendo nenhuma atividade laboral e ao buscarem uma ocupação, apresentam condições de exercê-la rapidamente. Para a PNAD, estar sem ocupação e ao mesmo tempo estar disponível para um emprego, é o suficiente para que a pessoa seja considerada desocupada.

Apresentamos, a seguir, alguns índices de desocupação de acordo com a PNAD Contínua⁹. São índices sobre a taxa de desocupação no Brasil por região, nos

⁹ PNAD. Refere-se à força de trabalho com indicadores trimestrais, conforme o site do IBGE.

anos de 2011 a 2014 que nos oferecem um breve panorama sobre esta situação do desemprego.

Esta pesquisa se refere à força de trabalho e seu alcance geográfico e, conforme a PNAD, envolve cerca de 3.500 municípios brasileiros.

Tabela 1 - Taxa de desocupação (%). Regiões Brasil

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2011	6,9	7,9	6,9	4,3	5,8
2012	6,3	7,6	6,1	4,2	5,2
2013	7,3	7,9	6,5	4,0	5,7
2014	7,3	8,0	7,3	4,0	5,5

Fonte: Elaboração própria. Dados coletados da PNAD- IBGE Síntese de Indicadores, 2014.

A tabela nos mostra que as regiões Sul e Centro-Oeste tiveram menores índices de desocupação de 2011 para 2014. Todas as demais apresentaram maior número de pessoas desocupadas no mesmo período, com destaque para a região Nordeste, que apresentou maior índice nesta classificação. Verifica-se que a taxa de desocupação oscila, tanto periodicamente, quanto geograficamente, o que nos estimula pensar sobre a rotatividade dos trabalhadores no mercado de trabalho, ainda que, não possamos inferir sobre essas condições de forma aprofundada.

Conforme a PEA (IBGE, 2014; 2016), a estimativa da PEA, em abril de 2014, correspondia ao número total de 24,114 milhões. As pessoas ocupadas correspondiam o total de 22.941 milhões; já as desocupadas correspondiam o total de 1.173 mil. Em fevereiro de 2015 a PEA correspondia o total de 24.846 milhões. As pessoas ocupadas correspondiam o total de 23.397 milhões; já as desocupadas o total 1.449 mil.

A população economicamente ativa, que abarca o contingente de ocupados e de desocupados, representa o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo. Assim, são milhões de trabalhadores que, ora estão empregados, ora, desempregados, contudo, sempre à disposição do capital, o que nos remete, mais uma vez, à complexidade de entendermos o desemprego no Brasil.

A seguir, apresentamos notícias atuais referentes as tendências do mercado de trabalho no Brasil e verificamos que a crise do emprego atinge aos trabalhadores que

não estão inseridos no mercado de trabalho e, ainda, os que estão trabalhando, ratificando o que se tem observado no desenvolvimento do mercado de trabalho neste país. No dia 15 de abril de 2016, o Jornal O Globo divulgou uma matéria sobre emprego afirmando que, por dezesseis anos seguidos, o processo de emprego com carteira assinada foi marcado por perdas significativas. Segundo a referida matéria, o Brasil perdeu mais de 80 mil postos de trabalho formais, encerrando o período com um menor índice dos últimos 24 anos trazendo, ainda, um prognóstico de que não haverá melhoria destes índices, já que a economia não apresenta indicativo de melhoras.

Já no dia 08 de maio, do mesmo ano, o mesmo jornal divulgou uma matéria sobre a busca de emprego e afirmava que, atualmente, no Brasil, existem 11 milhões de pessoas em busca de emprego. Esta matéria chama a atenção sobre o fato de que, mesmo com este número agressivo de desempregado, ocorre a dificuldade de se preencher as vagas disponíveis. Afirma que com a “recessão, mais gente sem qualificação ou experiência procura uma ocupação” (O GLOBO; COSTA, 2016, p.35), contudo, a exigência para a ocupação das vagas está diferente, pois, ocorre a preferência por pessoas que podem oferecer mais formas de trabalho por menores salários, ou seja, os empregados devem ser capazes de realizarem diversas tarefas para além das que fazem parte das funções para que foram contratados.

A proposta das empresas é o enxugamento de seus custos, o oferecimento de menores salários e, ainda, buscam por trabalhadores multifuncionais que possam fazer várias tarefas diferentes. A reportagem afirma que as empresas “querem pessoas com conhecimento mais amplo, prontas, porque precisam de resultados a curto prazo”. Este fato nos remete ao que Antunes (2014, p.14) afirma sobre o fato de que a atual acumulação flexível possui uma característica peculiar que são as “empresas enxutas” que mesmo possuindo “menor contingente de trabalhadores, [...] aumentam seus índices de produtividade”.

Sob os moldes do padrão da acumulação flexível ou toyotismo é exigido aos trabalhadores novas condições de desenvolver suas funções, ou seja, de se tornarem hábeis, ágeis, polivalentes e capazes de soluções rápidas com a entrega de sua energia, conhecimentos e capacidades ao trabalho em equipe e para a empresa ou instituição em que está inserido.

O toyotismo adotaria uma solução diversa para a organização da produção, capaz, portanto de recompor uma nova racionalização (e intensificação) do

trabalho, pela “desespecialização dos trabalhadores qualificados”, por meio da instalação de certa polivalência e plurifuncionalidade dos homens e máquinas, e do “tempo partilhado”, baseado em tarefas múltiplas e agradáveis, em padrões (de tempo e de trabalho) flexíveis (ALVES, 2000, *apud* PEDROSO, 2007, p. 126).

É o movimento do capital presente com sua instituição nefasta: o sobre-trabalho, a superexploração, a interferência negativa nas garantias trabalhistas, o desmonte das seguranças sociais da classe trabalhadora, a redução e o achatamento dos salários, entre tantas outras interferências à organização do trabalho e a reprodução de vida dos trabalhadores.

Os trabalhadores deixam de ser profissionais especializados para se transformarem em especialistas multifuncionais, qualificados, dotados de uma maior realização no espaço de trabalho, o que vem a ser a característica dessa nova fase mais apropriada a uma interação entre o capital e o trabalho, e desse modo, superadora das contradições constitutivas da sociedade capitalista. Assim, considero a flexibilidade e a polivalência como elementos condicionantes desse padrão de produção, o qual processa uma ruptura com o modelo fordista que caracterizava a força de trabalho pela sua especialidade. A rigidez do fordismo é substituída pela idéia de flexibilidade e pela polivalência que o trabalhador deve desempenhar no uso de suas funções. Isso se torna o ímpeto para passagem a um regime de acumulação inteiramente novo, associado a um sistema de regulamentação política e social bem distinto (PEDROSO, 2007, p. 126-127).

Vemos assim, as transformações impostas aos trabalhadores a partir do desenvolvimento histórico do capitalismo em sua forma de superar suas crises, passando de um padrão de produção para outro e exigindo outras posturas ao trabalhador. Não podemos desconsiderar que as formas do avanço do capital não se restringem às transformações da organização do trabalho, de exigência de outras posturas dos trabalhadores. Nas últimas décadas, uma das características dos grandes capitais é a mudança de ocupação geográfica para a instalação das empresas, buscando menores custos.

De acordo com Pochmann (2005), as empresas transnacionais criam estratégias para sua consolidação e forçam mudanças profundas nas relações de trabalho, na redefinição da produção e do emprego. Como diminuição da economia de custos grandes empresas concentram no país de origem, os melhores postos de trabalho, ou seja, as funções responsáveis pela gestão e comando, enquanto as demais, são deslocadas para países que oferecem menores custos da força de trabalho e de produção.

Para que os países sejam atrativos e recebam estes investimentos, aprofundam no desenvolvimento histórico a subordinação econômica e os ajustes que refletem, diretamente, nas condições de trabalho e de reprodução de vida do trabalhador. Ocorre a reformulação de políticas trabalhistas com tendência à diminuição da remuneração da mão de obra e a desregulação do mercado estimula a “flexibilização” dos contratos, com a diminuição de direitos, a redução do poder sindical e o reforço da força de trabalho como mercadoria.

Devemos considerar a heterogeneidade da classe trabalhadora brasileira que se formou e que corresponde aos empregados que possuem os direitos trabalhistas, os trabalhadores por conta própria, os empreendedores, os que possuem trabalho com contratos flexibilizados, precarizados etc., confirmando as relações contraditórias do movimento de expansão do capital.

Outra característica do mercado de trabalho brasileiro é a grande rotatividade de trabalhadores em diversos segmentos, o que demonstra a fragilidade do mercado de trabalho, no Brasil, que se conformou nas últimas décadas, diante do acirramento das várias expressões da questão social, inclusive, o desemprego. Entendemos assim, que tratar sobre emprego e desemprego no âmbito brasileiro, nos traz grandes desafios frente a complexidade do tema.

Referente ao emprego é relevante assinalar sua característica de não ter alcançado sua plenitude na realidade brasileira.

O pleno emprego nunca foi uma realidade no país; de fato o que sempre existiu, aprofundando-se até os dias de hoje, foi uma inserção produtiva precária, na qual predomina a existência de uma massa de trabalhadores inserida nas atividades informal sem direitos trabalhistas e sociais. Não houve, então, a generalização das relações de trabalho assalariadas para o conjunto da sociedade; ao contrário, a tendência dominante foi à predominância dos baixos salários, o excedente de mão-de-obra, as relações de trabalho informais (sem carteira assinada e com ausência da proteção social garantida pelo trabalho assalariado) e a rotatividade da força de trabalho (ALENCAR, 2005, p. 78).

Na perspectiva do desemprego, também, nos parece interessante assinalar a argumentação de Alencar (2011), com base em Marx e Mandel, sobre os traços fundantes desta expressão social. A autora afirma que o desemprego não está atrelado, apenas, a certo momento histórico e somente aos procedimentos inovadores da tecnológica ou da reestruturação produtiva. O mesmo se conforma como produto da acumulação capitalista perfazendo um movimento do capital em encontrar soluções para as crises estruturais que se apresentam.

De acordo com a autora, o aumento da produtividade e da competitividade trazida pelo desenvolvimento dos meios de produção, no lastro dos avanços da tecnologia, impõe a redução do trabalho vivo e, logo, causa impacto na organização do trabalho e na distribuição dos setores do trabalho. A mesma afirma que,

embora a inovação tecnológica influencie a qualidade e a quantidade do emprego, não determina a priori o seu resultado que, a rigor, é uma escolha social. O resultado pode significar mais emprego, consumo, tempo livre ou desemprego, precariedade e intensificação do trabalho sob a determinação das formas de regulação do sistema produtivo e de distribuição dos ganhos de produtividade (ALENCAR, 2011, p.118).

Portanto, não podemos apontar como uma ou duas, as condições fundantes do desemprego mundial e, nem tampouco, no Brasil. São várias determinações que impõem o aumento desta situação que se coloca com grande desafio à massa dos desempregados e, ainda, não podemos subtrair os empregados que sofrem com o movimento de tensão dos que estão fora do mercado de trabalho a busca de uma ocupação.

Uma outra forma em que verificamos a complexidade de análise do mercado de trabalho brasileiro é a tendência que tem se apresentado nas últimas décadas que é a dificuldade do jovem em se inserir no primeiro emprego e a dificuldade de reinserção dos que estão na faixa etária a partir dos 40 anos, quando perdem o emprego. São dois segmentos que excluídos das condições de sobrevivência se sentem acuados e tendem a aceitar com menos resistência as formas de trabalhos precários.

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural. Paralelamente à exclusão dos jovens vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital [...]. Somam-se, desse modo, aos contingentes do chamado informal, aos desempregados, aos “trabalhadores voluntários” etc (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 339).

Portanto, os trabalhadores desocupados e sobrantes para o capital representam o contingente à disposição do capital para que seja utilizado a qualquer momento.

Portanto, a massa sobrante aprofunda as questões de fricção salarial, fragilizando a organização de luta e de embate por parte da classe trabalhadora e aprofundando a exploração da força de trabalho.

O crescimento do desemprego em massa e a ampliação de novas formas de precariedade salarial e da precarização do trabalho no capitalismo global possui apenas uma função sistêmica para a acumulação do capital. Isto é, limitar o crescimento do salário real e dificultar a luta sindical, contribuindo para o incremento da taxa de exploração da força de trabalho (ALVES, 2007, p. 105).

Diante do exposto, podemos considerar que as crises do capital são imprescindíveis às transformações que afetam, diretamente, a reprodução do trabalhador, através das composições que o capital impõe nestes determinados momentos. Se confirma que o processo de precarização do trabalho, que aprofunda a taxa do desemprego, faz parte do percurso histórico com base na reprodução e expansão de acumulação do capital.

E, diante dos elementos que incorporaram este subitem, reafirmamos a complexidade de análise do emprego e desemprego no Brasil.

1.1.3 Desemprego no Brasil: anos 1998 a 2002

Afirmamos anteriormente, que traríamos alguns aspectos de período anterior ao governo Lula e Dilma, pois, confirmarão que os movimentos de acumulação do capital se repetem na história, mesmo trazendo novos elementos. Então, apresentamos alguns dados que estiveram presentes no período do governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1998-2002), para entendermos que certas condições ligadas às expressões da expansão do capital se perpetuam no desenvolvimento da sociedade capitalista contemporânea.

As transformações impostas pela reestruturação produtiva das décadas de 1970, de 1990 e o e acirramento das formas perversas com a crise do capital global de 2007-2008 perfazem os elementos duradouros que levam o aviltamento do trabalhador e de sua organização, interferindo na reprodução do trabalho vivo.

É colocado ao trabalhador várias formas de relações de trabalho e de condições de trabalho, com a incisiva característica da precarização do trabalho e da precariedade social do trabalhador que não possui as bases de reprodução. Se torna imperioso a capacidade do trabalhador em se adaptar às formas de trabalho e de

relações de trabalho marcadas pelo modo de reprodução capitalista de cunho neoliberal e de padrão de acumulação flexível.

Mesmo havendo, no momento histórico acima citado, o planejamento para que o crescimento do Brasil fosse de 4,5% ao ano e a geração de emprego ficasse na ordem de 8,5 milhões, se constatou um desempenho inferior ao anunciado e, ainda, ocorreu a falta de investimento públicos e o corte de gastos sociais (como saúde, educação, transportes, reforma agrária, etc.), aliados às altas taxas de juros, determinaram o péssimo desempenho econômico do período e, conseqüentemente, a não obtenção das metas previstas no Plano Plurianual. O desemprego aumentou, enquanto o crescimento realizado foi menos da metade do previsto (CARNEIRO, 2003).

Pochmann (2005, p. 124) afirmou que no Brasil, o tema trabalho ainda tinha muito o que avançar, já que não havia sido construída uma política pública do trabalho adequada para a questão do desemprego e mercado de trabalho. “O país possui algumas instituições e programas voltados ao mercado de trabalho, porém sem capacidade de atuação de maneira articulada e integrada no acolhimento do desempregado, o que limita sua efetividade e sua eficácia”.

Com o propósito de apresentarmos, de forma sucinta, o desemprego¹⁰ no período FHC (1995-2002), a seguir, apresentamos dados do IBGE sobre a taxa de desemprego aberto nos anos de 1990 a 2002, referente às pessoas de 15 anos ou mais, economicamente ativas.

Ressaltamos que, o interesse desta pesquisa não é o aprofundamento sobre o mercado de trabalho brasileiro com suas taxas de ocupação e as flutuações da desocupação com as devidas metodologias. Esta breve apresentação do período é para indicar o contexto social, marcado pelo movimento do mercado de trabalho que oscila geograficamente e de forma quantitativa mostrando, assim, que não há uma rigidez neste comportamento.

¹⁰ Para o devido aprofundamento cf. SILVA & PIRES. Trabalhos para Discussão, 2014.

Na tabela a seguir verificaremos parte deste movimento.

Tabela 2- Desemprego aberto. PEA, 15 anos ou mais. Regiões Metropolitanas-Brasil

Ano	Dez 1999	Dez 2000	Dez 2001	Dez 2002
Recife-PE	75.033	75.719	73.214	98.352
Salvador- BA	110.671	91.702	99.517	68.038
Belo H. -MG	125.313	109.982	123.456	116.014
Rio Jan-RJ	198.303	146.516	199.304	145.474
São Paulo- SP	513.506	366.464	477.603	498.247
Porto Alegre- RS	96.518	79.511	61.449	60.905

Fonte: Elaboração própria. Dados coletados no site do IBGE.

A tabela apresenta dados de algumas regiões do Brasil, mas não representam de forma direta, os números absolutos do desemprego, contudo, podem nos oferecer o entendimento de como este processo não é estático, ou seja, perfaz um movimento constante e que se apresenta com várias oscilações.

Ressaltamos que a referida tabela se refere ao desemprego aberto e representa os trabalhadores que estão fora da cadeia produtiva, ou seja, aqueles que não estavam desenvolvendo atividade laboral e que ao buscarem uma ocupação, apresentavam condições de exercê-la. Verificamos, então, que a taxa do desemprego não se comportou de forma perene, o que indica, que nas cidades das regiões metropolitanas houve um movimento de aumento e de diminuição do desemprego, com exceção de Porto Alegre que ocorreu a diminuição de seu índice em todo o período pesquisado.

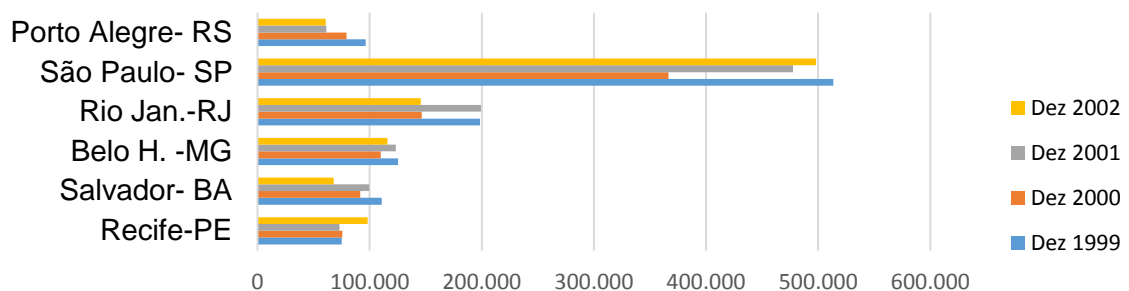
A cidade de Recife foi a única da região metropolitana que teve aumento do desemprego aberto de 1999 para o ano de 2000. Já no ano de 2000 para 2001, tanto em Recife quanto em Porto Alegre esta taxa diminuiu. No ano de 2001 para o ano de 2002, quatro cidades tiveram retração do desemprego aberto, ficando as cidades de Recife e de São Paulo com o aumento desta taxa.

Esclarecemos que o desemprego aberto é a parte mais visível do excedente de mão de obra que corresponde ao segmento da população ativa que não é necessária ao capital. Corresponde aos trabalhadores que não estão desenvolvendo nenhuma

atividade laboral e ao buscarem uma ocupação, apresentam condições de exercê-la rapidamente (POCHMANN, 2005).

Ainda como ilustração da oscilação do mercado de trabalho, no segmento do desemprego aberto daqueles anos, podemos observar, no gráfico a seguir alguns elementos que cooperam para a nossa análise.

Gráfico 1- Desemprego Aberto. PEA, 15 anos ou mais. Regiões Metropolitanas



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

Se compararmos o número de trabalhadores que compõem a categoria do desemprego aberto do ano de 1999 para o ano de 2002, verificamos que das seis cidades, apenas na cidade de Recife ocorreu o aumento no número do desemprego aberto neste período. Nas demais cidades este movimento foi contrário, ocorrendo uma retração no mesmo período.

Contudo, esses dados não nos permitem concluir que no Brasil houve o avanço na qualidade do emprego, no aumento dos postos de trabalho e tampouco, que os trabalhadores que estavam desempregados foram absorvidos pelo mercado formal. Devemos retornar à memória histórica e verificarmos o que se conformou nas últimas décadas com a composição do mercado de trabalho brasileiro.

A partir da década de 1970, em que ocorreu a reestruturação produtiva, com acirramento, no Brasil, na década de 1990, outras formas de inserção no mercado de trabalho se apresentaram como possibilidade de reprodução de vida do trabalhador que se deparou com o desmonte da regulação das relações trabalhistas e das mudanças nas condições de trabalho, com o acirramento das formas de trabalho precarizado e o aprofundamento da “flexibilização” que imprimiram a disseminação de

formas precárias de contratos, num contexto de aumento do excedente da força de mão de obra a nível mundial (POCHMANN, 2005).

A década de 1990, representou grande movimentação na base do Estado brasileiro e de sua sociedade, sendo caracterizada como um dos períodos mais relevantes na história econômica brasileira, pois, a partir de uma economia fechada ao fluxo de comércio e de capitais internacionais, com grande presença do Estado como produtor de bens e serviços e uma crescente tendência inflacionária, o Brasil caminhou para uma economia aberta.

No prosseguimento deste momento, esteve presente a redução da proteção comercial e liberalização dos fluxos de capitais e a redução da presença do Estado como produtor de bens e serviços através dos procedimentos de privatizações, culminando com um programa de estabilização baseado numa âncora cambial e respaldado pela abertura comercial e financeira. Diante dessas mudanças é acirrada a falta de emprego.

Estas mudanças estruturais tiveram efeitos importantes sobre o ritmo e a estrutura do crescimento da economia. Entre 1990 e 1992, o país viveu uma forte recessão, com redução do nível de atividade e aumento da taxa de desemprego (NERI, 2000, p.1).

É relevante mencionar que neste período, o Brasil passava por transformações no mercado de trabalho e, por conseguinte, novas formas de emprego, de postos de trabalho e de trabalhadores se firmavam. A força dos postos de trabalho vindos da indústria retrocedeu e, a partir disso, grande parte dos empregados que perderam o emprego, migraram para o setor de serviços o que demonstra nova composição na classe trabalhadora brasileira, a partir dos efeitos gerados pela reestruturação produtiva dos anos de 1970.

No âmbito do mercado de trabalho ocorreram múltiplas alterações, em escala mundial, com a escalada de substituição dos empregos formais por emprego precarizado, o emprego em tempo parcial, temporário, subcontratado, em tempo parcial, subcontratado e terceirizado, guardando, tal processo, diferenças e peculiaridades entre os países centrais e os países periféricos como o Brasil (SERRA 2000, apud SERRA, 2004, P. 88-89).

Estas distorções se apresentaram no Brasil, de forma mais contundente, na década de 1990 com grande perda para a classe trabalhadora.

Os anos 90 confirmaram-se como segunda década perdida, marcada pelo crescente desemprego, pela contínua concentração da renda, pelo aumento do endividamento interno e externo e pela ausência de crescimento sustentado (baixo crescimento econômico e reduzido patamar dos investimentos) (POCHMANN, 2005, p.63).

No Brasil, ocorreram movimentos de desmonte da legislação trabalhista e de outras formas de inserção do trabalhador ao mercado de trabalho diferente da formalidade significando a não garantia dos devidos direitos sociais e previdenciários. Como exemplo, vemos o esforço governamental em incentivar o empreendedorismo aos que estão desempregados, como se esta possibilidade fosse capaz de responder a crise do emprego nas últimas décadas.

O movimento de colocar o empreendedorismo como alternativa do desemprego tem se apresentado internacionalmente e, no Brasil esta proposta tem se ampliado no escopo do discurso público e privado como apresentamos a seguir.

1.1.4 Empreendedorismo: uma proposta de inserção produtiva

Atualmente, constata-se, de forma grave, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, a manutenção do emprego e a dificuldade de reemprego dos trabalhadores. Uma das propostas que se firmou nas últimas décadas do século XX e neste início do séc. XXI, na busca para a geração de emprego e de renda, foi a do empreendedorismo que tem se tornado comumente alternativa de inserção produtiva, apoiado no discurso ideológico que impõe aos trabalhadores a responsabilidade pelo desemprego.

As políticas de emprego e renda que, no Brasil, vêm articulando programas centrados na geração de emprego e renda em nome do combate ao desemprego, tentam na verdade transferir os riscos e as responsabilidades que significa a abertura dos pequenos negócios para os trabalhadores. Têm como base, portanto, um arcabouço ideológico que tende a responsabilizar os trabalhadores pelo desemprego e pela possibilidade de inserção no mercado de trabalho numa clara tentativa de individualização da questão social; e, de outro, concebe o trabalhador como o “empresário de si mesmo” enaltecendo as disposições e os atributos pessoais dos trabalhadores para resolver no mercado seus problemas de inserção produtiva (ALENCAR, 2005, p, 146).

Pode-se afirmar que, o empreendedorismo é uma forma de trabalho não assalariado, apresentado à população brasileira que enfrenta problemas de inserção na cadeia produtiva e que não tem condições de ser absorvida no mercado de trabalho. Como imposições do modo de produção capitalista, com base no padrão de acumulação flexível, se observa o enxugamento das empresas (ANTUNES, 2014), o

rebaixamento salarial e a precarização do trabalho, entre tantas outras situações nocivas à classe trabalhadora brasileira, trazendo, também a insegurança, o que pode facilitar a aceitação pela busca da garantia do emprego, através da opção do empreendedorismo.

Como empreendedorismo, entende-se “qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente” (GEM, 2014, p.7).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE se dedica ao tema e oferece o Projeto GEM¹¹, pesquisa cujo objetivo é compreender a relevância do empreendedorismo no desenvolvimento econômico dos países e regiões. Esta pesquisa iniciou em 1999, com a participação inicial de 10 países e, atualmente, conta com a presença de 100 países, incluindo o Brasil.

Conforme informações no portal do SEBRAE, a pesquisa é parte do projeto Global Entrepreneurship Monitor, iniciado em 1999, e, atualmente, constitui o maior estudo em andamento sobre o empreendedorismo no mundo. Com a inclusão em 2014 de mais 70 países, passou a cobrir 75% da população global e 90% do PIB mundial. O Brasil participa deste projeto, desde 2000 e a pesquisa é conduzida pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade -IBQP, com o apoio técnico e financeiro do SEBRAE.

No momento da desestruturação do mercado, principalmente nos anos de 1980 e 1990, em que se observou o aprofundamento da precarização das ocupações e a fragilização do estatuto do trabalho de forma mais aguda, ainda que o Estado tivesse desenvolvido instrumentos públicos de emprego que combinavam políticas ativas e passivas, nos anos 2000, os impactos eram pouco expressivos, pois, entre outros fatores, estava presente uma política econômica de ordem recessiva somado à heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro (CARDOSO JR, 2005, apud FILGUEIRAS, 2011, p. 440). Então, a presença de propostas de alternativas para a população desempregada, pautada na busca de geração de emprego e renda, se apresenta fora das formas de assalariamento que trazem segurança ao trabalhador.

Atualmente, a inclusão produtiva através de suas alternativas, tem sido considerada como um meio de se instaurar uma falsa tranquilidade ao trabalhador que se depara, de um dia para o outro, surpreendido com o fechamento de fábricas,

¹¹ Global Entrepreneurship Monitor. Parceria entre a London Business School e o Babson College.

de lojas, de indústrias, ou seja, com o aumento da ausência de frentes de trabalho. Verifica-se, dessa forma, que esta situação faz parte de seu cotidiano e, portanto, coloca fronteiras tênues de segurança ao seu sustento.

A ideologia que responsabiliza individualmente o trabalhador na busca de seu emprego ou na manutenção do mesmo através de qualificação profissional, se ampliou na estrutura pública governamental brasileira, especialmente, com a incorporação do padrão de produção de acumulação flexível que, como apontam os elementos apresentados historicamente, trouxe transformações negativas à organização do trabalhador.

Verifica-se que as políticas públicas de qualificação profissional reforçam a situação colocada ao trabalhador de que o mesmo é capaz, de forma solitária, de ser autossuficiente no enfrentamento à crise do emprego no país, inclusive, reforça o afastamento do trabalhador se sua vida política e organização coletiva.

1.2 As políticas de geração e renda no governo Lula- 2003 a 2010

Na perspectiva da inclusão produtiva, apresentaremos alguns aspectos da Política de Assistência Social, pois entendemos que podem esclarecer o lugar que se encontram as políticas voltadas à inclusão produtiva e de geração e renda nesta política. Tendo como pano de fundo a trajetória da assistência social, identificaremos como se estrutura a política de geração e renda e de inclusão produtiva, nos momentos históricos das políticas governamentais no governo Lula de 2003 a 2010.

Uma das ações de grande impacto foi a implementação do Programa Fome Zero, com o objetivo de garantir direitos sociais através do incentivo de formas mais igualitárias de geração de renda por meio, principalmente, do desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar e da instituição do Programa Bolsa Família, cuja estrutura é de um programa de transferência de renda com condicionalidades para famílias que viviam em situação de pobreza e de extrema pobreza.

No Plano Plurianual-PPA (2004-2007), o governo Lula demonstra sua intenção de enfrentamento ao desemprego e apresenta estratégias que promoveriam o

desenvolvimento com inclusão social e a desconcentração de renda com a proposta de que haveria o investimento para o crescimento do emprego.

Na mensagem presidencial de apresentação do Plano Plurianual, o governo afirma que os problemas fundamentais a serem enfrentados seriam a concentração social e espacial da renda e da riqueza, a pobreza e a exclusão social, o desrespeito aos direitos fundamentais da cidadania, a degradação ambiental, a baixa criação de emprego e as barreiras para a transformação dos ganhos de produtividade em aumento de rendimentos da grande maioria das famílias trabalhadoras.

Programas sociais e de construção da cidadania são absolutamente necessários para gerar as condições de erradicação da pobreza, do analfabetismo, do trabalho precoce, da mortalidade infantil, da discriminação racial, da mulher, e das minorias, para garantir o acesso universal e de qualidade aos serviços de saúde, educação e cultura, e a condições dignas de moradia e transporte. Mas são insuficientes, porque o ataque apropriado à exclusão social e à má distribuição da renda exige também crescimento sustentado, com a geração de riqueza em escala suficiente para elevar o volume de investimentos e a massa salarial do País (BRASIL, PPA, 2003, p.14).

Ou seja, este governo estaria disposto a enfrentar expressões da questão social que se encontravam latentes naquele momento. Kameyama (2004), apoiada em dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT, afirma que o número de desempregados corresponde a setecentos milhões de pessoas no ano de 2004 e isso está ligado às transformações mundiais que marcaram a década de 1990, cujas expressões são advindas do padrão de desenvolvimento que se estabeleceu, ou seja, imposições das transformações da organização do trabalho que conformam o desemprego em massa, o alinhamento dos níveis de salários mais baixos, o grande fluxo de organização do trabalho apoiada na “flexibilidade” de contratação etc.

Entre os objetivos apresentados no Plano está “o crescimento com geração de trabalho, emprego e renda” (SERRA, 2010, p.94). No Fome Zero, os projetos de geração de renda eram direcionados à população em situação de pobreza, os mesmos foram desenvolvidos sendo articulados com as ações de economia solidária e de qualificação profissional e acabaram sobrepujando às ações da assistência social (SOUZA, 2013).

A longo prazo, de acordo com o PPA (2004-2007), o crescimento do país seria através da expansão do mercado de consumo de massa e na integração progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor das empresas modernas.

O modelo é viável, já que está inscrito na lógica de operação da economia brasileira: toda vez que ocorre aumento do poder aquisitivo das famílias trabalhadoras, o que se amplia é a demanda por bens e serviços produzidos pela estrutura produtiva moderna da economia (alimentos processados, vestuário e calçados, artigos de higiene e limpeza, produtos farmacêuticos, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, materiais de construção, mobiliário, serviços de supermercados, serviços de transporte, de energia elétrica, de telefonia, de entretenimento) (BRASIL, PPA, 2003, p.17).

O que se verifica, era o anúncio, por parte do governo, que haveria o esforço para alcançar mudanças nas graves questões que se apresentavam naquele momento e que afetavam diretamente a reprodução da vida do trabalhador brasileiro.

Com a intenção de proteção e de promoção social os programas do Plano Fome Zero foram organizados a partir dos seguintes eixos: ampliação do acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda; articulação, mobilização e controle social. A partir da identificação da fome como responsável por agudizar a pobreza, a exclusão social e econômica, ocorreu por parte deste governo o movimento de desenhar e estruturar políticas específicas para aliviar a extrema pobreza a partir de um tratamento interdisciplinar que cooperasse na intervenção deste fenômeno com o uso de ações multisetoriais. A partir da identificação da fome

como forma aguda de pobreza e exclusão social e econômica desencadeou, em contrapartida, um esforço em delinear políticas específicas para aliviar a pobreza extrema a partir de uma abordagem interdisciplinar para explicar e intervir no fenômeno da fome, por meio de uma estratégia multissetorial (MENEZES, 2012, p.20).

Contudo, somente em 2010, com a demanda advinda de movimentos sociais e o amadurecimento de uma política nacional voltada para a segurança alimentar e nutricional o direito à alimentação se tornou parte da Constituição através de emenda constitucional. Ou seja, após a verificação de que a fome se caracteriza como um fenômeno que faculta o aprofundamento da pobreza e da exclusão social, o governo reagiu com políticas públicas de combate à fome, com o fortalecimento de processos de construção coletiva e participação social, como as conferências e a reimplantação do próprio Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA em 2003.

Avanços institucionais significativos ocorreram ratificando a preocupação com o fenômeno da fome que culminou com a inclusão da alimentação como direito na Constituição Federal: a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, em 2004, a criação do Programa Bolsa Família em 2004, a aprovação

da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN e a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, ambos em 2006.

Decerto, havia naquele momento o esforço para que a fome fosse reduzida e o Programa Fome Zero foi estruturado para que se desenvolvesse ações emergenciais e estruturais que fossem ao encontro de tal objetivo. As ações emergenciais eram voltadas à ampliação do acesso à alimentação; as estruturais tinham a intenção de transformar as bases que geravam a insegurança alimentar, conformando as ações de geração de renda (MENEZES, 2012).

Em 2003, o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), a partir de expressões populares que solicitavam a materialização de uma economia justa e solidária. Este órgão, presente na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, criado em 2003 e regulamentado em 2006, tem a função consultiva e propositiva entre setores do governo e da sociedade civil que atuavam apoiando a economia solidária. Em 2004, foi instituído o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento com o objetivo de fortalecer e divulgar a economia solidária mediante

políticas integradas visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social. Entende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizado sob a forma de autogestão (MENEZES, 2012, p.24).

De acordo com o site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a economia solidária¹² tem seu surgimento, no Brasil, na década de 1980 e recebe o reconhecimento e apoio de diversas organizações como sindicatos, igrejas, movimentos sociais etc. Dentro de um movimento contraditório, inerente ao desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, em que a revolução tecnológica propicia o aumento da capacidade produtiva, em seu bojo, contudo, também agudiza

o crescimento dos índices de desemprego, subemprego e informalidade. Resulta daí que setores da sociedade para os quais não se tinha políticas públicas que fossem além da assistência social, começam a encontrar na economia popular solidária e na autogestão uma possibilidade para melhorar sua qualidade de vida (TAUILE, 2011, p.61).

¹² Resgate sobre as origens da Economia Solidária, de forma mais ampla, cf. LEACHT, Noelle. Publicações UFF, 2011 e SANTOS, Aline. Tese de Doutorado. UERJ, 2010.

Vários municípios adotaram a economia solidária como política pública, cuja intenção era provocar a diminuição da desigualdade econômica e social com base na gestão compartilhada dos meios de produção, com a marca de uma distribuição justa dos resultados obtidos. A mesma é organizada através de associações, fóruns e cooperativas. Características singulares estão conformadas no desenho da economia solidária: a cooperação com divisão de responsabilidades; a autogestão; a solidariedade etc.

O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Uma prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular (LECHAT, 2011, p. 10).

Como já apresentado, o cenário econômico, social e político no Brasil, no final da década de 1990, não era favorável, pois apresentava altos níveis de desemprego e com o aumento da diferença na distribuição de renda que se colocava, aprofundava a desigualdade e a exclusão social.

Com as diversas imposições do desenvolvimento do sistema capitalista e de suas formas de superar as crises, verifica-se o acirramento de forças contrárias à segurança do trabalhador que provocam o aumentando dos trabalhos parciais, a diminuição dos trabalhos formais, afetam, também, a força sindical dos trabalhadores, provocam o achatamento de salários, o aumento da mão de obra fora do mercado formal de trabalho entre outras situações que atingem a força de trabalho.

A parte da população mais afetada é o segmento mais pobre que vem sofrendo desde a reestruturação produtiva, da década de 1970, com o aumento do fechamento de postos de trabalho, com a não abertura de novas frentes de ocupação e, ainda, com a perda de seus empregos. Novas formas de tratar e enfrentar a crise do emprego são postas e evidenciadas como alternativas desse enfrentamento e uma delas é a busca da geração de trabalho e de renda que

pode ter como alternativa a formação de cooperativas populares que atendam as necessidades da população mais carente e formem um conjunto de empreendimentos variados que, juntos poderão formar um setor econômico viável e eficiente, na perspectiva de construção da Economia Solidária (GALLO, *et al*, 2011, p. 41).

Portanto, diante do cenário de mudanças organizacionais na estrutura do trabalho, no final do século XX e início do século XXI, em que a necessidade de inclusão social dos trabalhadores que foram excluídos do mercado de trabalho se torna mais aparente, a economia solidária se firma como possibilidade ao desemprego, com base nas transformações que se desenvolveram a partir da crise do fordismo em 1973.

No final do século XX, a retomada da discussão da temática que envolve a economia solidária se desenvolve num quadro em que transformações societárias são determinantes. A exemplo, a incorporação das ideias neoliberais que levam à redução dos gastos públicos do Estado na área social; a crise do fordismo/taylorismo; e a emergência da acumulação flexível como um novo padrão de desenvolvimento econômico. Assim, de acordo com Salazar (2004) se desencadeia uma série de mudanças no processo de trabalho.

Diante das condições que se apresentaram com a incorporação das ideias neoliberais, a organização de pequenas empresas e de trabalhadores por conta própria se torna, para os trabalhadores apartados do mercado de trabalho, uma possibilidade de trabalho e renda juntamente com inclusão social. A economia solidária¹³ é parte de iniciativas emancipatórias de inserção no trabalho e “envolve o estímulo e a prática solidária entre seus membros e para com a população trabalhadora, particularmente com os mais desfavorecidos” (SALAZAR, 2004, p.98).

Contudo, podemos concluir que a economia solidária, no Brasil, neste período histórico, não representa, efetivamente, melhores condições de trabalho, melhores condições de inserção na cadeia produtiva ou de geração de emprego e renda sustentáveis. Mesmo que a ideologia vigente afirmasse que é um processo natural de inserção no meio de produção, seu significado compreende uma forma de precarização das relações de trabalho, em que parte dos trabalhadores que não são absorvidos pelo mercado de trabalho, buscam outras possibilidades de sobrevivência.

Arranjos são realizados para acomodar a massa trabalhadora, tanto a que está empregada, quanto a que está fora do mercado de trabalho, seja por vieses ideológicos ou através de políticas públicas e de governo. Para lembrar esses arranjos, que necessariamente, não deixam de ser movimento do próprio trabalhador em prol de suas conquistas, fizemos um breve percurso histórico da estrutura que se

¹³ Salazar (2004) apresenta alguns conceitos que se encontram articulados ao conceito de economia solidária como o de empreendimentos econômicos solidários e o de socioeconômica solidária.

formou na tentativa de atender as demandas desses trabalhadores e, ainda, conformar os mesmos, embaçando os conflitos que se colocariam.

O desenho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE favoreceu o fortalecimento do Sistema Público de Emprego, baseado “no desenvolvimento sustentável com geração de mais e melhores empregos, trabalho e renda, com o fortalecimento do trabalho estável, políticas ativas de emprego e economia solidária e um sistema democrático de relações de trabalho” (SERRA, 2010, p. 94).

Serra (2010), nos apresenta, de forma didática, os vários operadores do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, estruturados naquele período e destaca o Sistema Nacional do Emprego- SINE devido sua capilaridade nacional. À título de exemplo, citaremos apenas alguns: a CAIXA, que opera o Seguro desemprego, juntamente com o Sistema Nacional do Emprego e a Delegacia Regional do Trabalho- DRTS; a intermediação de mão de obra para o emprego formal operada pelo SINE; o FAT agenciado pelo Banco do Brasil, CAIXA etc.

Recordaremos, em poucas linhas, alguns aspectos da trajetória do Plano Nacional de Formação Profissional - PLANFOR, devido a sua interlocução com os cursos de qualificação para os trabalhadores. O mesmo foi criado em 1995, por intermédio da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional e sua elaboração teve como responsável o MTE. Seu objetivo central é a ampliação da qualificação e da requalificação da População Economicamente Ativa – PEA.

O público alvo do PLANFOR se conformava em desempregados, trabalhadores formais e informais, jovens à procura de emprego, mulheres chefes de família, micro e pequenos produtores urbanos e rurais, entre outros. Seu objetivo consistia em aumentar a oferta de educação profissional, de forma a atingir, anualmente, pelo menos 20% da PEA. Em adição aos esforços em qualificação profissional, introduziu-se nas políticas de emprego a preocupação com grupos marginalizados e discriminados no mercado de trabalho (IPEA, 2006).

O objetivo é entender de forma mais aprofundada, a inclusão produtiva e sua importância na geração de trabalho e de renda. Por isso, verificamos o seu desenho no governo Lula. Apresentamos, então, algumas questões que fizeram parte das transformações do próprio trabalhador brasileiro, afetado, pelas transformações do mercado e pelas imposições dos encaminhamentos internacionais.

O Brasil não ficou distante do novo direcionamento que se aplicava internacionalmente com respeito às políticas de qualificação profissional e as políticas de educação profissional que tiveram como base a “noção de competência, que articula habilidades básicas, específicas e de gestão, deslocando-se da noção de qualificação tradicional que associa um saber, uma carreira e um salário” (SERRA, 2010, p.95).

Desde o governo Henrique Cardoso, se colocou a ideia de competência para o trabalhador brasileiro, através do Plano Nacional de Formação do Trabalhador - PLANFOR. Neste Plano havia o pressuposto da necessidade em ampliar a rede de instituições de educação profissional, sob a argumentação de que faltava à rede pública de ensino técnico profissionalizante a capilaridade e a flexibilidade para atender a demanda significativa dos trabalhadores.

Dessa forma, no ano 2000, a execução dos cursos profissionalizantes, em grande parte, estava sob a responsabilidade das entidades da sociedade civil, deixando o Sistema “S”, as instituições educacionais especializadas e as escolas técnicas com pequena parte da execução dos programas de qualificação profissionais (IPEA, 2007).

O conceito de competência¹⁴ colocado ao trabalhador brasileiro, com a implantação do PLANFOR, se apresentou, também, no governo Lula, através do Plano Nacional de Qualificação - PNQ. O conceito de competência implícito nestas políticas privilegiava

o trabalhador com aptidão para elaborar conexões, criar e desenvolver conceitos e operar em grupo. Este deslocamento no campo do trabalho configura-se, conseqüentemente, em demanda para o campo educacional que passa a formar o trabalhador polivalente (SERRA, 2010, p.95).

Destarte, neste período se observava a existência de imposições aos trabalhadores para que tivessem a capacidade de se apresentarem com a característica de um trabalhador polivalente frente a um mercado de trabalho competitivo, em constante transformação e de redução de postos de trabalho.

Com a substituição do PLANFOR pelo PNQ, em 2003, o Sistema “S” se torna o maior responsável em executar os programas de qualificação, não deixando, contudo, de ter a participação relevante das Organizações Não Governamentais (ONGs) e dos sindicatos na execução dos mesmos.

¹⁴ Sobre o conceito de “competência” HIRATA, 1994 apud SERRA, 2010.

Como o mercado de trabalho brasileiro não ficou fora das transformações mundiais ocorridas no último quartel do século XX, também foi influenciado pela nova estrutura da Divisão Internacional do Trabalho que se apresentou a partir do aumento mundial “do excedente estrutural de mão de obra e da reconcentração dos melhores postos de trabalhos nos países ricos” (POCHMANN, 2005, p. 7).

O Brasil é afetado direta e indiretamente com essas transformações, assumindo de maneira cadente maior responsabilidade na geração do excedente estrutural de mão de obra. Em 1999, por exemplo, o Brasil ocupou o terceiro lugar no mundo em volume de desemprego aberto, representando 5.61% do total do desemprego mundial (IDEM, 2005, p.9).

A análise do Instituto e Pesquisas Aplicadas (2007), apresenta considerações interessantes sobre a população ocupada e o mercado de trabalho de 1995 a 2005, ou seja, contexto existente no período do governo Lula. Apresentamos algumas dessas considerações, pois julgamos relevantes para a compreensão desse período histórico.

O emprego de carteira assinada, ou emprego formal, não se fez presente na vida da maioria da população ocupada, no contexto brasileiro, não obstante a presença de períodos de crescimento econômico e de diminuição da taxa de desemprego. A referida análise do IPEA (2007, p. 196), traz algumas razões que ratificam a afirmação anterior, as quais são:

- i) a limitada abrangência do setor moderno da economia; ii) a incipiente proteção ao trabalhador desempregado; iii) a falta de instrumentos suficientemente eficazes para garantir o cumprimento da legislação trabalhista; e iv) a alta proporção de taxas e contribuições vinculadas à folha salarial etc. A consequência é a grande heterogeneidade das ocupações, mantendo-se um amplo segmento da PEA à margem das garantias legais conferidas pelo emprego assalariado.

Dentro do segmento dos trabalhadores de carteira assinada, servidores públicos estatutários e militares, entre 1995 e 2005, existiu uma pequena variação positiva relativa ao nível geral de formalização, o que correspondeu percentualmente, de 39%, em 1995, para 41%, em 2005, da População Economicamente Ativa - PEA. Já, no ano de 2005, a taxa de desocupação da população de 10 anos ou mais de idade era de 9.44%, correspondendo a terceira mais alta do período em questão (PNAD, 2007).

Acrescentamos o fato de que, o saldo positivo do trabalho, desde 1995, se deu, devido à eliminação de postos de trabalho em faixas salariais mais altas. De acordo com Silva (2013, p. 96), o saldo positivo

se deu sempre nas faixas de rendimento mais baixas, com expressiva predominância de postos com rendimentos de até 1,5 salário [...]. Em verdade, a geração de postos de trabalho é dada *em função* e à custa da degradação da renda do trabalho em seu conjunto. (Grifos da autora).

Esta constatação serve para nos lembrar a dificuldade em apresentar dados sobre o emprego e o desemprego na realidade brasileira, não obstante, usarmos fontes oficiais. Os dados se apresentam revestidos com vieses que não nos permitem uma conclusão totalmente clara, apesar, de mostrar as tendências em acomodar a massa de trabalhadores, para que estejam sempre disponíveis aos interesses do capital com o apoio irrefutável por parte do Estado brasileiro.

No entanto, podemos afirmar que o movimento contraditório do capital, em seus ajustes e superação de suas crises impõe negativos impactos à força de trabalho. Verificamos na produção de Silva (2013, p. 97) a seguinte afirmação:

O fato é que, no atual momento histórico, o capital em crise distancia-se em marcha acelerada das prerrogativas fordistas-keynesianas do pleno emprego e do bem-estar e opta (por absoluta necessidade estrutural) por empregar mão de obra precária e descartável, encontrando no Brasil um manancial na oferta desse perfil de trabalho e amplos subsídios dos governos a essas subcontratações.

Com base na pesquisa do IPEA (2007), sobre os anos de 1995 a 2005 a respeito da inclusão produtiva, tendo como pano de fundo o governo Lula, verificamos algumas características do mercado de trabalho que se desenharam nesta referida década. De forma mais ampla, se nota que o mercado de trabalho brasileiro sofreu transformações a partir das influências econômicas internacionais e se volta, de forma significativa, para responder as demandas que surgem com as políticas macroeconômicas.

De acordo com o IPEA (2007), a afirmação anterior, se dá com base em pelo menos três pontos que, de forma sucinta, evidenciamos. O primeiro ponto, cujo período é de 1995 a 1998, refere-se à deterioração do mercado nacional com aumento do desemprego em nível relativo e absoluto, a informalização das relações de trabalho, a diminuição da renda dos trabalhadores agravado com a desproteção previdenciária. Esta situação se conformou sob à condição da sobrevalorização cambial e das diferenças entre as taxas de juros domésticas e internacionais.

O segundo ponto, se refere ao momento de desvalorização cambial ocorrida entre os anos de 1999 e meados de 2003. Neste período, o Brasil se encontrava numa situação favorável de operação no comércio internacional, contudo internamente o contexto econômico era de “superávits fiscais generosos, taxas de juros elevadas e metas rígidas de inflação” (IPEA, 2007, p. 224). Naquele momento se apresentou a diminuição dos níveis de desemprego relativos e absolutos, contudo, o mesmo permanecia elevado e, ainda, mesmo com a desproteção previdenciária e a informalidade das relações de trabalho, permaneceram estáveis e em vários segmentos ocupacionais houve a queda nos níveis médios da renda real do trabalho.

Como terceiro ponto, e à guisa de conclusão referente a esta década, não obstante o contexto da política macroeconômica permanecer sem significantes alterações, nos anos de 2004 a 2006, foi presenciado, mesmo de forma tímida, uma reação positiva do mercado de trabalho, a partir da diminuição das taxas de juros nacionais, da expansão do crédito pessoal a várias modalidades de consumo popular e a presença do mercado exterior de forma vigorosa naquele momento (IPEA, 2007).

Diante do exposto, o que se verifica é a ausência de políticas públicas de geração de trabalho e de renda que fossem capazes de responder à grande demanda da população em idade ativa que estivesse passando por um período de desemprego de longa duração, sob a condição de trabalho precarizado, na condição de subemprego, sem as garantias das relações contratuais de trabalho, sem previdência, sem o vínculo do assalariamento etc. ou, ainda, com as condições de trabalho que apontavam para uma maior intensificação da jornada de trabalho e transformações na organização do trabalho.

Antunes (2007) descreve como principais elementos dessa reestruturação a reorganização sociotécnica da produção; a intensificação da jornada de trabalho, a subcontratação; a informalização e uma busca por uma mão de obra pouco qualificada, desfordizada e dessindicalizada, que, pressionada pela situação de mão de obra excedente, se submete a relações de trabalho altamente precarizadas (ANTUNES, 2007, *apud*, SILVA, 2013, p.88).

O que se conforma é um cenário proposto através do desenvolvimento do capital, que imprime maior concentração de riqueza, aprofundamento da pobreza nos países pobres, o empobrecimento da classe trabalhadora, o rebaixamento dos salários, a generalização do trabalho precário e a desestruturação do mercado de trabalho, que se apresentava com altas taxas de desocupação (POCHMANN, 2005; ANTUNES, 2014).

Neste período, o trabalhador para se manter no emprego, deveria empregar uma atitude competitiva e a capacidade em procurar sempre mais a qualificação, com a consciência de que deveria se preparar para várias carreiras que poderiam se apresentar a partir das constantes transformações de um mercado de trabalho mais desafiador. Não devemos desconsiderar, que este direcionamento colocava a possibilidade de maior exploração da mão de obra, frente à insegurança que o mercado de trabalho oferecia naquele momento.

Evidentemente, houve uma estrutura de ordem econômica, social, política, cultural e ideológica, para que o trabalhador se convencesse de que, individualmente, teria que realizar investimentos em busca de sua qualificação, acreditando que sua permanência no emprego seria garantida ou que sua inserção no mercado de trabalho seria mais rápida.

Ocorreu durante décadas o desenho de políticas públicas para que, de alguma forma, respondesse às solicitações dos grandes organismos internacionais, de organizações empresariais e também as demandas dos trabalhadores que, ainda, se encontravam organizados, mesmo com todo o movimento de desmantelamento da estrutura de segurança previdenciária, ou seja, das relações de emprego etc.

Claro, que todo este processo estava sob a ordem de acomodar a classe trabalhadora e de cumprir as solicitações dos grandes capitais. A política de assistência social se desenvolveu neste processo de transformações e os rebatimentos dos vários ajustes políticos e econômicos também a alcançaram. Com sua proximidade com a camada mais empobrecida recebe a responsabilidade da promoção da integração ao mercado de trabalho dessa população com profundas limitações sociais, econômicas e materiais.

1.3 Perspectiva da inclusão produtiva na Política de Assistência Social

Desde a Constituição de 1988, que instituiu a assistência social como dever do Estado e para quem dela necessitasse, alguns marcos legais se tornaram relevantes à construção e ao processo de consolidação da Política Nacional de Assistência Social- PNAS (2004). O desenho de proteção social que se firmou no Brasil, está

intimamente ligado à consolidação do Sistema de Seguridade Social, apresentado no texto constitucional de 1988, que garantiu à assistência social a característica de uma política pública de cunho universal.

Decerto, que a construção das políticas sociais, estão recheadas de disputas, ora mais intensas, ora mais amenas, dos movimentos sociais, dos trabalhadores, da sociedade civil, das bases governamentais e, sem dúvida, da classe empresarial. Esta arena demonstra as intenções desses segmentos para que as necessidades sejam estabelecidas e satisfeitas, portanto, a política de assistência social não ficou fora deste embate e se firma como integrante da política de proteção social, no lastro da Seguridade Social brasileira.

A respeito das políticas sociais, Behring e Boschetti (2011) afirmam que as mesmas surgiram de forma gradual e diferenciada

entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado”. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada e com caráter de obrigatoriedade (IDEM, 2011, p.64).

No entanto, a construção da política social brasileira tem suas marcas no momento de formação da sociedade brasileira e da consolidação do capitalismo no Brasil e ocorreu em momento histórico posterior ao dos países capitalistas centrais. A questão social, no Brasil, se firmou como questão política, a partir das primeiras lutas dos trabalhadores, somente, nas primeiras décadas do século XX, momento, inclusive, de surgimento das primeiras legislações trabalhistas.

As autoras colocam que no fim do século XIX e início do século XX, a incorporação do liberalismo brasileiro não permitiu a “questão dos direitos sociais, que foram incorporados sob pressão dos trabalhadores e com fortes dificuldades para sua implementação e garantia efetiva” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 81).

Estas considerações são relevantes para compreendermos a conformação das políticas sociais brasileiras e, por isso, é apropriado algumas considerações sobre a Seguridade Social, contudo, não nos aprofundaremos. Vieira (1997) afirma que a política social brasileira passou por dois significativos períodos: a ditadura de Getúlio Vargas, na década de 50 e a Ditadura Civil Militar, década de 60 até o fim da Constituinte em 1998. Esses períodos marcaram sua composição e sua execução revelando seu “caráter fragmentário, setorial e emergencial, sempre sustentada pela

imperiosa necessidade de dar legitimidade aos governos que buscam bases sociais para manter-se e aceitam seletivamente as reivindicações e até as pressões da sociedade (VIEIRA, 1997, p.13).

No momento da concepção da Constituição de 1988, a população se manifestava para que a cidadania e os direitos políticos, civis e sociais fossem respeitados e consolidados, a despeito do que tinha sido presenciado e vivido pelo povo brasileiro com o regime anterior da Ditadura iniciado com o golpe em 1964.

A formulação da Constituição conhecida como “Cidadã”, haja vista, ter sido construída por representantes do governo, da sociedade civil, dos movimentos sociais e da classe empresarial, estava repleta dos anseios populares para a construção de políticas sociais que garantissem o acesso aos direitos de cidadania e aos direitos civis, políticos, sociais e humanos.

O processo de redemocratização brasileira, a partir de 1985, ofereceu um novo patamar para a elaboração de uma Carta Magna com novo direcionamento, que definiu a Seguridade Social como um conjunto integrado de ações dos poderes públicos e da sociedade que permitiria assegurar os direitos a saúde, à previdência e à assistência social.

Sob as bases da democracia, a Constituição Federal do Brasil de 1988, assentou um novo pacto federativo cujas características são: a descentralização e a cooperação intergovernamental; a participação popular na gestão da coisa pública e a promoção da garantia de direitos através de políticas públicas (MDS/IBAM 2008).

A Constituição Federal de 1988, apresentou inovações fundamentais para a instituição da Seguridade Social brasileira, que se constitui como um conjunto de políticas com desenho universal que se firmou com a integração das políticas de saúde, de seguro social, de assistência social e do seguro-desemprego.

Na prática, o texto constitucional garantiu: a ampliação da cobertura do sistema previdenciário, flexibilizou o acesso aos benefícios para os trabalhadores rurais; a assistência social é reconhecida como direito e política pública não contributiva, inclusive, com a capacidade de operar serviços e benefícios monetários; e, houve a consolidação da universalização do atendimento à saúde, através do SUS. “Desta forma, a Seguridade Social articulando as políticas de seguro social, assistência social, saúde e seguro-desemprego passa a estar fundada em um conjunto de políticas com vocação universal” (DELGADO, 2009, p.17).

A referida Constituição se firmou sob profunda correlação de forças na perspectiva do desenho da Seguridade Social, com a presença evidente do movimento para que a assistência social fosse concretizada como direito¹⁵ (SOUZA, 2013). As inovações permitiram um novo desenho de gestão - de descentralização e de participação social – e de orçamento às políticas de saúde, de previdência e de assistência social e, ainda, conformou e integrou as mesmas, dentro do terreno da Seguridade Social.

No artigo 6º desta Constituição, encontram-se garantidos os direitos sociais à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à previdência social, a assistência aos desamparados, dentre outros. No artigo 203, é afirmado que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, sem a obrigatoriedade de contribuição à seguridade social, ou seja, significa que a Política de Assistência Social possui como base os princípios da universalidade e da não discriminação.

Sobre o contexto histórico daquele momento, é relevante sinalizar, que não somente o Brasil passava por pressões sociais marcadas pelo pensamento ideológico neoliberal, que imprimia à redução do Estado e do investimento em políticas sociais. Internacionalmente as iniciativas hegemônicas e conservadoras se faziam presentes para o afastamento do Estado na afirmação e no investimento em políticas sociais.

É importante destacar que este processo nacional se dá em um contexto marcado por disputas ideológicas desfavoráveis à construção de uma agenda de direitos, em que internacionalmente o pensamento econômico-liberal e conservador, praticamente hegemônico, busca o fortalecimento da iniciativa privada, regulada pelo mercado, o Estado Mínimo e a consequente desconstrução das políticas sociais, garantidas por direitos constitucionais (MENEZES, 2012, p. 14).

Mesmo sob os entraves da década de 1990, com a acirramento das imposições neoliberais, promulga-se a Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS (1993), que “cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo da Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social” (MDS, 2010, p.31).

¹⁵ Não podemos desconsiderar o receio apresentado naquele momento, principalmente, por parte dos que faziam parte do movimento sanitário, quanto à integração da política de saúde com a previdência e a assistência social. O receio, basicamente, se constituía pela possível fragilidade do financiamento e do orçamento que poderia se instalar e, ainda, pela autonomia do Ministério da saúde que poderia ficar afetado. Assim, se explicitou no Artigo nº.195, da C.F. de 1988, as bases de financiamento que trouxe o devido esclarecimento e segurança ao tema. Conf. IPEA, 2009. N. 45, vol.1.

A LOAS apresenta características à assistência social como: seu caráter não contributivo; a necessidade de se integrar as questões econômicas e sociais; o Estado como responsável principal pela universalização e garantia dos direitos; e a responsabilidade na formulação, gestão e execução das políticas socioassistenciais da sociedade através do controle social (COUTO, 2010).

Portanto, a Constituição de 1988 e a LOAS (1993) trouxeram elementos distintos à assistência social, inclusive, com sua incorporação à Seguridade Social, que a tornou uma política de proteção social de caráter não contributivo, conformando, assim, elementos inovadores.

Inovação é afirmar para a assistência social seu caráter de direito não contributivo, (independentemente de contribuição à Seguridade e para além dos interesses do mercado), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a assistência social. Inova também ao propor a participação da população e o exercício do controle da sociedade na gestão e execução das políticas de assistência social. Tendência ambígua, de inspiração neoliberal, mas que contraditoriamente pode direcionar-se para os interesses de seus usuários (YAZBEK, 2012, p.304).

Contudo, devemos lembrar, que logo após a promulgação da Constituição (1988) e ainda no período da instituição da LOAS, estávamos na década de 1990, e como já assinalamos, este período representou mudanças nas bases do Estado impostas a partir de um forte caráter neoliberal, que significou ajuste na economia com profundas restrições aos gastos públicos, especialmente, na área social.

Após o ano de 1995, as políticas sociais sofrem ataques constantes e rigorosos em sua construção, regulamentação, implementação e financiamento, o que ratifica seu *status quo* de subordinação aos interesses da classe dominante (VIEIRA, 1997). É neste contexto histórico, de subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia a partir de um direcionamento internacional, que o Sistema de Seguridade Social se institui no Brasil.

Na década de 1990 e durante o início dos anos 2000, predominou a imposição de teses neoliberais que denunciavam a viabilidade de sistemas amplos e públicos de proteção social. Como alternativa, propunha-se a adoção de medidas focalizadas e de baixa cobertura, voltadas ao alívio da pobreza, visando dar espaço à iniciativa privada e desonerar o orçamento nacional (IPEA 2010, apud, MENEZES, 2012, p.17).

A partir do pensamento neoliberal, as políticas sociais sofreram retrocesso e o desenho proposto se apresenta através de políticas focalizadas e condicionais ao

invés das de caráter universal. Ademais, sob as bases neoliberais, o enfrentamento da pobreza e da desigualdade “passa a ser tarefa da solidariedade da sociedade ou de uma ação estatal aleatória e tímida, caracterizada pela defesa de alternativas privatistas, que envolvem as organizações sociais e a comunidade em geral” (MDS/IBAM, 2008, p. 235).

O sistema de Seguridade Social, representado pela articulação e integração entre a Previdência Social, a Saúde e a Assistência Social, não se conformou livre de pressões para que não fosse consolidado sob as bases de uma seguridade social ampla, haja vista, o cenário que se apresentava desfavorável, como já exposto.

Para a Seguridade Social especificamente, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) é, sem dúvida, um divisor de águas. Com ela, dá-se início a uma ainda inconclusa trajetória de reconfiguração do sistema nacional de políticas sociais em direção a um modelo de segurança social que se baseia em direitos através de normas universalistas e critérios equânimes (MENEZES, 2012, p.14).

Portanto, mesmo com um cenário desfavorável, a Constituição de 1988 instituiu o Sistema de Seguridade Social. A assistência social, então, foi introduzida no campo da Seguridade Social, permitindo que seu caráter de complementariedade às demais políticas sociais se extinguisse e se conformasse o caráter de política de proteção social.

Mesmo com todo o ataque de redução aos gastos das políticas sociais, ocorridos nas últimas décadas, os mesmos não foram mais críticos, devido à configuração das principais políticas sociais, que garantiram, mesmo não de forma ideal, os respectivos orçamentos. Em 2006, houve uma significativa tentativa de fragilizar o Sistema de Seguridade Social, através da proposta de déficit nominal zero, protagonizado pelo Deputado Delfim Neto que anunciou, para 2007, um conjunto de teses que afetaria de forma pragmática esse Sistema. Se aceita, a proposta atingiria a segurança jurídica a respeito do financiamento aos direitos sociais, o que propiciaria a manipulação orçamentária fragilizando a continuidade dos recursos destinados a mesma (IPEA, 2007). Exemplos de políticas que usufruem de segurança jurídica protegendo-as de cortes orçamentários.

Regime Geral da Previdência Social (RGPS), Sistema Único de Saúde (SUS), seguro-desemprego, ensino fundamental, Benefícios de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) etc. – que gozam da proteção e da segurança jurídica contra cortes orçamentários. Essas políticas contam com recursos vinculados de impostos e das contribuições sociais e têm no princípio do salário mínimo como piso dos

benefícios uma barreira protetora contra a tesoura dos cortes de gastos, para gerar o superávit fiscal acertado com o FMI (IPEA, 2007, p.32).

A assistência social, como parte deste Sistema de Seguridade Social, de igual forma, se estabeleceu num campo de contradições e se constitui como uma política que, além da responsabilidade do enfrentamento à pobreza, do atendimento às necessidades sociais estabelecidas em diversos momentos históricos, deve atender as necessidades de uma população cujas vicissitudes são firmadas pelo ciclo da vida.

Assim, a assistência social se apresenta com a natureza de uma política social de direito à cidadania e de responsabilidade do Estado. A promulgação da LOAS (1993), sem dúvida, representou avanço no processo de consolidação de uma política social de cunho universal com base num sistema de seguridade social. Portanto, como elemento basilar da política de assistência, encontra-se a proteção social direcionada:

a proteção à família, à maternidade, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes¹⁶; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-las provida por sua família (LOAS, 1993, Art. 2º).

Após a promulgação da Constituição de 1988 e a aprovação da LOAS, outros marcos legais foram responsáveis pelo avanço da assistência social: a Política Nacional de Assistência Social-PNAS (2004), o Sistema Único de Assistência Social (2005) e a Norma Operacional Básica-NOB/SUAS (2006).

A aprovação da PNAS instituiu em ações diretas, os pressupostos da Constituição e o que estava previsto na LOAS; a construção do SUAS, que representa um requisito da LOAS, organiza e regula as ações socioassistenciais em território nacional e efetivou a assistência social como política pública; a publicação da NOB/SUAS disciplina a operacionalização da gestão da política de assistência e define os parâmetros de funcionamento do SUAS (MDS, 2010).

O Sistema Único de Assistência Social tem por função “a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira” (MDS, 2005, p.86), ou seja, materializa o conteúdo da LOAS e organiza os elementos essenciais à

¹⁶ A Administração Pública passou a usar, na prática e nos documentos relacionados à política de assistência social, a expressão “em situação de vulnerabilidade e risco social” em substituição a expressão “carentes” (LOAS ANOTADA, 2009, p.7).

execução da Política de Assistência Social. Outro ponto relevante deste sistema é seu caráter preventivo apresentado através da Proteção Social Básica de Assistência Social – PSB, efetivada nos CRAS, que possui como objetivo a prevenção de situações de risco que impõem a ruptura de vínculos familiares e comunitários.

Assim, um dos avanços que o SUAS traz é a incorporação das ações preventivas estruturadas na proteção básica, pois historicamente a Assistência Social se constituiu como uma política de “apagar incêndios”, voltada para atender situações emergenciais, após os vínculos já terem sido rompidos e os direitos violados (PAIVA, 2009, p.59).

O SUAS é definido como “um sistema de proteção social público não contributivo, com gestão descentralizada e participativa, que regula e organiza no território nacional os serviços, programas e benefícios socioassistenciais” (MDS, 2009, p. 7). Dessa forma, o SUAS possibilita que as ações previstas na Política de Assistência Social se materialize e se fortaleça em território nacional.

Na configuração da política de assistência social deve estar presente sua articulação com outras políticas do campo social e econômico, que devem manter entre si relações de completude e articulação, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. A operação da mesma, que deve oferecer serviços, projetos e programas, está sob a responsabilidade pública e sua gestão se encontra sob as bases dos princípios da descentralização e democratização (MDS, 2012).

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004, p. 36), os serviços de proteção básica de assistência social são aqueles que reforçam a família como unidade de referência, os que promovem a socialização e o acolhimento e os que promovem a integração ao mercado de trabalho e, dentre estes serviços, está o programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento à pobreza.

O artigo 2 da LOAS (1993), reafirma o que estabelece o artigo 203, inciso III da Constituição (1988) e prescreve como um dos objetivos da assistência social a promoção da integração ao mercado de trabalho. Portanto, cabe a assistência social a responsabilidade da promoção da integração ao mercado de trabalho de seu público alvo, ou seja, a população empobrecida, com profundas limitações econômicas e materiais, não esquecendo, contudo, que estamos falando de uma política de Seguridade Social que deve garantir o atendimento às necessidades básicas a todos que dela necessitar (BRASIL, 1988, art. 203).

Devemos considerar a relevância da assistência social na implementação e materialização de projetos e programas sociais, pois sua capilaridade em âmbito nacional propicia o alcance do público mais fragilizado. Seus equipamentos de Proteção Básica, em especial, os Centros de Referência da Assistência Social com a experiência com o trabalho com famílias, na busca ativa, quanto na interlocução com a rede socioassistencial local, colabora com a efetividade no alcance do público alvo de tais projetos e programas.

A assistência social ao alcançar o patamar de política pública ampliou o conceito de seus usuários, para além do conceito encontrado na LOAS, quando se referindo às crianças e adolescentes “carentes”. Sabemos que o público dessa política perfaz uma população empobrecida, cujas vulnerabilidades se apresentam para além do plano econômico material e, ainda, sua cidadania é opaca e afastada do acesso e alcance dos direitos sociais, civis e políticos. Portanto, a Política de Assistência Social ao designar seus usuários os apresenta de forma mais ampla:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos sociais, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidades de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural, sexual, [...] (PNAS, 2010, p.33).

Vale ressaltar, que usamos o conceito de “vulnerabilidade social” apoiados em Sposati (2009), que chama a atenção para a insuficiência conceitual dessa expressão. A autora afirma que esta expressão deve ser considerada a partir da existência de algo, quando a ocorrência de um risco social se apresenta de forma acentuada. Esclarece que o exame da vulnerabilidade social está relacionado

à densidade e à intensidade de condições que portam pessoas e famílias para reagir e enfrentar um risco, ou, mesmo, de sofrer menos danos em face de um risco. [...]. A vulnerabilidade, como o risco, também tem graduação, ao abranger os mais e os menos vulneráveis, isto é, os mais e os menos sujeitos a um risco [...]. Portanto, podemos identificar dois planos: o das fragilidades e o da incapacidade em operar potencialidades. No caso, atuar com vulnerabilidades significa reduzir fragilidades e capacitar as potencialidades. Esse é o sentido educativo da proteção social, que faz parte das aquisições sociais dos serviços de proteção (PNAS, 2009, p.35).

Como vimos, a LOAS (1993) e a PNAS (2004) coloca à assistência social o desafio em promover a integração ao mercado de trabalho, de forma que os trabalhadores fora do emprego formal, recebam desta política a garantia de serem protegidos pelo Estado através de ações de integração ao mercado de trabalho. Esta

responsabilidade desta política em promover o acesso de seus usuários ao mercado de trabalho não se deu por acaso.

Na complexa correlação de forças que desenhou a estrutura da seguridade social no Brasil, para os que lutavam pela inserção da assistência social no campo dos direitos, trazer para o escopo desta política tamanho desafio, ou seja, promover a integração ao mercado de trabalho poderia ser a “garantia” que os excluídos deste mercado teriam alguma proteção estatal com esta finalidade. Por outro lado, tal concessão já era um indício de que a questão seria tratada fora do circuito do direito ao trabalho. Basta olharmos que os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, estabelecidos no Artigo 7º da Constituição Federal, fazem referência aos trabalhadores regulamentados, ou seja, inseridos no mercado formal, seja na condição de empregados ou de autônomos (SOUZA, 2013, p.288).

A PNAS (2004), estabelece que a promoção da integração ao mercado de trabalho se efetivará a partir de algumas ações que, a título de interesse deste trabalho, destacamos o Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza que deve ser de responsabilidade da proteção básica de assistência social no âmbito do serviço dos Centros de Referência da Assistência Social. O que se apresenta é a indicação dos CRAS, cujo trabalho deve ser o de oferecer serviços socioassistenciais às famílias de seu território, como local privilegiado em promover serviços de geração e renda.

O que verificamos através das legislações e de cartilhas produzidas pelas instituições de âmbito federal e estadual, que acompanham os programas e projetos desenvolvidos nos CRAS, é a árdua responsabilidade colocada aos profissionais desses equipamentos públicos, de organizar e implantar ações que efetivem à integração de seu público ao mercado de trabalho, contudo, por vezes, sem a devida orientação e sem uma definição concreta do trabalho.

Sem definição clara de competências, mas amparadas legalmente também pelo artigo 25 da Loas, nas secretarias responsáveis pela política de assistência social proliferaram ações fragmentadas, isoladas, pontuais e desconectas, realizadas ou incentivadas com recursos dos fundos da assistência social, visando gerar trabalho e renda para os usuários. Com os desempregados batendo a porta, se não há trabalho, compete à assistência social, gerá-lo (SOUZA, 2013, p. 289).

Os serviços da Proteção Social Básica, se estruturam para garantir o fortalecimento das relações familiares e comunitárias, a prevenção das situações de risco e de vulnerabilidade, como por exemplo, o rompimento dos vínculos familiares. O SUAS (2005), prescreve que os serviços socioassistenciais, na Proteção Social, são responsáveis pela provisão da segurança de sobrevivência, que se traduz através

da renda e da autonomia, as quais se materializam, atualmente, através dos Programas Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada- PBC e dos Benefícios Eventuais.

O trabalho central desenvolvido nos equipamentos de Proteção Básica são o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O PAIF, tem como centralidade, o fortalecimento da família, com base em sua função protetiva e a prevenção para que não ocorra a ruptura de seus vínculos familiares e comunitários. Já o Serviço de Convivência se organiza para que o sentimento de pertencimento e de identidade sejam desenvolvidos, para que haja a troca cultural e a convivência comunitária e a socialização sejam estimuladas.

A PNAS (2004), institui as seguranças as quais devem ser garantidas através da Assistência Social que são as de acolhida, de segurança social de renda, de convívio, de desenvolvimento da autonomia e de benefícios materiais ou em pecúnia o que traduz à assistência social seu caráter de política de proteção social.

A proteção social inclui a rede hierarquizada de serviços e benefícios onde o acesso aos benefícios se concretiza a partir da condição de elegibilidade e de um processo seletivo; os serviços se apresentam como um conjunto de atividades prestadas os quais

destinam a prover determinadas atenções, desenvolver procedimentos com para pessoas, afiançar aquisições” [...]a proteção social da Assistência Social age sob três situações: proteção às fragilidades/vulnerabilidades próprias ao ciclo de vida; proteção às fragilidades da convivência familiar; proteção à dignidade humana e combate às suas violações (SPOSATI, 2009, p.41-42).

A assistência social é uma política social cuja finalidade é a concretização de direitos sociais e que significa prestar à população, como dever do Estado, um conjunto de benefícios e serviços que lhe é devido em resposta às necessidades sociais. Esta política possui a característica de uma política transversal e por si só não é capaz de contemplar as demandas que chegam até ela e, assim, o movimento de integração com as demais políticas setoriais é considerado fundamental na realização desta política.

É preciso, então, a efetivação da intersetorialidade, que é um princípio organizativo da política de assistência social cuja materialização é para além da interlocução entre atores e setores públicos, privados e da sociedade civil. Sua concretude oferece aos seus usuários o acesso aos direitos sociais, que contribuem

para a emancipação dos sujeitos, logo, amplia sua cidadania uma vez que esse indivíduo se constitui sujeito de sua história.

Ou seja, a intersetorialidade “deve expressar a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social básica ou especial e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas” (COUTO, 2010, p.39).

Ademais, a intersetorialidade é “ tão substantiva para a Assistência Social como o é para as demais políticas, ao se considerar que nenhuma delas guarda resolutividade plena em si mesma” (SPOSATI, 2009, p.45). Assim, a proteção social se efetiva na soma das políticas setoriais, pois de outro modo o atendimento à família se realizará de forma fragmentada e em alguns aspectos de forma ineficaz.

Não é necessário voltarmos à natureza da Política de Assistência Social e do SUAS, bem como as respectivas trajetórias, pois já se encontram presentes neste trabalho, contudo, apenas para lembrarmos a relevância destes elementos reafirmamos: a assistência social se apresenta com a natureza de uma política social de direito à cidadania e de responsabilidade do Estado; e o SUAS dispõe, estrutura e organiza a execução de suas ações e, ainda, “integra o eixo acesso a serviços ofertando benefícios, programas, projetos e serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Especial” do BSM (COLIN, 2014, p. 355).

Portanto, é necessário identificar a relevância da assistência social e da rede SUAS, na concretização do BSM:

Em primeiro lugar, a assistência social é o serviço público mais claramente dedicado ao atendimento dos brasileiros pobres e vulneráveis, o que corresponde ao público do Brasil sem Miséria. Outro motivo é o fato de os serviços terem hoje a escala nacional e a capilaridade necessárias às ações de superação da extrema pobreza em todo o país. Um terceiro motivo é o caráter de pactuação federativa na oferta dos serviços socioassistenciais, também fundamental no Plano. O quarto é que o representante da União na gestão do SUAS é o MDS, que coordena o Brasil sem Miséria. E o quinto é que a rede de assistência social é a responsável pela operação do Cadastro Único para Programas Sociais em nível municipal. Ou seja, são os profissionais da rede SUAS que realizam os procedimentos para inserção das famílias no sistema do Cadastro, com o apoio dos estados. E o Cadastro Único, como se sabe, é a porta de entrada para grande parte das ações que compõem o Brasil sem Miséria (COSTA, 2014, p.261).

Destaca-se, a relevância do SUAS e da Política de Assistência Social no BSM tanto na perspectiva da Proteção Social Básica¹⁷, quanto na Proteção Especial, ou seja, nos dois pilares desta política. Sua contribuição refere-se ao desenvolvimento de ações nos seguintes eixos: “i) garantia de acesso à renda, ii) acesso a serviços, e iii) inclusão produtiva” (COLIN, 2014, p.355).

Ademais, o público da assistência social se circunscreve na esfera do Plano BSM. Como já apresentamos, a reestruturação produtiva com base no padrão de acumulação flexível, que foi colocada como modelo global, impôs mudanças nas bases dos processos produtivos e diversos elementos se interpuseram na reprodução da força de trabalho que interferiram, negativamente, na organização dos trabalhadores.

Além da diminuição das frentes de emprego, os que permaneceram no mercado de trabalho, também tinham que lidar com a ausência de qualificação profissional necessária para certas ocupações, o que os impediam de disputarem vagas de trabalho. Estes são conhecidos “como o núcleo periférico da força de trabalho estando muito vulneráveis a qualquer mudança que gere desemprego” (GALLO, 2011, p.45).

No entanto, não desejamos cometer o equívoco de limitar o público da assistência com a categoria acima citada, pois a mesma, como afirma a Constituição Federal de 1988, em seu art. 203 “será prestada a quem dela necessitar”, ou seja, a Política de Assistência Social possui como base os princípios da universalidade e da não discriminação.

Contudo, podemos afirmar que o público da assistência social, que mais acessa os equipamentos dos CRAS é composto pelos beneficiários do Programa Bolsa Família- PBF, ou os que desejam o ingresso no programa, ou seja, se configura de uma população de trabalhadores empobrecidos, com baixa escolaridade, ocupando subempregos e submetidos ao desemprego de maior duração.

O Plano Brasil Sem Miséria, para alcançar seu público, teve como suporte o trabalho da assistência social e da rede SUAS, pois estão próximos àqueles que possuem alto nível de privações, com altos níveis de exclusão de acesso a serviços

¹⁷ Ressaltamos que a Proteção Especial se configura como importante braço da Política Nacional de Assistência Social, contudo elegemos os CRAS, para fazer parte de maior atenção, devido o trabalho com famílias desenvolvido nestes equipamentos, sua capilaridade na rede socioassistencial, sua responsabilidade no acompanhamento do PRONATEC, sua interlocução mais íntima com o PBF, entre outras funções que se somam no acompanhamento das famílias pobres.

públicos, com raras oportunidades aos direitos sociais, econômicos, culturais etc., ou seja, próximos ao “núcleo duro da pobreza” (CAMPELLO, 2014, p.802).

Assim, “a assistência social é o serviço público mais claramente dedicado ao atendimento dos brasileiros pobres e vulneráveis” e, portanto, esta política com grande capilaridade, que também é responsável pela operação do Cadastro Único para Programas Sociais em nível municipal, tem em seus usuários o público do Brasil sem Miséria (COSTA, 2014, p.263).

O próximo item compõe a discussão sobre o Plano Brasil Sem Miséria e seu eixo sobre a inclusão produtiva, em especial no âmbito urbano. Identificaremos como se estrutura o eixo da inclusão produtiva, com seu braço principal que é o PRONATEC. Apresentaremos os instrumentos apontados por este governo que se mostram como formas de o trabalhador se colocar frente ao desemprego, a diminuição de abertura dos postos de trabalho e aos fechamentos dos postos de emprego. Ou seja, apresentaremos os cursos de qualificação do PRONATEC, o empreendedorismo e a economia solidária como possibilidades colocadas à classe trabalhadora.

A inclusão produtiva, na perspectiva do BSM articula ações e programas que favorecem a inserção no mercado de trabalho por meio do trabalho formal, do empreendedorismo e da economia solidária. Reúne Iniciativas de apoio como microempreendedor, cooperativas de economia solidária, qualificação profissional e Intermediação de mão de obra, com o objetivo de colocar os beneficiários em postos de emprego com carteira de trabalho assinada e previdência social.

1.4 Inclusão produtiva no Plano Brasil Sem Miséria

Na continuidade do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleita, em 2011¹⁸ como Presidente, a candidata Dilma Rousseff. Em seu governo, iniciado em primeiro de janeiro de dois mil e onze, foi apresentado como uma das intenções de meta de governo, a erradicação da extrema pobreza. O país apresentava números elevados de índice de pobreza e o governo se volta para construir estratégias que pudessem concretizar tal objetivo.

¹⁸ Reeleita em 2014.

O IBGE, através do Censo Demográfico do ano de 2010, demonstrou que a desigualdade de renda era agudizada no Brasil, apesar da tendência de redução observada nos últimos anos. Não obstante, a média nacional de rendimento domiciliar per capita fosse de seiscentos e sessenta e oito Reais em 2010, 25% da população recebiam até cento e oitenta e oito Reais e metade dos brasileiros recebia até trezentos e setenta e cinco Reais, o que equivalia menos do que o salário mínimo naquele ano que era de quinhentos e dez Reais.

Conforme os referidos dados, a incidência de pobreza, em 2010, era maior nos municípios de porte médio (10 mil a 50 mil habitantes). Ainda no mesmo ano, a proporção média de pessoas que viviam com até setenta Reais de rendimento domiciliar per capita era de 6,3% e nos municípios com 10 mil a 20 mil habitantes, essa proporção significava o dobro.

Em 2011, havia 36 milhões de pessoas, beneficiárias do Programa Bolsa Família, que estariam na miséria caso sobrevivessem apenas com sua renda familiar. Graças ao Bolsa Família, 14 milhões escapavam dessa condição. Mas ainda restavam 22 milhões de brasileiros que, mesmo recebendo os benefícios do Bolsa Família, continuavam na extrema pobreza. Medidas tomadas no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria retiraram todas essas pessoas da miséria (MDS, 2014, a, p. 5).

A partir desta intenção, institui-se o Plano Brasil Sem Miséria pelo Decreto nº 7.492, de junho de 2011, cujas ações envolvem diversas políticas setoriais com o objetivo central de superar a situação de extrema pobreza em território nacional. No primeiro artigo do decreto, se preconiza a integração e articulação de políticas, programas e ações para que a finalidade de superar a extrema pobreza seja alcançada.

O Plano “estruturou suas ações a partir do reconhecimento de que políticas sociais precisam ofertar um olhar integral para as demandas e necessidades dos sujeitos e para as distintas expressões da questão social” (COLIN, 2014, p. 350). Assim, trouxe para seu escopo, como estratégia principal, a atuação intersetorial, ou seja, as políticas públicas se configuram, a partir do BSM, para o direcionamento de forma “integrada e em conformidade com determinado patamar de civilidade, a partir do reconhecimento da sua história de vida e do território onde o cidadão está inserido” (IDEM, p. 350).

A renda foi considerada como indicador para eleger o público do BSM, contudo, o Programa foi organizado considerando várias perspectivas e como direção central, o Estado ampliaria o acesso a bens, serviços e oportunidades e à inclusão das famílias mais pobres seria prioritário.

Uma das decisões basilares no desenho do Plano Brasil sem Miséria foi a definição da linha de extrema pobreza que nortearia toda a estratégia, com vários usos. A linha foi empregada no diagnóstico inicial que caracterizou a população extremamente pobre em todo o país, feito com base em informações do Censo. Aplicada à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ela serviu como um dos vários parâmetros para acompanhar a trajetória da taxa de extrema pobreza ano a ano. E, no âmbito do Cadastro Único para Programas Sociais, delimitou o público selecionado para uma série de iniciativas do Plano (FALCÃO, 2014, p. 67).

Portanto, um dos maiores desafios reconhecido pelo governo federal seria o enfrentamento da erradicação da pobreza no país, haja vista a mesma possuir em sua estrutura a característica da multidimensionalidade, o que exige uma ação intersetorialmente articulada e ação integrada de um conjunto de ministérios, secretarias e órgãos do governo.

O governo partiu da seguinte convicção: teria que construir políticas para alcançar os brasileiros mais vulneráveis, mais distantes, mais abandonados pelo Estado e mais excluídos pela sociedade. O primeiro passo foi organizar uma grande “força tarefa”, um esforço concentrado de governo para, em curto espaço de tempo e com medidas de alto impacto, escala e abrangência nacional, alterar a situação dessas famílias (CAMPELLO, 2014, p.34).

No art. 12 do Decreto que instituiu o BSM, são apresentadas as formas de custeio do Plano que serão através de: dotações orçamentárias da União, consignadas anualmente nos orçamentos dos órgãos e entidades envolvidos no Plano Brasil Sem Miséria; de recursos oriundos dos órgãos participantes do Plano Brasil Sem Miséria e que não estejam consignados no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União; e outras fontes de recursos destinadas por Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como por outras entidades públicas e privadas.

Para o acompanhamento do Plano, foi criado um Grupo Interministerial de Acompanhamento coordenado pelo MDS, agregado ainda, pela Casa Civil da Presidência da República, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério das Cidades, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério da Integração Nacional.

O Decreto prevê reuniões com representantes de entidades e órgãos públicos e privados, com o Ministério Público e o Poder Legislativo e Judiciário. A execução do Plano Brasil Sem Miséria é de responsabilidade da União em colaboração com Estados, Distrito Federal, Municípios e com a sociedade civil.

Um dos objetivos do Plano BSM “é a promoção do acesso aos direitos sociais e às melhores oportunidades para uma população que reúne um conjunto amplo de vulnerabilidades sociais” e em sua estrutura “agrega transferência de renda, acesso a serviços públicos, nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, e inclusão produtiva” (MDS, 2012, p.2-3).

Os eixos de atuação deste Plano compreendem a garantia de renda; o acesso a serviços públicos; e a inclusão produtiva. Possui como diretrizes: a garantia dos direitos sociais; a garantia de acesso aos serviços públicos e às oportunidades de ocupação e renda; a articulação de ações de garantia de renda com ações voltadas à melhoria das condições de vida da população extremamente pobre, considerando, a multidimensionalidade da situação de pobreza; e a atuação transparente, democrática e integrada dos órgãos da administração pública federal com os governos estaduais, municipais e com a sociedade.

As ações circunscritas no PBSM são a transferência de renda, o acesso a serviços, ações na área da Educação, da Saúde, da Assistência Social e de Segurança Alimentar e a inclusão produtiva – rural e urbana. Ou seja, são ações de caráter fundante do plano e que sustentam a efetivação de ações que cooperarão para a materialização de seu objetivo central que é a erradicação da extrema pobreza.

Conforme já apresentado, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome afirma, que um dos objetivos do Plano BSM é a promoção do acesso aos direitos sociais. Num dos eixos deste Programa de governo, está a inclusão produtiva urbana e rural cujo objetivo é propiciar o aumento das capacidades e das oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades. O Plano possui uma peculiaridade em organizar suas ações “em várias dimensões, em especial ampliando o acesso a bens, serviços e oportunidades” (CAMPELLO, 2014, p. 33-34).

No Brasil Sem Miséria, a fim de efetivar a superação da situação de extrema pobreza, concentra em seu objetivo três elementos, que são: a elevação da renda *per*

capita familiar da população que vive na extrema pobreza a qual será garantida através do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC); a ampliação do acesso aos serviços públicos para essa mesma população; e o de propiciar oportunidades de acesso a ocupação e renda à população na faixa da extrema pobreza através de ações de inclusão produtiva.

As ações norteadoras do Plano compreendem a ampliação dos serviços públicos e o incentivo pela qualidade dos mesmos e, portanto, é necessário o aprimoramento dos serviços ofertados juntamente com a mobilização para a geração de ocupação e renda e a melhoria da qualidade de vida. Várias ações são desenhadas para a efetivação do aprimoramento, dentre as quais, destacamos as seguintes: documentação, energia elétrica, combate ao trabalho infantil, educação infantil, saúde da família, rede cegonha, aumento dos equipamentos da Assistência Social, CRAS e CREAS.

Referente ao eixo da inclusão produtiva, as ações distinguem-se segundo as características rurais ou urbanas, ou seja, as iniciativas voltadas para a inclusão produtiva da população extremamente pobre foram construídas de modo a atender as especificidades da realidade rural e urbana.

Como base de atuação no eixo da inclusão produtiva no âmbito rural, tema que não será aprofundado neste trabalho, encontram-se alguns programas voltados para alcançar a meta da erradicação da pobreza os quais são os seguintes: assistência técnica, cujo objetivo é estruturar a produção de alimentos para o autoconsumo e a comercialização do excedente, bem como a geração de renda¹⁹; o fomento que seria através de transferência de recursos financeiros com a mesma estrutura de pagamento existente do Programa Bolsa Família²⁰; o acesso a mercados públicos e privados, que com a ampliação de agricultores familiares, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estaria também previsto a compra da produção com a participação das instituições públicas (hospitais, creches, presídios) e filantrópicas, bem como estabelecimentos privados (mercados); água e luz para todos com a construção de cisternas e luz para as famílias que, ainda não possuísem abastecimento de energia elétrica, através do Programa Luz para Todos; e o bolsa

¹⁹ Com base no diagnóstico de cada unidade familiar produtora, seria elaborado um projeto de estruturação produtiva, considerando o perfil da população e o uso de tecnologias adequadas.

²⁰ Esses recursos seriam não reembolsáveis e estariam vinculados à adesão de um projeto de estruturação produtiva da unidade familiar.

verde, cuja ação é de apoio à conservação ambiental em áreas de preservação permanente.

As ações que integram a inclusão produtiva urbana são: qualificação profissional, através do PRONATEC Brasil Sem Miséria - PRONATEC/BSM; Mulheres Mil; intermediação de mão de obra; fomento ao empreendedorismo (incentivo à formalização, assistência técnica e microcrédito); e apoio a iniciativas econômicas solidárias (com destaque para os (as) catadores (as) de material reciclável).

O PRONATEC, criado pela Lei nº 12.513/2011, se caracteriza como uma das principais ações de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria e o mesmo é coordenado pelo Ministério da Educação (MEC). Essa parceria prevê a oferta “gratuita de qualificação profissional para pessoas inscritas ou em processo de inclusão no CadÚnico, na modalidade intitulada Bolsa-Formação Trabalhador, sob a forma de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC” (MDS, 2014, b, p.4).

Esta oferta de cursos é designada de PRONATEC/BSM e “destina-se prioritariamente ao público jovem e adulto com perfil de baixa renda do Cadastro Único que quer entrar ou melhorar sua inserção no mundo do trabalho” (FALCÃO, 2014, p.92). Prioriza os cadastrados em situação de extrema pobreza (com renda familiar *per capita* de até R\$140) e os beneficiários de programas federais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada.

Assim, o PRONATEC/BSM

dedica atenção especial aos grupos mais expostos aos riscos da pobreza, como as pessoas com deficiência, jovens, mulheres, negros, população em situação de rua, catadores de material reciclável, índios e comunidades tradicionais (MDS, 2014, b, p.4).

Fica claro que, o referido programa se constitui com considerável atenção do governo Dilma para garantir a materialização do eixo da inclusão produtiva urbana. Nota-se que em seu desenho, houve o cuidado para que o público alvo deste programa fosse alcançado, como por exemplo, destacamos, a variedade de cursos, referente ao grau de instrução dos alunos é exigido de acordo com a complexidade dos mesmos, permitindo, dessa forma, que os indivíduos que tivessem baixa escolaridade fossem inseridos em cursos mais simples, entre outras questões.

O Pronatec foi concebido e criado praticamente ao mesmo tempo do Brasil sem Miséria e contou com uma modalidade específica para atendimento aos mais pobres. Ele viabilizou a inclusão do público em cursos de qualificação de

curta duração (cursos de formação inicial e continuada, ou FIC) com características e regras próprias de mobilização, inscrição e permanência. Isso possibilitou a formação de pessoas, majoritariamente jovens e mulheres, que puderam partir em busca de melhores oportunidades de emprego e empreendedorismo. No total, foram matriculadas mais de 1,5 milhão de pessoas de baixa renda no Pronatec (CAMPELLO, 2014, p. 55).

De acordo com Souza (2013), houve avanço e retrocesso, nas bases da inclusão produtiva do BSM. Com relação aos cursos do PRONATEC, mesmo havendo a crítica de que oferecem pouca relação entre a oferta de seus cursos e a demanda do mercado, os mesmos são formulados de acordo com as especificidades e necessidades das comunidades e isto significa avanço. Contudo, o retrocesso, está relacionado à vinculação da inclusão produtiva ao esforço individual, ou seja, cabe ao indivíduo esta responsabilidade.

As ações do BSM, de forma geral, baseiam-se na ampliação e adequação de políticas já existentes. Essas políticas buscam o reforço dos mecanismos que tiveram sucesso anteriormente; procuram reformular as estratégias que apresentaram pouca efetividade; e introduzem novos programas e ações inovadoras, sobretudo, na formação profissional e na assistência técnica personalizada aos agricultores familiares.

Para deixar claro o comprometimento da base governamental com o BSM, destacamos uma das produções governamentais, usada nesta pesquisa, que é o Livro Brasil Sem Miséria (MDS, 2014). Esta produção demonstra todo o esforço para que o Plano seja entendido e efetuado e seus artigos foram produzidos por intelectuais que trabalham na base do governo e que são responsáveis por grandes programas, secretarias e ministérios. Como por exemplo: a ex-Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, Economista formada pela Universidade Federal de Uberlândia; o Secretário Extraordinário para Superação da Extrema Pobreza do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tiago Falcão Silva, Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); e a Secretária Nacional de Assistência Social, Denise Ratmann Arruda Colin, Assistente Social e Dra. em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná.

Encontramos na referida produção, a preocupação em apresentar os pontos favoráveis e de impacto do PBSM, a partir de sua organização, sua estrutura e seu desenho que conformam o esforço em direcionar a população mais pobre e a que

está fora do mercado de trabalho à inserção na cadeia produtiva. Já se tornou claro, que o carro-chefe da estratégia de inclusão produtiva urbana é o PRONATEC Brasil sem Miséria que oferece cursos gratuitos voltados às pessoas de baixa renda.

Esses cursos são oferecidos e ministrados por entidades do “Sistema S”: o Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SEST/SENAT; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- SENAC; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI; o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural -SENAR; pela rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e através das redes estaduais e municipais de educação técnica e tecnológica credenciadas pelo MEC.

Para que a execução deste programa ocorresse com êxito, o governo federal disponibilizou aos alunos todo o material escolar e didático usado nos cursos e recursos para prover os custos correspondentes à alimentação e ao transporte. Contudo, dificuldades relevantes se apresentaram para a adesão ao curso pela população que consistia, basicamente, ao entendimento da população de baixa renda sobre qualificação profissional, acompanhado do receio do público beneficiário do PBF em se matricular nos cursos e perder o benefício e, ainda, a dificuldade na divulgação dos cursos.

Assim, entra em cena, como colaborador essencial, o SUAS.

A entrada da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na estratégia foi decisiva para mudar essa situação. Sua experiência no atendimento às famílias mais vulneráveis, sua abrangência nacional e sua capilaridade fizeram da rede SUAS o parceiro ideal para o Ministério da Educação no Programa, levando as informações sobre o PRONATEC Brasil sem Miséria até o público-alvo e acompanhando a sua trajetória durante o curso. Além disso, a área da assistência social vem sendo fundamental para encaminhar os formados aos serviços de intermediação de mão de obra e de apoio ao microempreendedorismo e a iniciativas de economia solidária (COSTA, 2014, p. 293).

Assim, a aproximação da rede SUAS e das Secretarias Municipais de Assistência Social com o PRONATEC, foi para além de uma interlocução como o apresentado acima. Caracteriza-se como responsabilidade da assistência os encaminhamentos dos alunos dos cursos para a intermediação de mão de obra, o apoio ao microempreendedor e à economia solidária, ou seja, o trabalho da assistência social se tornou imprescindível ao alcance do programa à população mais pobre.

Os governos municipais têm papel central na gestão local do PRONATEC/BSM, pois como são responsáveis pelo cadastramento das famílias no CadÚnico, cabe aos mesmos gerarem, através desse sistema, o Número de Identificação Social -NIS dos candidatos, negociar as vagas e cursos para o município, divulgar o programa, mobilizar o público, realizar a pré-matrícula dos interessados, prioritariamente nos CRAS, e acompanhar os beneficiários durante a realização dos cursos de qualificação.

Como incentivo aos municípios que aderem ao PRONATEC/BSM, os mesmos recebem cofinanciamento, através do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho), para que sejam efetivadas as ações do Plano e outras ações de inclusão produtiva. Este cofinanciamento refere-se à

execução de ações de articulação, mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade ao mundo do trabalho, por meio do acesso a ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra, economia popular e solidária, microempreendedorismo individual e microcrédito produtivo orientado, dentre outros possíveis (MDS, 2014, p.11).

Os recursos não se resumem ao ACESSUAS, os recursos do Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (IGD-M), repassados pelo Governo Federal aos Municípios, podem ser disponibilizados para o “apoio financeiro a articulação de ações e programas de inclusão produtiva (geração de trabalho e renda) para os beneficiários do Bolsa Família e inscritos no CadÚnico, a exemplo do PRONATEC/BSM” (MDS, 2017, p.11).

Como competência das secretarias municipais a etapa de mobilização exige um árduo trabalho dos técnicos dos CRAS, dos Centros de Referência Especial de Assistência Social- CREAS e da equipe do ACESSUAS. As equipes técnicas devem identificar e mobilizar o público prioritário; deve haver a orientação e a sensibilização com as famílias indicando as oportunidades de acesso e de participação em cursos de formação e qualificação profissional, o encaminhamento aos serviços de intermediação de mão-de-obra no município e em programas e projetos de inclusão produtiva.

Como mais uma ação integrante da inclusão produtiva urbana temos o Programa Mulheres Mil. Na evolução do BSM e através de mais uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Educação, no início de 2014, o Programa Mulheres Mil é integrado ao PRONATEC e, dessa

forma, a proximidade do referido programa com a política de assistência social se perfaz de forma mais íntima.

O PRONATEC/BSM Mulheres Mil realiza dois movimentos significativos que vão ao encontro das mulheres mais pobres, em especial as beneficiárias do PBF: aproxima as mulheres à Rede Socioassistencial usando a estratégia da qualificação profissional e, ao mesmo tempo, amplia a oferta de qualificação profissional as mesmas.

Inicialmente, este programa foi implantado, como Projeto Piloto, em 12 estados das regiões norte e nordeste. Seu objetivo era o de promover a inclusão social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade e propiciar a melhoria do seu potencial de mão de obra e melhores condições de vida a cada uma das mulheres e em suas famílias. O mesmo foi idealizado através da parceria com a Association of Canadian Community Colleges (ACCC) do Canadá, em 2007 (MEC, 2016).

Mulheres Mil se insere num conjunto de políticas públicas e

abrange os grupos de mulheres pertencentes a um mesmo território, com histórias de vida e identidades comuns, uma vez que a perspectiva territorial presume a integração de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas. Pressupõe, ainda, a compreensão do território como lugar que possibilita o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (MDS, 2014, a, p.5).

Como o projeto teve êxito, o Ministério da Educação instituiu nacionalmente, em 2011, o Programa Nacional Mulheres Mil por meio da Portaria nº 1.015 de 21 de julho e, posteriormente, como já apresentado, foi integrado ao PRONATEC/BSM, o que permitiu o atendimento específico de mulheres aos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária mínima de 160 horas.

Alguns dados nos oferecem a dimensão de como o PRONATEC está voltado para o público dos setores mais frágeis da sociedade brasileira. Conforme os Cadernos de Resultados de 3 anos do BSM (MDS, 2014, a), seus cursos se apresentam de acordo com o público de baixa renda e baixa escolaridade; 68% das inscrições são de mulheres; e 50% dos inscritos têm entre 18 e 29 anos, ratificando a preocupação às melhores oportunidades para a população pobre.

A inclusão produtiva, através da qualificação profissional dos cursos do PRONATEC, é integrada e complementada pela intermediação de mão de obra. Outra ação integrante da inclusão produtiva urbana é a intermediação da mão de obra

que possui peso relevante para a inserção no mercado de trabalho formal e que se perfaz, ainda, como uma política ativa de emprego.

Para que ocorra a intermediação da mão de obra, no escopo do PRONATEC, é necessário que o Sistema Nacional do Emprego - SINE seja considerado no processo e esteja a par dos cursos oferecidos em seu território de abrangência, ou seja, um elemento basilar para a efetivação da intermediação da mão de obra é a implementação do SINE nas unidades da Federação com a interlocução com as unidades municipais, em especial a do emprego e da assistência.

O SINE foi instituído pelo Decreto nº 76.403, de 1975 e, atualmente, no Estado do Rio de Janeiro, está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda – SETRAB. A Constituição Federal instituiu Programa do Seguro do Desemprego. A Lei nº7.998, de 1990, regulamentou este Programa e também instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, que passou a ser responsável em custear o SINE. O Ministério do Trabalho e Emprego e o Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT, são responsáveis em dispor as normas e diretrizes de atuação do SINE.

O Sistema Nacional do Emprego é responsável em oferecer à população os serviços para a intermediação de mão-de-obra e em cooperar para a inserção do trabalhador no mercado de trabalho formal, seja para os egressos dos cursos de qualificação, seja para os que estão fora do mercado de trabalho. Neste sentido, o SINE e as entidades representativas de empregadores representam um instrumento importante para a captação de vagas de emprego para o público do Plano Brasil Sem Miséria.

No desenho operacional da intermediação da mão de obra, encontram-se as etapas de cadastramento em que os dados do trabalhador são colhidos; a captação de vagas, que é a busca de vagas de emprego junto ao empresariado; o encaminhamento para as entrevistas, através do cruzamento entre os perfis dos trabalhadores e das vagas de emprego disponíveis seguida de orientação para a apresentação dos trabalhadores no local solicitado; e a colocação no mercado de trabalho, que significa a contratação do trabalhador pela empresa (MDS, 2014, b).

Destarte, diante do exposto sobre o PRONATEC, podemos concluir que o mesmo é apresentado, pelo Governo Federal, como instrumento possível para a inserção na cadeia produtiva e de provisão de renda. O programa se apresenta como possibilidade para os que estão fora da cadeia produtiva e para aqueles que estão em

subempregos e desejam uma vaga em outros setores que ofereçam melhores salários.

Não podemos descartar aqueles que desejam ser empreendedores por várias razões, quer por acreditarem numa possibilidade melhor de emprego e renda, quer por vislumbrarem apenas esta possibilidade e, ainda, não podemos esquecer os segmentos da sociedade que se apresentam fragilizados por questões culturais ou de gênero e, por fim, aqueles que, mesmo empregados, desejam a qualificação para se manterem no mesmo emprego ou assumirem outras funções.

O BSM reúne iniciativas de apoio ao microempreendedor, às cooperativas de economia solidária; à qualificação profissional e a intermediação de mão de obra. Seu objetivo basilar é a colocação dos beneficiários do Programa Bolsa Família e dos que estão cadastrados no Cadastro Único para Programas do Governo Federal- CadÚnico em postos de emprego com carteira de trabalho assinada e incluídos na previdência social, não descartando, contudo, a inserção através do empreendedorismo com a opção da autonomia financeira.

Outra forma de concretizar a inclusão produtiva das famílias, inscritas no CadÚnico ou beneficiárias do PBF, é o empreendedorismo individual. O mesmo perfaz umas das significantes estratégias, diríamos, de acomodação dos desempregados na cadeia produtiva com a abertura de negócios próprios. O empreendedorismo não está solto no desenho do BSM, ao contrário, existe uma estrutura “lógica” para a sua implementação. Através do PRONATEC, se torna uma possibilidade de sobrevivência já que os cursos “possibilitou a formação de pessoas, majoritariamente jovens e mulheres, que puderam partir em busca de melhores oportunidades de emprego e empreendedorismo” (CAMPELLO, 2014, p.55).

Ou seja, de acordo com produção de base governamental, esses cursos de qualificação, além de facultar melhores oportunidades de emprego, propiciam a inserção na cadeia produtiva, através da qualificação para manter-se no emprego, seja para a disputa no mercado de trabalho formal, seja em busca da geração de renda com o esforço próprio daquele que está desempregado seguindo para o empreendedorismo.

Os cursos permitiriam, de acordo com as informações governamentais, outra forma de inserção no mercado de trabalho, pois se apresenta como possibilidade de reprodução de vida do trabalhador. Este discurso embaça o desmonte da regulação

das relações trabalhistas, com o acirramento das formas de trabalho precarizado e o aprofundamento da “flexibilização” das condições do trabalho que imprime a disseminação de formas precárias de contratos, num contexto mundial de aumento do excedente da força de mão de obra.

Como apoio para a geração de trabalho e renda através do empreendedorismo individual, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em parceria com o SEBRAE, atua na formalização dos empreendedores inscritos no CadÚnico como Microempreendedores Individuais (MEI), realizando o acesso desses indivíduos ao crédito e aos direitos sociais, como por exemplo, a inclusão dos mesmos na previdência social.

O SEBRAE orienta o caminho para a formalidade e oferece várias ferramentas de suporte para a superação de prováveis dificuldades que aparecerão no percurso. As mesmas oferecem estratégias para o alcance de metas, orientam como lançar a própria marca no mercado, sobre o ambiente de negócios etc. incentivando para que o trabalhador informal e para os que estão desempregados se tornem um Microempreendedor Individual.

Não é exclusividade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do SEBRAE o interesse pelo empreendedorismo, pois, também, tem sido foco de instituições financeiras como o SANTANDER que há dez anos promove o incentivo a este público através de concursos com premiações monetárias e, em seu discurso, justifica que empreendedor “é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (FILION 1999, p.19 apud SEBRAE).

Ressaltamos, que existe uma organização em prol do empreendedorismo individual. As operações de microcrédito, exclusivas para as atividades produtivas, são oferecidas através de bancos públicos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste) e prima pela facilitação do acesso ao crédito para a compra de máquinas e equipamentos, para a formalização e a geração de trabalho e renda.

O público alvo deste Programa são os Microempreendedores Individuais, microempresas e empreendedores informais e o crédito é oferecido com taxa de juros equivalente a 8% ao ano e o empréstimo é isento de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Diante de tantas dificuldades de trabalho, da redução de abertura de frentes de trabalho e de trabalhos formais, diante da fragilidade da classe trabalhadora em se organizar e conquistar outros direitos e de lutar na garantia dos direitos conquistados outrora, a ideia do “ser empreendedor”, a cada dia, se mostra com peso no cotidiano dos trabalhadores que sofrem a insegurança da estabilidade das relações de trabalho e são ameaçados pelo desemprego.

E por fim, mais uma ação integrante da inclusão produtiva urbana é o apoio as iniciativas econômicas solidárias na perspectiva da organização, produção, comercialização e acesso ao crédito. Cruz (2011, p. 122), parte do pressuposto de que economia solidária é a iniciativa econômica que agrega trabalhadores com base em certas características que são as seguintes:

- (1) caráter coletivo das experiências (não são portanto, formas de produção e consumo individuais, típicas da “economia informal” em seu sentido estrito),
- (2) generalização de relações de trabalho não assalariadas, (3) exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos etc.), e (4) “inserção cidadã” das iniciativas: respeito ao consumidor e ao meio ambiente, participação ativa na comunidade em que está inserida, articulação política com as outras iniciativas de economia solidária, denúncia de mecanismos antiéticos de mercado etc.

O autor faz um esboço de ensaio crítico, termo usado pelo próprio, e traz elucidações sobre as iniciativas solidárias. Como a intenção é apenas apresentá-la como mais uma possibilidade de geração de emprego e renda, traremos apenas algumas considerações. Não devemos considerar como economias solidárias

- (a) as cooperativas tradicionais, com ampla utilização do trabalho assalariado e
- (b) as cooperativas de fachada, formações empresariais oriundas, de modo geral, do esforço de terceirização de empresas “tradicionais”⁹¹ ou gestores públicos, cujo objetivo é driblar a legislação – cada vez mais escassa – que protege os direitos dos trabalhadores em relação ao capital (CRUZ, 2011, p.123).

Economia nos remete à ideia de uma atividade social que envolve relações que se estabelecem entre vários indivíduos quer seja de uma certa comunidade, cidade ou país. Para melhor compreendermos seu significado podemos pensar num “conjunto de atividades ou formas sociais de solução da relação entre as necessidades existentes (das pessoas e dos agrupamentos humanos ou sociedades) e os recursos disponíveis para satisfazê-las” (BERTUCCI, 2010, p. 08).

Cruz (2011), relembra que a economia solidária se desenvolveu com o passar dos anos, mas avançou com o crescimento da participação popular, nas décadas de

1970 e 1980, através de atores que lutavam por várias questões sociais, pessoas ligadas ao Movimento Sem Terra - MST, ligados à igreja progressista, partidos de esquerda, sindicatos e outros. Dessa forma conclui que “a economia solidária é ao mesmo tempo um fenômeno econômico e um movimento social” (IDEM, 2011, p.123).

O que precisamos refletir, é sobre a forma que, atualmente, se apresenta a economia e a disponibilidade dos recursos existentes no mundo que não são suficientes para a satisfação de todas as necessidades e um dos motivos é a concentração de riqueza nas mãos de poucos impondo a estes, o surgimento e o agravamento de suas necessidades. Estamos, então, frente a forma como os recursos são administrados, ou seja, a forma como serão satisfeitas as necessidades e qual o grupo que terá as necessidades satisfeitas.

Assim, nos deparamos como a sociedade organiza a produção, a distribuição e o consumo de bens e de serviços que é traduzido por sistemas econômicos. Se “o sistema econômico funciona acumulando os recursos (bens, riquezas) para satisfazer, sobretudo, as necessidades de quem já os possuem, ele gera a desigualdade entre as pessoas, entre os territórios” (BERTUCCI, 2011, p.9).

O que está colocado, são as diferenças econômicas, sociais, culturais, educacionais e os abismos que se apresentam na vida dos trabalhadores a partir da desigualdade que se firma com o desenvolvimento das relações da produção capitalista.

A desigualdade social é fruto de um sistema econômico orientado para a produção de riquezas que é concentrada pelos que já possuem capital (os capitalistas) e que mantém a desigualdade social. [...]. Pobreza é não ter acesso a alimentos, à moradia, à proteção, à saúde, à educação [...]. Não significa apenas não ter renda (dinheiro) (IDEM, 2011, p.10).

Como a concentração de riquezas está na mão de um pequeno grupo, os trabalhadores que perfazem o grande grupo de assalariados, que possuem apenas sua força de trabalho, que estão fora dos meios de produção e ameaçados pela insegurança da permanência nos trabalhos formais e pelo risco do desemprego, são levados a pensarem em outras possibilidades de trabalho e de aquisição de renda.

Com os ataques às relações de trabalho por legislações que reduziram e que, até mesmo negaram direitos adquiridos por lutas coletivas, a economia solidária, assim como, o empreendedorismo são possibilidades reais que se apresentam para este grupo. Quando falamos possibilidades reais, não queremos dizer que sejam efetivas na perspectiva de suplantarem as mazelas impostas ao aumento do

desemprego, mas sim, como resposta, em muitas ocasiões, como únicas para a organização da vida familiar e da reprodução da vida do trabalhador.

Portanto, nesta perspectiva, se justifica o que é proposto através do objetivo da inclusão produtiva urbana que é aproveitamento da disposição do “público do Brasil Sem Miséria para o trabalho e promover a melhora da sua inserção no mercado, seja por meio do trabalho assalariado, autônomo ou associado” (COSTA, 2014, p.289).

Acima, nos concentramos em algumas políticas de inclusão produtiva urbana com destaque para a de qualificação profissional, com seu principal representante, o PRONATEC. Apresentamos a intermediação de mão de obra, o incentivo e apoio ao empreendedorismo e à organização coletiva de empreendimentos solidários.

A intenção foi apresentar elementos que permitissem trazer à tona questões que envolvem diretamente a vida do trabalhador brasileiro, que se confronta em seu cotidiano com barreiras impeditivas para sua segurança no trabalho.

Mais uma vez, lembramos sobre as informações encontradas no portal do Plano Brasil Sem Miséria, que afirma que a inclusão produtiva deve articular ações e programas que propiciem a inserção no mercado de trabalho, através do empreendedorismo, da economia solidária ou por meio de emprego formal.

Ou seja, existe um direcionamento político e econômico que afasta o trabalhador da condição de segurança através do trabalho formal com as devidas garantias previdenciárias, econômicas e sociais. Não deixemos de lado o significado do afastamento do Estado na regulação das bases trabalhistas e na sua função de organizar o consenso na sociedade em prol do capital, pois, esta retração, fortalece as iniciativas capitalistas e torna mais penetrante os efeitos negativos à reprodução de vida do trabalhador.

O contexto firmado desde o fim do século XIX, que vem se agravando até o presente século, impõe ao trabalhador a responsabilidade de sua manutenção no emprego, além, de apresentar as transformações e desmonte das relações trabalhistas, como curso natural do desenvolvimento econômico, mascarando as novas conformações do mercado de trabalho impostas pelo capitalismo contemporâneo em seu movimento de afirmar suas bases na acumulação do capital.

Já afirmamos, que o aumento das taxas do desemprego, sob o pilar da “flexibilização”, está apoiado às novas exigências da dinâmica da acumulação capitalista que apresentam outras formas de organização do trabalho. No universo

marcado pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho e, ainda, pela dificuldade de reemprego a proposta do “empreendedorismo” tem se tornado comumente alternativa de inserção produtiva.

Como já dissemos, não podemos desconsiderar o discurso ideológico aprofundado no Brasil, a partir da década de 1990, sobre o empreendedorismo com base nas pequenas unidades econômicas como resposta ao desemprego, fazendo com que parte desses trabalhadores se torne trabalhadores por conta própria passando a ter a responsabilidade por sua própria inserção na cadeia produtiva. Portanto, as

políticas de emprego e renda que, no Brasil, vêm articulando programas centrados na geração de emprego e renda em nome do combate ao desemprego, tentam na verdade transferir os riscos e as responsabilidades que significa a abertura dos pequenos negócios para os trabalhadores. Têm como base, portanto, um arcabouço ideológico que tende a responsabilizar os trabalhadores pelo desemprego e pela possibilidade de inserção no mercado de trabalho numa clara tentativa de individualização da questão social; e, de outro, concebe o trabalhador como o “empresário de si mesmo”, enaltecendo as disposições e os atributos pessoais dos trabalhadores para resolver no mercado seus problemas de inserção produtiva. (ALENCAR, 2005, p, 146).

Vimos, sem a intenção de aprofundamento, que o mercado de trabalho brasileiro é composto por grande rotatividade de trabalhadores em diversos segmentos. O padrão de produção flexível, nas últimas décadas, ampliou e aprofundou as expressões da questão social, impôs a fragilidade do mercado de trabalho e trouxe o peso de não comportar grande parte dos trabalhadores, o que acreditamos que, também, coopera para este movimento dos trabalhadores.

Ademais, precisamos considerar a heterogeneidade da classe trabalhadora brasileira que se formou, estando presentes os empregados que possuem os direitos trabalhistas, os trabalhadores por conta própria, os empreendedores, os que possuem trabalho com contratos “flexibilizados” e, ainda, os que buscam e não encontram trabalho.

Além de parte dos trabalhadores se encontrarem fora do mercado de trabalho pelo desemprego, por vezes, com o perfil de baixa escolaridade e com baixa qualificação, recebem a pressão de serem responsáveis por sua inserção na cadeia produtiva. Ou seja, os trabalhadores têm que se constituir com perfil empreendedor, assumirem os riscos na abertura de um negócio próprio e possuírem a característica daqueles que buscam, incessantemente, a qualificação para a manutenção de seu emprego.

E, como se não bastassem todas as pressões políticas, ideológicas, econômicas e sociais aos trabalhadores para a sua inserção ou de sua manutenção na cadeia produtiva, esses movimentos são realizados com o agravante do afastamento e da (des) proteção do Estado que se tornou, a partir das imposições das crises do capital, mais apartado do trabalhador.

Portanto, verificamos que a composição do emprego e desemprego no Brasil de acordo com o percurso histórico do desenvolvimento do capital, se realiza através do movimento que propõe a organização das bases para sua expansão e acumulação e que leva o agravamento das fragilizações imposta no processo de organização da classe trabalhadora.

Podemos afirmar, à guisa de conclusão deste capítulo, que na tentativa de encobrir o aumento do desemprego e diante da impossibilidade de resolver esta situação, o governo brasileiro, em conformidade com as instituições financeiras e com os ordenamentos propostos com base na expansão de acumulação do capital, ratifica em seus programas o apoio aos grandes capitais que impõem o acirramento das condições de precarização do trabalho vivo e de precarização social.

No capítulo a seguir, apresentamos algumas problematizações sobre a consideração de que a inclusão produtiva se perfaz como instrumento capaz de amenizar ou de solucionar a crise do emprego e o fenômeno do desemprego no Brasil. A partir de ações, de programas e de projetos principalmente, mas não exclusivamente, da política de assistência social, se mostra claro a tentativa no âmbito da esfera pública em firmar este princípio.

As reflexões tiveram como base as produções acadêmicas do Serviço Social, ressaltando o chamamento da Política de Assistência Social para materializar ações com o público que está fora do mercado formal e dos que estão inscritos ou são beneficiários de algum programa de transferência de renda, para a inserção na cadeia produtiva.

Tivemos o desafio de apresentar tal tema, haja vista, o número pequeno de produções que encontramos. No entanto, não desejamos, em absoluto, desmerecer todas as contribuições teóricas de seu corpo de intelectuais que se dedicam à produção acadêmica e intelectual às diversas formas de expressão da questão social e aos temas gerais que incorporam a reprodução de vida de toda a sociedade.

Assim, o capítulo seguinte nos deixa a impressão de que, ainda, falta ao Serviço Social se aprofundar sobre alguns temas que perpassam à assistência social e que estão diretamente relacionados ao público desta política. Como por exemplo, a demanda colocada nesta política e dirigida aos/as assistentes²¹ sociais de tratarem a crise do emprego no Brasil, a partir do discurso ideológico, de que uma forma de enfrentar o desemprego é através da inclusão produtiva tendo como veículo o empreendedorismo, a economia solidária e, em especial, os cursos de qualificação do PRONATEC.

Contudo, entendemos o desafio para os/as assistentes sociais em desvelar, criticamente, os significados e a funcionalidade dos diversos programas, sobretudo, os que estão incorporados à política de trabalho, pois, por vezes, esses programas se revelam como formas concretas de encaminhamento do público da assistência social, que compreende uma população com oportunidades limitadas sob o lastro do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo.

Destarte, com base na metodologia “estado da arte” vimos aspectos referentes à inclusão produtiva e verificamos a ênfase sob o discurso ideológico colocado aos trabalhadores, na perspectiva da possibilidade da saída do desemprego e ou manutenção do emprego. Formas de enfrentamento à crise do emprego são colocadas, incisivamente, na esfera pública e privada como veremos a seguir.

²¹ Usaremos a forma “o/a assistente social”, seguindo a forma de apresentação nos documentos e do site do CRESS – RJ, contudo, sem mudar nas citações.

2 ESTADO DA ARTE: A INCLUSÃO PRODUTIVA NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

No capítulo inicial deste trabalho, apresentamos vários elementos constitutivos da discussão sobre a crise do emprego no Brasil e as várias formas de enfrentamento pelo Estado brasileiro. Em geral, há a predominância de um discurso político e ideológico, por parte da esfera pública e privada, de que o trabalhador é o principal ator para solucionar as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e que, através de uma atitude individual, positiva e competitiva amenizará a ameaça do desemprego no Brasil.

Retratamos, alguns redirecionamentos no processo de acumulação capitalista para recompor suas taxas de lucro (HARVEY, 2014), como, ainda, no enfrentamento do desemprego com base nos trabalhos temporários, nos processos de trabalho precarizado, no desmantelamento das conquistas trabalhistas históricas (ANTUNES, 2014).

Por outro lado, observamos a articulação de iniciativas do Estado brasileiro através de programas sociais e, também, por parte da iniciativa privada empresarial, no escopo da inclusão produtiva, baseado na geração de emprego e de renda, na economia solidária, bem como nos cursos de qualificação, a exemplo do PRONATEC.

As possibilidades de enfrentamento ao desemprego são desenhadas no âmbito das políticas sociais, particularmente, na Política de Assistência Social e nas Políticas de Emprego e Renda articuladas, principalmente, pelo Ministério do Trabalho. Estes direcionamentos se apresentam, também, com ênfase na economia solidária, através do empreendedorismo e através de cursos diversos de qualificação profissional, com nomes distintos em momentos históricos diferentes, como por exemplo, PLANFOR, PNQ e, atualmente, o PRONATEC.

Mesmo enfatizando o PBSM na pesquisa, alguns elementos apresentados não são exclusivos de sua estrutura, pois, antes mesmo deste plano, o pensamento da responsabilização do trabalhador, num mesmo movimento contraditório da desresponsabilização do Estado, já se materializava através de políticas públicas de emprego como, por exemplo, o PNQ, no escopo do Fome Zero. Portanto, ressalta a hipótese da continuidade das formas para impor ao trabalhador brasileiro a responsabilidade individual por sua manutenção e inserção no mercado de trabalho.

Vimos, ainda que, sobre a política de assistência social está depositada a responsabilidade de, não apenas chamar a população mais pobre para as políticas públicas e oferecer os trabalhos socioassistenciais, como ainda, fazer esta população entender que, mesmo com toda a situação posta de desamparo, é possível, com esforço e determinação, vencer tais obstáculos tendo, inclusive, o suporte do trabalho nos equipamentos públicos, como exemplo, os CRAS.

O debate acerca da crise do emprego, no Brasil, tendo como estratégia a inclusão produtiva, no âmbito da assistência social, se mostra relevante, haja vista, o/a assistente social em sua prática profissional, ter que tratar com o contingente de trabalhadores que se encontra, diretamente, afetado pela crise estrutural da economia brasileira.

A classe trabalhadora mais pobre, perfaz o público majoritário da política de assistência, que por sua vez, também, é público de atenção do trabalho do/a assistente social. Este profissional, mesmo estando circunscrito numa profissão liberal, se apresenta, em certo aspecto, da mesma forma daquele que busca seu atendimento, ou seja, está sob a condição de um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho e que “não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos necessários ao exercício profissional autônomo” (IAMAMOTO, 2007, p. 63).

Este profissional que está inserido em várias frentes de trabalho na defesa de direitos e das políticas públicas, tem como seu objeto de trabalho, a questão social²². Como o fenômeno do desemprego expressa, de forma latente, a categoria da questão social, o mesmo se apresenta como uma questão objetiva na intervenção cotidiana desses profissionais.

O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional [...]. Essas expressões da questão social são a matéria prima ou o objeto do trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2007, p.62).

A intervenção da/o assistente social, não exclusivamente, contudo,

²² Sobre a categoria “questão social” Mota (2010) afirma que sua constituição esteve vinculada ao surgimento do capitalismo e à pauperização dos trabalhadores, que tornaram públicas as próprias necessidades e as condições precárias de vida e de trabalho através da luta dos operários no século XIX. A mesma é entendida como expressão das desigualdades inerentes à relação capital trabalho.

incisivamente, na política de assistência social, se defronta com processos sociais nos quais a organização das condições de trabalho, bem como as relações de trabalho que significam o plano formal do vínculo de trabalho, com base no assalariamento etc, se encontram fragilizadas. Esta situação, também, recai sobre os trabalhadores brasileiros atingidos pelas transformações da organização da gestão do trabalho, de forma mais latente, a partir da instalação do modo de produção de acumulação flexível ou toyotismo (HARVEY, 2014).

O processo histórico que instaura a emergência do Serviço Social como profissão, no Brasil, está circunscrito na dinâmica da ordem do capital de monopólios e a gênese desta profissão está entranhada pela característica caritativa e de caráter missionário (IAMAMOTO, 2014). Com o processo de amadurecimento teórico da profissão ocorre um novo direcionamento com base no processo de Renovação do Serviço Social que confirmou novas perspectivas a profissão.

O processo de Renovação da profissão se expressa pelo

[...] conjunto de características novas que, no marco das constrações da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2004, p. 131).

O processo de intenção de ruptura está intrinsecamente ligado ao processo de renovação do Serviço Social e tinha a característica contestadora que permitiu a crítica sobre a prática do Serviço Social tradicional e, ainda, de seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. A intenção primordial deste processo foi a de romper com o pensamento conservador e do reformismo que fazia parte das bases desta profissão. Surgiu nos anos de 1964, momento anterior a Ditadura Militar e Civil Brasileira, contudo, a intenção de ruptura se torna profícua, somente, ao longo dos anos oitenta significando, também, o processo de laicização da profissão (NETTO, 2004).

Estes posicionamentos, somado, ainda, com a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista permite outro significado para a prática do/a profissional entendendo que, suas intervenções devem coadunar às particularidades dos contextos em que estão inseridos (as) e, ainda, devem estar atentos (as) aos

problemas que abarcam a classe trabalhadora sob o lastro do movimento de expansão do capital.

Diante desta breve exposição sobre este momento histórico do desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, apontamos duas questões sobre os/as assistentes sociais. A primeira, se refere ao fato de que, historicamente, a inserção deste (a) profissional se apresenta, significativamente, no âmbito do Estado e, de forma especial, como executor das políticas públicas como mostra pesquisa sobre o perfil desses profissionais.

Em relação à atividade econômica preponderante para os assistentes sociais, destaque para o crescimento do peso na administração pública municipal no emprego: enquanto em 2004 36,0% dos assistentes sociais atuavam junto ao poder público municipal, em 2013 este percentual cresceu para 52,1%. Aliás, a maior parte do crescimento do número de assistente social ocupados entre 2004 e 2013 se deu neste ramo de atividade, sendo responsável por mais de 66% do total do aumento do número de assistentes sociais ocupados (DIEESE, 2015, p. 4-5).

A segunda questão, é que esta categoria possui elevada taxa de formalização de contrato de trabalho, como mostra a mesma pesquisa

[...] uma ocupação que possui elevada taxa de formalização: em 2004 ela era de 66,0%, e cresceu para 70,2% em 2013. Dentre as principais explicações pelo qual a taxa de formalização é muito superior ao do mercado de trabalho em geral (que foi de pouco mais de 49% em 2013), não há como ignorar o fato de o maior empregador para a categoria ser o setor público: em 2013, o emprego público, considerando todas as esferas, representava mais de 72% do total do emprego (DIEESE, 2015, p.5).

Na tabela à seguir verificamos alguns dados sobre a condição desta formalização.

Tabela 3 - Assistentes Sociais ocupados. Brasil, 2013

Ocupação Econômica	Carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho	Estatutário	Total (Nº absolutos)
Administração do Estado e da política econômica e social – Municipal	16.264 (15,24%)	33.603 (31,50%)	56.813 (53,25%)	106.680
Administração do Estado e da política econômica e social – Estadual	1.155 (0,85%)	1.658 (12,33%)	10.631 (79,07%)	13.444

FONTE: elaboração própria com base na Subseção DIEESE/CUT- Nacional

Ao comparar os números totais de assistentes sociais com os números das categorias referentes a carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho, nos espaços apontados, podemos afirmar, que recai sobre esta categoria formas de precarização do processo de trabalho como nas diversas categorias que correspondem à classe trabalhadora assalariada que vende sua força de trabalho.

Ou seja, mesmo possuindo expressiva formalização de trabalho, inclusive, na categoria de servidores estatutários, com os dados apresentados da categoria sem carteira de trabalho assinada podemos afirmar que, estes profissionais não estão imunes às formas diversas de contratos de trabalho colocadas, com ênfase, a partir da década de 1990, com o padrão de produção de acumulação flexível.

A partir disso, esclarecemos o objetivo de entender como a inclusão produtiva, em especial, no âmbito da assistência social, tem sido considerada, também, como universo de trabalho para o Serviço Social, já que o/a assistente social tem como solo histórico de sua intervenção as políticas sociais.

Justifica-se, assim, porque tivemos a preocupação em verificar a produção acadêmica do Serviço Social na perspectiva da estratégia da inclusão produtiva, como enfrentamento do desemprego no Brasil. Entendemos que as reflexões trazidas, através do resultado desta pesquisa, possibilitarão o amadurecimento da formação e da prática profissional.

2.1 Considerações metodológicas da pesquisa

Esta pesquisa se conforma no tipo de estudo denominado “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”. Estes tipos de pesquisas, definidas “como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento” (FERREIRA, 2002, p.257). A autora afirma que, os pesquisadores que se dedicaram ao conhecimento de certo tema, tendo como base esta opção metodológica, tiveram o desafio de conhecer o que, anteriormente, tinha sido construído e, ainda, como movimento posterior, buscar, também, o que não foi produzido.

Conforme Ferreira (2002), esta opção oferece a possibilidade do pesquisador se voltar às várias produções, ampliando o universo pesquisado diante de certos aspectos, como o de: se aproximar das produções de difícil acesso; ter a possibilidade de encontrar números maiores de produção acerca de determinado tema; e, ainda, de divulgar os conhecimentos produzidos.

Através da metodologia “estado da arte”, pretendemos identificar pesquisas que sejam relevantes para o alargamento deste tema que nos propusemos a conhecer mais profundamente. Encontramos um aspecto sobre esta metodologia que se refere ao conjunto das produções brasileiras, que é a falta de periodicidade. “Embora a elaboração periódica dos chamados “estados da arte” seja uma prática comum nos países desenvolvidos, estes, raramente são traduzidos para o português e, mais dificilmente ainda, são encontradas revisões de estudos feitos no Brasil” (MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2000, p. 180).

Dessa forma, acreditamos que esta pesquisa, em especial, este capítulo que tem como pilar a metodologia “estado do conhecimento”, colaborará como suporte a pesquisadores que pretendem aprofundar este tema, usando este recurso metodológico. Ainda, entendemos como oportuno o uso desta metodologia, pois, acreditamos que permitirá o aprofundamento de questões relevantes que perpassam o exercício profissional da categoria de assistentes sociais, questões estas, que são tematizadas, exploradas e apresentadas nos periódicos principais do Serviço Social, sem, contudo, tendo a possibilidade de esgotá-las.

A construção deste segundo capítulo foi desafiador, já que a pesquisadora não tinha o conhecimento sobre a citada metodologia “estado da arte”. Destacamos Ferreira (2002), Freitas (2003), Gomez & Costa (2003), Nunes de Sá (2009), Santana (2006), que nos permitiram a compreensão da metodologia e tantas outras contribuições responsáveis em dar forma a esta pesquisa que se construiu a partir de uma revisão bibliográfica.

A partir do que foi encontrado na produção acadêmica do Serviço Social, apreendemos a dimensão da inclusão produtiva considerando o que se apresenta no escopo da Política de Assistência Social referente ao tema, e, assim, acreditamos que esta metodologia nos proporcionará vieses relevantes que esclarecerão o mesmo. Portanto, esta pesquisa mostrará a relação entre o homem e a realidade, tendo como

o fio condutor a base do método dialético, considerando uma revisão e uma reflexão crítica totalizante. Este método se conforma

como a lente orientadora de todo o processo de investigação e de análise realizado. Escolheu-se o método dialético por levar o pesquisador a trabalhar sempre considerando a contradição e o conflito; o 'devir'; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolvem seu objeto de estudo (LIMA & MIOTO, 2007, p. 39).

Seguindo o exemplo de outras produções, sobre o “estado da arte”, definimos o percurso da pesquisa e realizamos a mesma a partir da Coleção de Artigos Científicos do Scielo (Scientific Electronic LibraryOnline).

O SciELO é uma biblioteca eletrônica desenvolvida em parceria entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) (Hayashi e col., 2008). O projeto, iniciado em 1997 com o objetivo de disponibilizar eletronicamente as publicações científicas do Brasil e da América Latina, conta atualmente com 211 periódicos indexados (BEZERRA, 2010, p.387).

Diante desta argumentação, acreditamos que o uso dessa biblioteca eletrônica, através de seus periódicos, nos permitirá trazer para este trabalho pontos de discussão que nos farão compreender a questão da inclusão produtiva nas políticas sociais no lastro das produções do Serviço Social.

A pesquisa, neste momento, partiu do uso da Plataforma Sucupira que nos permitiu chegar aos “Periódicos Qualis”²³ e passarmos ao levantamento da classificação das publicações de Serviço Social, que se encontra na área das Ciências Sociais Aplicadas. Os periódicos de Serviço Social foram encontrados nas tabelas geradas pelo próprio sistema desta plataforma. Esta classificação, designada como “Qualis”²⁴, é o resultado do processo de classificação dos meios de divulgação

²³ A título de esclarecimento, a busca pelos periódicos se realizou a partir das tabelas geradas pelo próprio sistema na Plataforma Sucupira, onde se encontram os periódicos com a qualificação, como já apresentado. Se trata de um trabalho mecânico, de preenchimento de lacunas, conforme as orientações da própria plataforma e, claro, conforme as necessidades da pesquisa.

²⁴ Sobre o aspecto do modelo CAPES que está proposto atualmente, cf. o artigo de Yolanda Guerra (2011), o qual revela alguns aspectos reflexivos sobre o sistema de pós-graduação, financiado por várias instituições de fomento, como a CAPES, que é uma agência reguladora que possui a função de fiscalizar a legislação vigente, que se firmou nos anos de 1996 e 1997. A autora afirma que “O modelo Capes impõe uma avaliação que se faz abstraída da análise crítica do contexto educacional” (p.144). Este artigo, com foco na trajetória da Pós-Graduação em Serviço Social, no Brasil, traz elementos para a reflexão sobre o ensino superior, sobre o Mestrado Profissional, sobre a questão de avaliação da Pós-Graduação, entre outras relevantes questões.

da produção intelectual de docentes e alunos da Universidade que são utilizados pelos programas de pós-graduação.

De acordo com a fundação CAPES, a Plataforma Sucupira é uma ferramenta online, disponibilizada a partir de 2014, para ser usada como referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). “A Plataforma disponibilizará em tempo real e com transparência as informações, processos e procedimentos que a Capes realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica” (CAPES, 2014). Seu objetivo é reunir informações, realizar análises e avaliações, oferecendo, também, a parte gerencial-operacional de todos os processos, que permitirá maior participação das pró-reitorias e coordenadores de programas de pós-graduação. O nome desta plataforma é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965, que conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira.

O recorte temporal considerado para esta pesquisa são os anos de 2011 a 2014, contudo, devemos prestar alguns esclarecimentos. O primeiro, se refere ao ano de 2011 que é o indicativo inicial da pesquisa. O mesmo equivale ao período de criação do Programa Brasil Sem Miséria, ou seja, o momento em que a inclusão produtiva se conformou no âmbito da Política de Assistência Social, com o chamamento específico da mesma, para que o trabalho de seus profissionais se voltasse à inclusão produtiva com o objetivo de inserção dos usuários dessa política, ao mercado de trabalho.

Não obstante, outros governos terem realizado a interlocução da assistência social com a inclusão produtiva para a inserção ao mercado de trabalho, esta interlocução não se deu de forma ampla. Como por exemplo, lembramos que no Fome Zero, a geração de renda estava alicerçada no Programa de Economia Solidária²⁵, ou seja, fora da assistência social. Assim, podemos afirmar, que a inclusão produtiva adquire outro significado no campo da assistência social a partir da criação do PBSM, como ressaltamos no capítulo anterior.

²⁵ De acordo com o trabalho de consultoria para o Governo Federal, em 2003, prestado por Euclides André Mance, as ações do Programa fome Zero possuíam forte sustentação na perspectiva de propagar o fortalecimento da economia solidária. Uma das ações de caráter estruturante para promover a geração de trabalho e renda foi a construção do Programa CONSAD, o qual, no ano de 2003, estava em fase inicial de mobilização local para ser implantado em 22 regiões do país, o que permitiria às organizações de economia solidária a possibilidade de ser protagonista na elaboração de projetos de desenvolvimento regional, implementando diversas práticas de economia solidária em diversos territórios brasileiros. Cf. Mance, 2004.

O segundo esclarecimento, é que, a princípio, a busca das produções do Serviço Social compreendia os anos de 2011 a 2015, contudo, até o mês de abril de 2016, não encontramos a classificação dos periódicos na plataforma Sucupira e, assim, decidimos que o ano de 2014 seria considerado como o período final da pesquisa.

O terceiro esclarecimento, corresponde à opção em apresentar a discussão em blocos de artigos, ou seja, separamos os artigos que apresentam pontos mais próximos ou que apresentam categorias semelhantes. Contudo, os textos de Silva (2013) e de Lessa (2011) serão discutidos separadamente, por apresentarem características singulares, sem, contudo, estarem em desacordo com a discussão.

No levantamento dos periódicos, verificamos as classificações “Qualis” a partir dos anos indicados pela pesquisa. Como a mesma se situa no âmbito do Serviço Social, os periódicos considerados são os que correspondem a esta área de conhecimento, como já informamos anteriormente. Assim, a princípio, decidimos usar como base teórica as publicações que tivessem o conceito A1 e A2 na classificação geral dos periódicos da QUALIS CAPES, nos anos de 2011 a 2014.

Adotamos o método de selecionar todos os artigos publicados nos periódicos com os conceitos A1 e A2, que em seus títulos, nas palavras chaves e nos resumos fizessem referência ao tema deste trabalho e que estivessem dentro do contexto da assistência social. A busca foi realizada a partir das seguintes palavras-chave: inclusão produtiva; inserção produtiva; assistência social; geração de trabalho e renda; economia solidária e qualificação profissional, Plano Brasil Sem Miséria, lembrando que a pesquisa foi considerada no escopo da Assistência Social.

Como os resultados foram menores ao que esperávamos, num total de 05 artigos, partimos para uma nova pesquisa cujas classificações correspondessem aos conceitos B1 e B2. De igual forma, os resultados nos surpreenderam negativamente, pois, somente encontramos mais um artigo. Diante dessas dificuldades resolvemos construir a discussão com base nos 06 artigos encontrados, contudo, com a certeza de que o conteúdo teórico encontrado nos ofereceria o devido arcabouço teórico para esta discussão.

Observamos mais uma dificuldade: apenas um artigo, de Souza (2013), apresenta aspectos sobre o Plano Brasil Sem Miséria, sem, contudo, se debruçar no

assunto. Como já dissemos, o recorte temporal é a partir da criação deste Plano, dessa forma, esperávamos ter mais elementos que tornasse a discussão sobre a inclusão produtiva no âmbito do Brasil Sem Miséria mais profícua.

As dificuldades que se colocaram no desenvolvimento desta pesquisa referente à produção restrita sobre este recorte, nos impulsionam a continuar a pesquisa adiante na busca de outras fontes teóricas e de continuidade de amadurecimento sobre o tema.

Realizamos a leitura dos resumos e lembramos de Ferreira (2002), que em sua discussão sobre esta metodologia se refere aos resumos organizados nos catálogos como possibilidade do primeiro contato do pesquisador com o seu tema. Como já foi dito, o ponto de partida da pesquisa foi a busca dos periódicos de acordo com os conceitos “Qualis” e em seguida as palavras chaves.

O movimento seguinte foi a leitura dos resumos para verificar se o texto estava dentro do tema da pesquisa. Ferreira afirma que

pode-se estabelecer a partir de uma certa ordenação de resumos uma rede formada por diferentes elos ligados a partir do mesmo suporte material que os abriga, pela opção teórica manifesta, pelo tema que anuncia, pelo objetivo explicitado da pesquisa, pelo procedimento metodológico adotado pelo pesquisador (IDEM, 2002, p.268).

Entendemos, que a leitura dos resumos serviu como caminho para a aproximação com o texto de forma sucinta e objetiva, não obstante, entendermos que os mesmos não nos permitem a totalidade da discussão.

Para enriquecimento da pesquisa, decidimos verificar se a classificação dos periódicos permanecia igual durante os anos pesquisados. Dessa forma, comparamos ano a ano e chegamos aos resultados que apresentaremos nas tabelas a seguir. Vale outro esclarecimento: a classificação dos periódicos se apresentam com a seguinte formatação, de acordo com a plataforma Sucupira: anos de 2010 a 2011; 2010 a 2012; 2013 e 2014.

Tabela 4 - Publicações conforme o conceito “Qualis”. Anos de 2010 a 2011

Área de Conhecimento	Anos	Conceito	Nome
Ciências Sociais: Serviço Social	2010-2011	A1	Revista Katálysis
			Revista Serviço Social & Sociedade
		A2	Sociedade e Estado (UNB)
		B1	Em Pauta (RJ)
			Temporalis
B2	O Social em Questão		

FONTE: Elaboração própria dados coletados na Plataforma Sucupira.

Na tabela a seguir verificamos que ocorreu a mudança de um dos periódicos para uma classificação superior, ou seja, a Revista Em Pauta (UERJ) que no ano de 2010 a 2011 estava na classificação B1, no ano de 2010 a 2012 foi para a classificação A2.

Tabela 5 – Publicações conforme o conceito “Qualis”. Anos de 2012 a 2013

Área de Conhecimento	Ano	Conceito	Nome dos periódicos	Editor responsável
Ciências Sociais: Serviço Social	2012/ 2013	A1	Revista Katálysis	Centro Sócio Econômico - Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.
			Revista Serviço Social & Sociedade	Editora Cortez (S.P.)
		A2	Em Pauta (RJ)	Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação.
		B1	Sociedade e Estado	Departamento de Sociologia Da Universidade de Brasília.
			Temporalis	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.
		B2	O Social em Questão	Coordenação do Programa de Pós-graduação. Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Fonte: Elaboração própria. Dados coletados na Plataforma Sucupira e nas próprias Revistas.

Outra mudança vista foi referente ao periódico Sociedade e Estado (UNB) que nos anos de 2010 a 2011 estava na classificação A2 e nos anos de 2012 a 2013 foi para a classificação B1.

A seguir, apresentaremos as classificações dos periódicos do ano de 2014.

Tabela 6 - Publicações conforme o conceito “Qualis”. Ano de 2014

Área de Conhecimento	Ano	Conceito	Nome
Ciências Sociais: Serviço Social	2014	A1	Revista Katálysis
			Revista Serviço Social & Sociedade
		A2	Em Pauta (RJ)
		B2	O Social em Questão

Fonte: Elaboração própria. Dados coletados na Plataforma Sucupira.

Comparando as tabelas n.5 e a tabela n.6 verificamos que mais uma vez, ocorreu uma mudança de alguns periódicos. Os periódicos de conceito B1, representados pela Revista Sociedade e Estado (UNB) e a Revista Temporalis (ABEPSS). Do conceito A 1, não foram mais encontrados no ano de 2014. Os demais permaneceram da mesma forma.

No quadro a seguir apresentamos as produções de acordo com os títulos, as revistas em que foram publicadas, os editores responsáveis pela publicação e os anos das mesmas que serviram de base para este capítulo.

Quadro 1- Publicações para a pesquisa Estado da Arte

Autoras e títulos	Revista	Ano
AMARAL, Angela Santana do. A qualificação profissional dos trabalhadores na perspectiva do Serviço Social: notas críticas.	Em Pauta. Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro.	N.30, 2º Semestre de 2012.
CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho.	Serviço Social & Sociedade. Cortez. São Paulo	N.105, jan/mar. 2011.
FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Atores locais na implementação da política de qualificação profissional.	Serviço Social & Sociedade. Cortez. São Paulo	N. 107, Jul./set. 2011
LESSA, Simone Eliza do Carmo. A formação via PNQ e inserção produtiva dos CRAS: a reposição empobrecida emergencial da qualificação de trabalhadores	Serviço Social & Sociedade. Cortez. São Paulo	N.106, abr./jun. 2011
SILVA, Sheyla Suely de Souza. Contradições da Assistência Social no governo "neodesenvolvimentista" e sua funcionalidade ao capital.	Serviço Social & Sociedade. Cortez. São Paulo	N.113, jan/mar. 2013
SOUZA, Fátima Valéria Ferreira. Assistência Social e inclusão produtiva: algumas indagações.	O Social em Questão. PUC/ RJ	Ano XVII nº 30. 2013.

FONTE: Elaboração própria. Dados coletados na base da SCIELO.

Como podemos verificar, os periódicos que serviram de base para a pesquisa se encontram nas Revistas: Serviço Social & Sociedade, com 04 artigos; na Revista Em Pauta, com 01 artigo; e na Revista O Social em Questão, com 01 artigo.

A seguir apresentamos a tabela que corresponde aos periódicos que foram base para este capítulo, com os devidos conceitos.

Tabela 7 - Periódicos “Qualis” CAPES. Anos 2011 a 2014

Conceito	Nome do periódico	Números encontrados
A1	Serviço Social & Sociedade	4
A2	Revista Em Pauta	1
B2	O Social em Questão	1
Total		6

Fonte: elaboração própria. Dados Coletados na Plataforma Sucupira.

Na tabela acima, apresentamos o resultado da pesquisa, a partir das palavras chaves e da leitura dos resumos, confirmando o que já dissemos sobre o total de periódicos encontrados, ou seja o número reduzido de produções sobre a inclusão produtiva no âmbito da assistência social na perspectiva do Plano Brasil Sem Miséria, mas isso não foi suficiente para deixarmos de acreditar sobre a relevância desta pesquisa.

A Revista Serviço Social & Sociedade é uma publicação trimestral da Cortez Editora, desde 1979, de forma ininterrupta. Segundo seu editorial, a mesma se constitui “num espaço de manifestação de questões do Serviço Social, da categoria dos assistentes sociais, da teoria social e de temas preferencialmente da realidade brasileira” (Ano XXVIII, n.91, 2007, p. 195).

A Revista Em Pauta é de responsabilidade da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, suas publicações são semestrais, seu primeiro volume, data do ano de 1993 e conta com o apoio do PROAP-CAPES. A mesma “pretende ser um instrumento de divulgação e de disseminação de produções atuais e relevantes do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito do Serviço Social e de áreas afins” (EM PAUTA, n.29, v. 10, 1º sem., 2012).

A Revista O Social em Questão é uma produção do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da PUC-RIO e sua publicação ocorre semestralmente. De acordo com as informações, em seu site, “tem como missão publicar debates, análises e resultados de pesquisa sobre temas considerados relevantes para as áreas de Serviço Social e afins e está aberta a temas interdisciplinares das Ciências Sociais”.

Não analisaremos a relação histórica²⁶, contudo, desejamos mostrar um fato relevante sobre as produções encontradas. São todas de autoria do gênero feminino o que reforça a singularidade sobre a presença predominante deste gênero na profissão de Serviço Social, que inserida na divisão sócio técnica do trabalho e tendo se modificado com o passar do tempo histórico, ainda, possui esta característica.

Iamamoto (2012, p. 447), mostra que o número total de matrículas na formação de “Serviço Social e Orientação”, no Brasil, em 2003, foi de 31.986 e, neste universo, 93,8% representava a parcela do sexo feminino, ou seja, 30.001. Ao compararmos, ainda, os dados da autora, verificamos que o curso de Nutrição, que, também, possui um número elevado de matrículas do sexo feminino, 32.556, ainda, assim, no total percentual de 92,08%, é menor ao número percentual deste segmento, presente no curso de Serviço Social.

Concluindo este item sobre as considerações metodológicas esclarecemos que, nos causou pesar não encontrarmos textos referentes à pesquisa nos demais periódicos que estavam dentro da qualificação que nos serviu de parâmetro, significando assim, num certo momento, a preocupação em não termos elementos, com base quantitativa, para aprofundarmos a pesquisa.

Contudo, as dificuldades em produzir conhecimento na conjuntura brasileira, que colocam empecilhos de ordem prática no campo acadêmico, somadas as próprias limitações da pesquisa, não devem ser impedimentos para prosseguirmos a fim de apreendermos e aprofundarmos o conhecimento.

2.2 A produção acadêmica no Serviço Social acerca da inclusão produtiva no âmbito da Política de Assistência Social.

No capítulo anterior, falamos sobre o neoliberalismo e o processo de acumulação flexível que se instalou, a partir da reestruturação produtiva dos anos de 1970, com intensificação, no Brasil a partir de 1990. Apresentamos algumas

²⁶ Artigo sobre a relação histórica da predominância feminina nesta profissão, mostrando o chamamento deste gênero na gênese do Serviço Social. Cf. CRAVEIRO & MACHADO, 2011; IAMAMOTO & CARVALHO, 2007; IAMAMOTO, 2012.

consequências trazidas às relações do “mundo do trabalho” que se colocaram de forma negativa para a reprodução e a proteção do trabalhador.

Afirmamos que, como uma das soluções para o fenômeno do desemprego apresentadas na agenda governamental brasileira, se observa, com destaque, a inclusão produtiva. A intenção foi trazer elementos que nos esclarecessem sobre como a inclusão produtiva está sendo apresentada, em resposta ao fenômeno da crise do emprego no Brasil, em especial, no escopo da assistência social, através de instrumentos como a geração de trabalho e renda, da economia solidária, do empreendedorismo e dos cursos de qualificação.

2.2.1 O Serviço Social e a perspectiva da inclusão produtiva

Como primeiro ponto, trouxemos Carloto e Gomes (2011), Souza (2013) pois, não obstante, trazerem pontos distintos nas referidas discussões, apresentam alguns vieses em comum. Nos referidos artigos encontramos pontos de discussão sobre a geração de renda, empreendedorismo, entre outros. Ressaltamos, a observação de Souza, Carloto e Gomes, sobre o fato das políticas de trabalho e emprego estarem desenhadas, por vezes, dentro da política de assistência social e, portanto, fora da estrutura das políticas de trabalho e emprego, o que facilita a fragilidade na execução dessas políticas.

Iniciemos com Carloto e Gomes (2011), que apresentam no artigo questões sobre a geração de renda em especial para as mulheres com a condição marcada pela pobreza. O texto apresenta a ideia de que o Estado funda um discurso ideológico político e apresenta o empreendedorismo como alternativa para a dificuldade para o emprego formal e para o trabalho assalariado.

Afirmam que, na realidade, é um discurso que embaça a incapacidade política de resolver o fenômeno de desemprego, que se aprofundou nas últimas décadas e que passa a propor alternativas de aquisição de renda fora do trabalho assalariado.

Assiste-se assim, a um aumento considerável das políticas que visam a geração de renda tendo como público alvo mulheres pobres. A construção dessas ações alimenta-se do mercado informal, enquanto meio para a obtenção de renda fora da lógica do trabalho assalariado (CARLOTO; GOMES, 2011, p. 139).

As autoras, chamam a atenção para a questão da qualificação para este segmento social que se apresenta, em vários casos, como cursos que se conformam na continuidade de trabalhos domésticos, ou seja, que incorporam características da divisão sexual do trabalho, reforçando elementos de preconceito e de poder na relação de gênero e, ainda, que não se encontram, efetivamente, resultados que garantam a emancipação das mulheres.

Observa-se que as propostas de geração de renda, no conjunto das medidas neoliberais, são introduzidas para um público predominantemente feminino. São trabalhos manuais, tradicionalmente desempenhados por mulheres no âmbito doméstico e que traduzem os elementos que estruturam a divisão sexual do trabalho (CARLOTO; GOMES, 2011, p.142).

Questionam se os projetos de capacitação e de qualificação para a inserção no mercado de trabalho voltados às mulheres e oferecidos através da política de assistência social, são capazes de oferecer caminhos que levam à autonomia deste segmento social, haja vista, não estarem em instâncias responsáveis em desenvolver a política de trabalho e emprego. Perguntam, ainda, por que tais “projetos, na maioria das vezes, estão na Assistência Social e não nas instâncias executivas locais responsáveis pelo desenvolvimento e política de trabalho e emprego, como é caso dos municípios de nossa pesquisa?” (CARLOTO; GOMES, 2011, p.143).

Outra característica desses projetos, de acordo com as autoras, é de oferecerem, em muitos casos, uma formação para o trabalho que mantém a mulher no ambiente doméstico estimulando, assim, a informalidade e o afastamento do ambiente do trabalho assalariado e formal.

As atividades que na sua maioria, são consideradas de baixo custo de produção e se apoiam em funções como cabeleireira, costureira, doceira, entre outras, remetem à tradicional divisão sexual do trabalho e na sua maioria mantêm as mulheres presas aos domicílios de forma a compatibilizar o trabalho gerador de renda com o trabalho doméstico (CARLOTO; GOMES, 2011, p.142).

No texto de Souza (2013), é apresentada a responsabilidade colocada na Política de Assistência Social, através dos cursos nos CRAS, em gerar trabalho e renda para a emancipação de seus usuários. A autora indaga sobre a necessidade de posicionar a assistência social através de ações que promovam a integração ao mercado de trabalho, com base na inclusão produtiva, sob a realidade do desemprego estrutural.

Não por acaso, no cenário de aumento do desemprego estrutural, agravado pelos processos de reestruturação da produção e das investidas neoliberais, que exigem do Estado a redução de seu papel de mediador dos conflitos sociais, a atenção aos excluídos do mercado, mais uma vez, é associada ao campo da assistência social (SOUZA, 2013, p. 288).

Entendemos a preocupação da autora neste sentido, pois, historicamente, a assistência social esteve presente junto às camadas mais empobrecidas tendo que efetivar ações que enfrentassem a falta de acesso às políticas sociais, as condições de vida com sérios problemas de saúde, de trabalho, de educação, entre outros. Então, firma-se o pensamento equivocado de que a efetivação de ações da política de assistência social é suficiente para que seus usuários da assistência alcancem a autonomia e a emancipação econômica.

O CRAS, então, é acentuado como lugar privilegiado para implementar ações que cumpram o papel de gerar trabalho e renda diante da expressão da questão social representada pelo desemprego. A autora traz o discurso ideológico que se firmou na perspectiva de “ensinar a pescar” e não “dar o peixe” e apresenta sua crítica sob dois aspectos. O primeiro, compreende que a emancipação dos usuários deve ser considerada sob a perspectiva de que a assistência social é um direito e que não “dar o peixe” pode trazer um significado de justificar o afastamento do Estado, embaçando a característica da assistência social como direito e não como favor.

O segundo, está circunscrito na ideia de que o usuário para alcançar sua independência econômica, e, portanto, alcançar sua autonomia, deve se tornar um empreendedor. Souza traz uma síntese apropriada sobre este aspecto:

a falácia do empreendedorismo, que acompanha o discurso da pescaria, cria no usuário a falsa ideia da independência, e libera a utilização de recursos financeiros e humanos da assistência social para projetos de incentivo ao pequeno negócio, familiar ou cooperativado, seja no campo da produção ou dos serviços, cujos resultados estão longe de gerar uma renda que garanta o sustento de maneira digna ao trabalhador e sua família, mas é retratado pelo seu capital social, ou seja, por melhorar a autoestima, possibilitar o trabalho em grupo, ocupar as pessoas (SOUZA, 2013, p.289).

Souza oferece um retrospecto da política de assistência social com o marco da Constituição Federal de 1988, que institui como um dos objetivos da assistência social a integração ao mercado de trabalho. Este desenho estruturado nesta política colocou possibilidades para que vários trabalhos cofinanciados pelo fundo da assistência social fossem implantados nos estados e municípios, sem, contudo, observar as várias transformações que estavam ocorrendo no mercado de trabalho.

Esta mesma autora, relembra que, no momento da CF de 1988, havia profunda correlação de forças na perspectiva do desenho da seguridade social e havia a expectativa e luta para que a assistência social fosse considerada no campo dos direitos. A conformação que levou a assistência social ter a responsabilidade da integração ao mercado de trabalho, mesmo sendo grande desafio, seria a forma de se tentar garantir que os excluídos do mercado de trabalho tivessem por esta política, a atenção para esta refração da questão social. Yasbek (2012), também, apresenta o contexto conflitivo deste momento histórico.

É necessário, porém, ressaltar o fato de que a Constituição brasileira é promulgada em uma conjuntura dramática, dominada pelo crescimento da pobreza e da desigualdade social no país, que vê ampliar sua situação de endividamento (que cresce 61% nos anos 1980), e que se insere em um momento histórico de ruptura do “pacto keynesiano”, que vai permitir grande liberdade aos processos de reestruturação produtiva (IDEM, 2012, p.302).

Diante de um contexto desfavorável, a consolidação das políticas sociais, no âmbito da Seguridade Social, sofre embates e coube à assistência social, o desafio em promover a integração ao mercado de trabalho com a intenção de garantir que os que estivessem fora do emprego formal, fossem protegidos pelo Estado com ações de integração a cadeia produtiva.

Souza (2013) nos apresenta outro aspecto relevante e preocupante: a forma em que o Ministério do Trabalho e Emprego se estruturou para os empregos formais, pois, não propicia aos trabalhadores mais pobres, como o público da assistência social, serem abarcados por seus projetos e suas políticas de emprego.

Comprovadamente, o público alvo da assistência social, mapeado e registrado no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico), mais explicitamente os beneficiários do Programa Bolsa Família, encontra dificuldades de se inserir nos programas do MTE, mesmo aqueles voltados para a população de baixa renda; por exemplo: Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNM-PO); Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER; Políticas de Juventude; Qualificação Profissional (IDEM, 2013, p.290).

A partir da afirmativa da autora, podemos concluir a existência efetiva da condição fragilizada do público da assistência social diante de oportunidades inconsistentes de inserção nos Programas Sociais o que o torna mais frágil, diante da condição de pobreza e de desigualdade que se agrava sob o lastro da produção de acumulação flexível.

Souza apresenta, ainda, outra consideração interessante a respeito da inserção no mercado de trabalho e os trabalhadores que possuem qualificação profissional. Afirma que, o direcionamento da Constituição Federal Cidadã confirmado pela LOAS, que coloca a responsabilidade da política de assistência social em assumir a intermediação da mão de obra dos que estão desempregados, no mercado de trabalho, não deixa de ser um fato que impõe grande peso. Mesmo porque, com a conformação imposta pelo atual sistema de produção capitalista, de pensamento neoliberal e de base de acumulação flexível, esta tarefa traz dificuldades e desafios.

Sem considerar que fomentar a entrada no mercado de trabalho é uma missão quase impossível, já que a atual fase de desenvolvimento do capitalismo dispensa até mesmo os trabalhadores mais qualificados; considerando que uma política pública deve ter por alvo o trabalho decente, protegido e regulamentado, como cumprir o que manda a Constituição? (IDEM, 2013, p. 289).

Podemos afirmar que as produções de Souza e de Carloto e Gomes não são semelhantes dentro da complexidade de um mesmo tema, no entanto, desejamos apresentar elementos comuns de discussão das autoras. Partiremos do ponto em que sugerem que as políticas focadas na geração de renda, dentro da assistência social, possuem características distintas das que deveriam promover a inserção ao mercado de trabalho.

Percebemos, que Carloto, Gomes e Souza assumem a mesma compreensão na perspectiva de que a assistência é colocada para além de sua especificidade, ou seja, de incorporar a esta política, a incumbência de inserir o público que se encontra fora do mercado formal de trabalho, com base no assalariamento, para dentro da cadeia produtiva.

Carloto e Gomes, colocam tal preocupação quando afirmam que as políticas voltadas à geração de renda não estão circunscritas àquelas que são responsáveis em desenvolver a política de trabalho e emprego e, sim, no espectro da assistência social. Souza, de forma mais incisiva, traz a crítica sobre o chamamento da assistência social para dar conta na inserção do mercado de trabalho de seu público, pois esta incumbência mascara as necessidades de arranjos políticos, econômicos e sociais mais amplos e mais estruturados referentes ao ordenamento de uma política de trabalho e de geração de renda do país .

Sem definição clara de competências, mas amparadas legalmente também pelo artigo 25 da Loas, nas secretarias responsáveis pela política de assistência social proliferaram ações fragmentadas, isoladas, pontuais e

desconectas, realizadas ou incentivadas com recursos dos fundos da assistência social, visando gerar trabalho e renda para os usuários. Com os desempregados batendo a porta, se não há trabalho, compete à assistência social, gerá-lo (SOUZA, 2013, p.289).

Outro ponto semelhante de preocupação dessas autoras é o aspecto da qualificação profissional para o público de baixa renda. Carloto e Gomes não desmerecem os trabalhos, de forma geral, cujo objetivo é a geração de renda para mulheres e, também, não pretendem afirmar “que todos os projetos voltados para a geração de renda para as mulheres são fadados ao fracasso e não promovem nenhum tipo de autonomia financeira e certo empoderamento” (CARLOTO; GOMES, 2011, p. 142-143).

No entanto, encerrando a discussão, apresentam uma crítica afirmando o descaso às mulheres pobres na perspectiva de se propor a qualificação profissional para a inserção no mercado de trabalho e, assim, perguntam por que “quando se trata de mulheres pobres propõem-se geração de renda e não projetos de capacitação e qualificação para o mercado de trabalho formal?” (CARLOTO; GOMES, 2011, p.143).

Quanto às formas de qualificação, Souza direciona sua crítica sob outra perspectiva. Se refere à falta de sincronia entre vários cursos de qualificação profissional com a realidade e as habilidades dos usuários o que significa, portanto, que a relação entre a oferta e a demanda do mercado é marcada por fragilidades e com risco de pouca efetividade.

Foi assim no governo FHC com o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), continuou no Plano Nacional de Qualificação (PNQ) do governo Lula, e a experiência do Próximo Passo é exemplar na comprovação desta constatação. E, infelizmente, esta tem sido a principal reclamação dos municípios em relação ao Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego (Pronatec), umas das principais ações do Brasil Sem Miséria (SOUZA, 2013, p.293).

Podemos concluir que Carloto, Gomes e Souza observam que uma política de emprego e renda necessita estar sob a responsabilidade das instâncias que são, em sua estrutura, responsáveis em concretizar políticas de trabalho e emprego. E, ainda, apontam para a existência de diversas políticas para o mercado de trabalho que estão fora do perfil e do contexto dos usuários e, por diversas vezes, aquém do interesse dos que buscam pela inserção no mercado de trabalho, ou seja, indagam se as mesmas são capazes de oferecer autonomia no sentido mais amplo ou autonomia financeira para os usuários das políticas sociais.

2.2.2 A qualificação profissional e o mercado brasileiro: rebatimento no público das/os assistentes sociais

Neste item, a pretensão foi a de explorar o tema sobre a qualificação profissional com base no artigo de Amaral (2012) e Filgueiras (2011). Os elementos que desejamos discutir tratam da qualificação profissional como política social que parte do Estado com grande demanda do empresariado, sob as bases de um discurso ofensivo e ideológico proposto pelo capital.

Estamos diante de um desafio que se refere à compreensão dos elementos que se circunscrevem à qualificação profissional. Filgueiras afirma que não

é tarefa simples definir o que é qualificação. Trata-se de um conceito multifacetado, existindo várias acepções para o termo. Além disso, como alertam Leite e Posthuma (1996), analisar as práticas envolvidas nesse âmbito exige compreender qualificação como uma construção sociocultural. As ações de formação se referem aos ambientes dos locais de trabalho nas empresas, mas também às cadeias produtivas e a elementos comportamentais gerais dos trabalhadores. A qualificação desempenha funções sociais mais amplas do que apenas o aprendizado de conhecimentos e habilidades necessárias ao desempenho do trabalho. Ademais, o campo da qualificação acompanha a divisão do trabalho e a segmentação do mercado de trabalho (IDEM, 2011, p.441-442).

É certo, que os artigos, apesar de tratarem do tema sobre qualificação profissional, objetivamente, trazem elementos distintos de discussão. Contudo, os mesmos se convergem na perspectiva de demandas que se colocam e que se traduziram como necessidade de implementação de cursos de qualificação para parte dos trabalhadores brasileiros.

Assim, na discussão de Amaral vemos que, a partir de posições ideológicas, com ênfase na educação brasileira, há o contorno de intenções que reivindicam aos processos de qualificação, a condição de responder à crise do emprego no Brasil. Este artigo coloca em pauta os desafios do Serviço Social, através do trabalho dos/as assistentes sociais, em responder, de forma prática e crítica, as demandas do mercado de trabalho na elaboração e na operacionalização de programas de qualificação no âmbito das políticas sociais nos diversos campos de inserção profissional.

Já na produção de Filgueiras (2011), encontramos uma discussão que remete às características do mercado brasileiro; a necessidade da qualificação em alguns

setores mais frágeis da população com o objetivo de aumentar a empregabilidade dessa camada de trabalhadores; e o aumento de investimentos da esfera pública, juntamente com a esfera privada, que traz a necessidade de qualificação profissional para atender às exigências de alguns investimentos como por exemplo, os investimentos do Programa de Aceleração ao Crescimento - PAC formado por investimentos em infraestrutura pública e incentivo ao investimento privado e o Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, ambos do governo federal.

De acordo com o Governo Federal, o PAC, lançado em 2007, é um programa de planejamento e de execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, a partir de investimentos da esfera pública e da esfera privada. O Programa MCMV, corresponde a uma iniciativa de acesso à casa própria e, também, coopera, para a geração de emprego e renda de trabalhadores da construção civil.

Sabemos que, os anos finais da década de 1980 e os anos da década de 1990, trouxeram diversas transformações no âmbito político, econômico, social, geográfico e cultural que influenciaram no modelo da divisão internacional do trabalho. No Brasil, ocorreram mudanças, mais expressivas, a partir da década de 1990, com a conformação do padrão de produção do capital com base na acumulação flexível, que ordenou distintos processos com diversas interferências na reprodução da classe trabalhadora.

Estas duas décadas são tratadas por Amaral, para apresentar que a crise do capital traz estratégias para recriar suas bases de valorização, acompanhada do movimento de dominação ideológica que a partir da transformação de sua base material, permite novas organizações das forças produtivas. No fim da década de 1980 e no decorrer da década de 1990, a ligação existente entre o progresso e a crise do capital, permite que a racionalidade se volte para a necessidade de investimentos na qualificação profissional de forma relevante e, senão, como única alternativa ao desemprego.

Filgueiras também trata a década de 1980. Afirma que, diferentemente, das décadas de 1930 em diante, houve a estruturação, incompleta, do mercado de trabalho urbano, a partir do crescimento das ocupações homogêneas, apoiadas nas instituições capitalistas e nas de ordem pública, como as empresas estatais e de administração pública.

Em 1980, houve a desestruturação deste mercado, ocorreu a expansão do segmento não organizado do mercado no âmbito urbano e, assim, a presença de ocupações heterogêneas que não estavam apoiadas naquelas organizações anteriores capitalistas de administração pública ou nas empresas estatais, ou seja, esta década foi marcada pela desestruturação do mercado de trabalho, com base na precarização dos processos de trabalho, conforme as orientações de políticas macroeconômicas internacionais em que o Brasil se apropriou, de forma mais acentuada, nas décadas de 1980 e 1990.

Amaral traz a qualificação profissional como uma iniciativa política para responder à crise capitalista. A qualificação profissional é integrada às agendas internacionais e, logo, incorpora à agenda do Estado, dos empresários e dos sindicalistas, com o tom de justificar o progresso e responder à crise de acumulação do capital. A qualificação profissional nos países desenvolvidos e, em especial no Brasil, se apresentou sob duas perspectivas:

como temática central que parece renovar o debate sobre a crise de acumulação e seu enfrentamento e, nesse sentido, tende a envolver todas as classes sociais; e como possibilidade de que esta estratégia viabilize o aumento da produtividade do capital, sua competitividade e se constitua em alternativa ao quadro de desemprego crescente instalado no capitalismo contemporâneo (IDEM, 2012, p. 62).

O movimento do capital, através de uma base ideológica que oferece importante significado à qualificação profissional como alternativa viável para o desemprego, necessita de um ator de base política. Assim, os capitalistas, representados pela base empresarial, colocam sobre o Estado a responsabilidade de instituir e organizar políticas de emprego através da qualificação profissional. Não se trata apenas de colocar esta responsabilidade como papel do Estado, senão, ter a mediação deste, para que este pensamento se conforme consensualmente nas bases trabalhadoras e na de seus representantes.

Assim, é fundamental para o capital que a ideia da qualificação profissional possa ser tomada, de modo indiferenciado e consensual, por todas as classes sociais, como uma importante estratégia que permite apontar saídas para a crise capitalista. Apresentando o discurso sobre a massificação dos processos de qualificação profissional e sua funcionalidade para a retomada do crescimento econômico, capital e trabalho, com a mediação do Estado, transformam esse argumento em um discurso ideológico capaz de mostrar que é possível a toda a sociedade ter interesses que são comuns ou universais (AMARAL, 2012, p.62).

No entanto, não há, apenas, a intenção de formar o consenso sobre a necessidade da qualificação nas diversas classes trabalhadoras, há uma característica central que é a de, através dos processos de qualificação profissional, acomodar a massa trabalhadora, diante da frágil possibilidade de solução ao desemprego. Assim, para além de uma proposta que dita a função dos cursos de qualificação para a retomada do crescimento econômico, a autora, ainda afirma, que a ideologia apresentada tem a intencionalidade de criar uma hegemonia dominante que tenta neutralizar as contradições de classe.

O caráter ideológico na mediação do Estado é essencial para que a inserção produtiva, acompanhada pelo pensamento de progresso, de empregabilidade etc. se projete de forma natural como instrumento ao enfrentamento do fenômeno do desemprego e tenha, ainda, a adesão por parte dos trabalhadores.

Em 1980, o empresariado realizou grande esforço em dois tipos de investimento para efetivar processos de inovação tecnológica na área produtiva e na qualificação da força de trabalho, com a intenção de que os trabalhadores tivessem maior habilidade cognitiva na coordenação de processos de trabalho mais específicos. A requisição de mudança no âmbito da produção, naquele momento, exigia a qualificação para lidar com novas máquinas, com novas tecnologias, capacidade dos trabalhadores na resolução de problemas, consenso para a realização do trabalho em equipe e a necessidade de se cumprir várias tarefas.

Diante de tais necessidades, frente ao desenvolvimento nas bases de produção, o empresariado apresenta ao Estado a exigência de ampliação do acesso à educação dos trabalhadores. Essa exigência vem acompanhada de outra, que foi a de o Estado assumir processos que permitiriam o aumento da disponibilidade dos trabalhadores no processo de produção.

Ou seja, a necessidade de um projeto educacional sob o comando do Estado deve ser vinculada às exigências de competitividade e produtividade das empresas. O que significa dizer que a qualificação profissional foi e é uma resposta do capital e do Estado que, juntos, transformaram processos instrumentais restritos e parciais em uma política de educação. Aqui vale toda sorte de qualificação: ensino à distância, cursos sequenciais, modulares, de curta duração, profissionalizantes, virtuais, entre outras modalidades (AMARAL, 2012, p. 71).

O capital, representado pelo empresariado, passou a pressionar o Estado para que apresentasse uma política educacional que oferecesse uma formação mais genérica aos trabalhadores, responsabilizando o governo e os próprios trabalhadores

pela baixa escolaridade em geral. Sobre este aspecto, a autora traz a crítica de que, na realidade,

tais necessidades visam muito mais a formação de competências específicas para o trabalho, frente às novas exigências da produção, do que mesmo a construção de um complexo educacional que trabalhe na perspectiva de uma qualificação cujo fundamento seja o domínio de conhecimentos e habilidades que permitam ao trabalhador interpretar, criticamente, e intervir, globalmente, nos processos sociais e históricos que se dão na sociedade e no seu trabalho (IDEM, 2012, p. 72).

Amaral e Filgueiras trazem uma particularidade sobre a qualificação que se mostrou de forma distinta nos anos de 1990. De forma mais incisiva, a qualificação estava à disposição dos trabalhadores inseridos nos setores mais dinâmicos da economia, mais competitivos e específicos, cujas exigências internacionais eram mais presentes. Ou seja, os trabalhadores com nível de escolaridade maior e que estavam inseridos em setores com maior relevância econômica, tinham as maiores oportunidades de receberem as qualificações disponíveis.

A ação do Estado e as políticas de emprego continuavam dirigidas principalmente à parcela da força de trabalho inserida no setor formal da economia, ampliando a desigualdade entre esse setor da mão de obra e aquela que está na informalidade (FILGUEIRAS, 2011, p.440).

Amaral esclarece que o capital sempre precisou de trabalhadores com competência para atender suas necessidades. No entanto, o “que mudou foram as condições da produção que, em alguns setores da economia, passaram a exigir processos sofisticados em algumas tarefas que implicam uma maior escolaridade formal dos trabalhadores” (AMARAL, 2012, p.73).

A autora reafirma, que o empresariado se posicionou e interveio nos processos educacionais para que suas necessidades fossem cumpridas. E neste processo de pressão pelas mudanças na área educacional, de forma estratégica, este segmento se volta para firmar um processo de coesão social, trazendo experiências positivas de outros países, na perspectiva de uma educação voltada às necessidades de produção.

Na verdade, o que se apresenta não é somente a tentativa por parte da classe empresarial em intervir para a construção de uma educação voltada às necessidades do mercado, o que já era desenhado pelos cursos de qualificação em geral, havia, também, um movimento distinto e contraditório de provocar a coesão da mão de obra

e a colaboração dos trabalhadores para que fosse superada a condição de subalternidade existente em relação aos mercados dos países desenvolvidos.

Diante das considerações de Amaral, fica claro, que a política de emprego, com base na qualificação profissional, se reveste de intenção do capital em formar o consenso de classe, diminuir as contradições da mesma e aprofundar a exploração da mão de obra e, ainda, sob a mediação do Estado, acomodar a massa de trabalhadores.

Este desenho social que se conformou, no fim da década de 1980 e início da década de 1990, tornou a prática dos/as assistentes sociais que trabalham na execução das políticas sociais, ainda mais desafiadora, pois, “tanto podem atender às necessidades do trabalho como servir aos interesses do capital, via mercado, refuncionalizando as reivindicações sindicais e favorecendo a incorporação acrítica do discurso dominante que a sustenta” (IDEM, 2012, p.63).

Assim, a autora afirma que a demanda que se legitimou na atuação dos/as assistentes sociais nos processos de qualificação profissional, neste momento, teve sua justificativa no argumento de que a qualificação permitiria a autonomia do público atendido nas políticas sociais de trabalho e emprego e de assistência social.

Atualmente, grande parte dos programas sociais, no Brasil, possui ações voltadas à qualificação profissional. Podemos lembrar o mais recente programa de qualificação, PRONATEC, que em sua estrutura agrega cursos para atender a demanda de vários setores econômicos, como, também, cursos que promovam a inserção ao emprego e renda, através do empreendedorismo e da economia solidária.

Não obstante, Amaral não se referir aos cursos de qualificação do PRONATEC, a autora apresenta uma base argumentativa propondo que os programas de qualificação profissional que se firmaram nos últimos governos brasileiros, na realidade, cooperam para que o direito ao trabalho seja substituído pelo direito à renda.

Tais iniciativas, segundo os formuladores desses programas, respondem pela possibilidade de inclusão social ou inclusão produtiva de um imenso público, que, na verdade, vem sendo “formado” para tornar-se “apto” a um mercado de trabalho que não comporta amplamente tal inserção. Aliás, a ideia é de que se mantenha uma força de trabalho para a realização de trabalho simples qualificada e, pelo mesmo movimento, que se invista em conteúdos atitudinais/comportamentais que difundam o empreendedorismo e o auto negócio como parte das estratégias da nova configuração do mercado de trabalho e do consumo (AMARAL, 2012, p.76).

Na discussão de Amaral (2012), encontramos a afirmação de que, na realidade, a ideologia que se formou em torno dos cursos de qualificação profissional ou sobre o acesso ao conhecimento apresentado pelo governo, pelo empresariado e pelos representantes da classe trabalhadora, trouxe duas propostas antagônicas, que são: a capacidade de valorizar a mão de obra e, ao mesmo tempo, a capacidade de valorização do capital. Sob estas circunstâncias os/as assistentes sociais são convocados para intervir, juntamente com o público atendido, promovendo várias ações que permitam o entendimento sobre os cursos, a mobilização, o cadastro, entre outras ações.

Mesmo o PRONATEC não sendo o foco de discussão de Amaral, como já afirmamos, ressaltamos para o trabalho dos/as assistentes sociais dos CRAS, a partir do direcionamento do MDS e do SUAS, na perspectiva dos cursos do PRONATEC. Os mesmos têm o chamamento para acompanhar o processo de mobilização, informação, encaminhamento para as entidades de formação, acompanhamento do aluno para evitar o abandono do curso e participar, quando se consegue uma razoável interlocução com as instituições ofertantes, na sugestão dos cursos que as mesmas negociarão com o MEC. Na realidade, os/as assistentes sociais são

convocados para mobilizar os sujeitos para participar dos cursos, sugerir os tipos de curso a serem desenvolvidos, cadastrar o público da qualificação, monitorar e acompanhar as dificuldades encontradas pelos participantes, realizar contatos com instituições promotoras dos cursos e seus “facilitadores”, dentre outras atividades (AMARAL, 2012, p. 76-77).

Com mais esta demanda incorporada ao exercício profissional dos/as assistentes sociais, o que se revela, é um enorme desafio para os mesmos que se defrontam com o desmantelamento das proteções no processo de trabalho, significando outras formas de acesso ao emprego e a renda, distintas dos vínculos protegidos de trabalho. “Nesse contexto, o auto negócio, o empreendedorismo, a flexibilização, são estimulados, tornados naturais a informalidade, a flexibilização e as formas precárias de trabalho” (AMARAL, 2012, p.77).

Amaral ao se aprofundar na problematização sobre os programas de qualificação, se posiciona frente a esta condição colocada no cotidiano do/da assistente social e chama a atenção ao cuidado que este(a) profissional deve ter ao trabalhar com esta realidade. Afirma que o mesmo

não pode sucumbir ao discurso dominante de que a qualificação profissional é meio e condição para a inclusão social ou mesmo a principal alternativa para a cidadania e emancipação dos sujeitos sociais no cenário atual. Aqui, nossa compreensão é que precisamos adensar nossa problematização e

crítica sobre os referidos programas, desvendando seu significado e funcionalidade frente à dinâmica produtiva e às propostas de combate à pobreza (AMARAL, 2012, p.77).

A/o assistente social deve problematizar, criticamente, tais programas e não deve aceitar o discurso dominante sobre a necessidade dos cursos de qualificação como alternativa essencial de inclusão social ou como possibilidade para a emancipação do indivíduo. Ademais, tais cursos sobrepõem um dos fenômenos, que bem expressam a questão social, o desemprego.

A autora ratifica que o assistente social deve ter clareza deste processo e deve realizar sua crítica política e teórica aos diversos programas de qualificação. Diante do exposto, cremos que na prática profissional, o/a assistente social, deve trazer para a pauta de discussão, inclusive com seus usuários, os processos referentes a educação, com o objetivo de sua defesa, contudo, não desvinculando as necessidades reais dos trabalhadores.

Filgueiras apresenta uma observação interessante para aprofundarmos o tema sobre a qualificação profissional. Afirma que nos anos 2000, o setor público volta parte de suas intervenções para ajudar àqueles que ainda não estavam no mercado de trabalho e também àqueles que teriam poucas oportunidades de serem reinseridos no mercado. Então, através da preocupação pela empregabilidade e através do fomento ao empreendedorismo, a esfera pública procurava embaçar as fragilidades do mercado de trabalho.

A autora ressalta o pensamento de Luiz Antônio da Silva (2003), a respeito das propostas de empregabilidade e do empreendedorismo e afirma que

além de substituírem o conceito de informalidade, tais propostas refletem um novo modo de exploração capitalista e dominação no mundo do trabalho que se baseia na adaptação ao desemprego, ao risco e à insegurança. Esse autor, como outros críticos dos programas de qualificação que visam aumentar a empregabilidade do trabalhador, considera que tais iniciativas governamentais encobrem os problemas que a sociedade enfrenta para a geração de emprego e renda devido à estrutura econômica existente e à redução dos postos de trabalho formais (SILVA, 2003 apud FILGUEIRAS, 2011, p. 448-449).

Esta colocação reforça o que já apresentamos na discussão de Amaral na perspectiva de que as opções apresentadas, através da esfera pública, como política de emprego e tendo a pressão por parte da esfera privada para a qualificação profissional, tem por trás, a tentativa para a adesão dos trabalhadores diminuindo, assim, os conflitos instalados e de aprofundar a exploração da mão de obra.

Destarte, com base nestes textos, podemos afirmar que toda a tentativa de conformar a qualificação profissional como instrumento essencial para a manutenção do emprego e para a inserção ao mercado de trabalho, sobrepuja o fenômeno do desemprego, tendo, ainda, neste processo, a acomodação da massa de trabalhadores, contando com a mediação do Estado.

2.3 A Política de Assistência Social no marco do Estado “Neodesenvolvimentista”: a funcionalidade da PNAS/SUAS

O artigo de Silva (2013), apresenta considerações sobre a contribuição da assistência social à expansão do capital e trata sobre a funcionalidade dos programas sociais de transferência de renda para o crescimento econômico, a partir, entre algumas outras questões, da inserção de seus beneficiários como consumidores. Apesar, dos programas de transferência de renda não serem o viés central deste trabalho, entendemos a relevância desta produção, pois, os beneficiários destes programas, compreendem o público da Política de Assistência Social e, logicamente, possui a interface com as questões que envolvem o mercado de trabalho brasileiro e com as iniciativas para a inclusão deste público à cadeia produtiva.

Outra razão em trazer este texto como discussão nesta pesquisa, é, logicamente, de apreender questões sobre a Política de Assistência Social, para além de sua regulamentação, estrutura, serviços etc. Ou seja, trazer elementos que perfazem esta política e que se encontram intimamente ligados ao cotidiano do/a assistente social, não desconsiderando, é claro, os rebatimentos à classe trabalhadora.

Neste artigo, encontramos a afirmação que a Política de Assistência Social, cuja centralidade se apoia na proteção social, integra o modelo de governo “neodesenvolvimentista”²⁷ e, ainda, a observação de que, o percurso e os avanços das políticas sociais estão pareados com as demandas do trabalho e que estas mesmas políticas de proteção, também, incorporam a funcionalidade da acumulação capitalista.

²⁷ Seguindo o modelo de Silva (2013), a palavra “neodesenvolvimentista” estará entre aspas.

Para a autora, este desenho governamental, incidiu à assistência social a característica de uma política que voltou a naturalizar a questão social e promoveu ações focalizadas. A mesma, apresentou a crítica afirmando que as ações focalizadas reverteram as “estatísticas de desigualdade social, sem promoverem redistribuição de riqueza e mantendo os custos de reprodução da superpopulação relativa no âmbito do trabalho” (SILVA, 2013, p. 87).

Silva apresenta alguns autores para identificar o surgimento do Estado “neodesenvolvimentista” no Brasil, os seus pressupostos e o que este deve promover. Afirma que, segundo interpretações, este desenho de Estado surgiu no segundo mandato do Presidente Lula e que, de acordo com Castelo (2009), este modelo está intrinsecamente ligado ao conceito basilar do Estado “nacional desenvolvimentista” proposto entre as décadas de 1940 e 1970, contudo, aparece com características novas que estão permeadas pelas exigências do capitalismo contemporâneo e, por isso, tem o adjetivo de “neo” ou “novo” (SILVA, 2013, p.92).

Apoiada em Pochmann (2010), assegura que este “social desenvolvimentismo”, tem em seus pressupostos, “um novo caminho que inclua justamente todos os brasileiros e que seja compatível com o avanço tecnológico da nação e a sustentabilidade ambiental” (SILVA, 2013, p. 92). Firmar este padrão exige a configuração de um Estado que tenha novas relações com o mercado com a finalidade de “garantir a inovação, por meio da “concorrência combinada entre empreendedores e da maior regulação das grandes corporações empresariais” (POCHMANN, 2010 apud SILVA, 2013, p. 92).

O papel do Estado neodesenvolvimentista “é regular e impulsionar de forma eficiente o *crescimento econômico*²⁸ com inclusão social” (SILVA, 2013, p.93) e o mesmo

deve “promover crescimento com industrialização, por meio dos seguintes fundamentos: uma política monetária lastreada por juros baixos; uma política cambial que administre uma taxa de câmbio competitiva para a exportação de manufaturados e com regulação do fluxo de capitais financeiros; uma política fiscal que cumpra o papel de controlar gastos públicos com o objetivo de manter o pleno emprego, melhorar as condições de vida da população e realizar uma arrecadação progressiva (SICSÚ, 2008 apud SILVA, 2013, p. 92).

²⁸ Grifos da autora

Esta fração que trouxemos do artigo de Silva, foi para termos uma base inicial sobre este desenho de Estado que proporcionou a expansão e a regulamentação da Política de Assistência Social a partir da instituição do SUAS. A autora trouxe um elemento que chama a atenção sobre o cuidado que devemos ter ao investigarmos as políticas sociais, pois, não devemos refutar à funcionalidade das mesmas e nem esquecermos das intervenções políticas ideológicas e econômicas no momento de sua construção, nem tampouco, em seu desenvolvimento.

Assim, para além, das conquistas da classe trabalhadora, as políticas sociais são permeadas de intenções outras, que não são as dos trabalhadores. Afirma que partindo

daquele pressuposto já anunciado de que toda política social atende a demandas do trabalho, mas é, também, funcional às requisições da expansão do capital, apreendemos, na contraface dos recentes avanços da política de Assistência Social, as suas funcionalidades às requisições da dinâmica de expansão do capital no Brasil (SILVA, 2013, p. 94).

Diante desse argumento, vemos que esta política, apesar de seus avanços já analisados e registrados, através de várias produções acadêmicas, não deixou de ser atingida pelas investidas do capitalismo em seu processo de desenvolvimento histórico. Assim como Souza (2013), que, bem lembrou, que no momento da CF de 1988, a disputa que ocorria trazia grande expectativa para que a assistência social fosse considerada no campo dos direitos, Silva (2013), afirmou que, o próprio marco da assistência social não superou a existência do conflito entre capital/trabalho e introduziu na mesma, conceitos sociais-liberalistas cujos objetivos significam “à (re) naturalização da questão social, disponibilizando-a, para *blindá-la* de qualquer reflexão que permita o tensionamento de suas causas fundantes: a expropriação e a exploração dos trabalhadores” (IBID, p. 94). (Grifos da autora).

A assistência social é incorporada como ação do novo desenho de governo “neodesenvolvimentista” com o ponto essencial de trabalhar o binômio crescimento econômico e a redução de pobreza.

Se, no caráter estrito da recente regulamentação da Assistência Social brasileira, flagramos a sua impregnação pelo caldo político-ideológico social-liberalista, na perspectiva da inserção do país na totalidade do capital, a centralidade da Assistência Social é anunciada como uma das principais ações que comporiam o novo modelo de governo, cujo fundamento é a inédita articulação do binômio do crescimento econômico com a redução da pobreza (SILVA, 2013, p.95).

Segue seu argumento afirmando que o modelo “neodesenvolvimentista” extrai elementos das bases social-liberalista e, portanto, segue orientações das agências econômicas internacionais e multilaterais. Na realidade, este movimento do capitalismo, neste momento, não é inovador, pois, como apresentamos no primeiro capítulo, de acordo com Alves (2007), vimos, que o desenvolvimento do toyotismo se articula com algumas formas de racionalizações do capital, como o taylorismo e o fordismo. Ou seja, é o capital se (re) organizando com novas e velhas mediações para a manutenção de sua valorização em seu processo de acumulação.

A assistência social teve um papel relevante para que se firmasse certa concordância a respeito do Estado “Neodesenvolvimentista”. Com base em estatísticas oficiais, daquele momento, os indicadores sociais tiveram um salto qualitativo e foram gerados milhões de postos de trabalho, no Brasil. Contudo, reafirmando o que já dissemos no capítulo anterior, os dados não são capazes de refletir, de forma fidedigna, a existência de melhores condições para o trabalhador brasileiro, seja, nas relações de trabalho como nas condições de trabalho, seja nas condições de vida e de reprodução dos mesmos.

A reversão positiva de indicadores sociais compõe o principal sustentáculo ideopolítico para o colaboracionismo em torno do modelo “neodesenvolvimentista” e, com ele, da apropriação que o grande capital internacional opera sobre o crescimento econômico (aparentemente) brasileiro, e não é pequeno o papel da Assistência Social nesse processo (SILVA, 2013, p. 96).

Na perspectiva dos programas de transferência de renda, Silva (2013), apresenta uma discussão com constatações relevantes. Em alguns pontos, a autora ressalta a proeminência desses programas em detrimento ao desenvolvimento dos serviços socioassistenciais e traz algumas observações, que são as seguintes: a) a elevada composição dos programas de transferência de renda com o prejuízo na ampliação dos serviços socioassistenciais compromete a integração do SUAS, de forma a garantir o acesso aos serviços da assistência social de todos os que necessitarem e, não somente, os que estão sob a condição da pobreza extrema (p.97); b) sob a evidência de que, a prevalência desses programas é fundamental à proteção social brasileira, questiona a funcionalidade dos mesmos para a expansão do capital (p. 98).

A evidência da atenção, por parte da esfera federal, aos programas PBF e BPC se revelam, de forma clara, quando verificamos os recursos repassados à assistência

social. De acordo com o MDS (2010), a evolução do repasse do governo federal para a assistência social, significou um acréscimo de 255,4%. No entanto, de acordo com Silva (2013), os repasses para a ampliação dos serviços socioassistenciais significou um total de 35% em cinco anos, contabilizando em 2009, a soma de R\$2,7bilhões frente a R\$2 bilhões em 2004. Ou seja, quando se verifica o total de recursos disponibilizados aos programas de transferência de renda, percebemos a discrepância dos valores disponibilizados para os serviços socioassistenciais, executados nos equipamentos da assistência social.

Silva (2013, p. 100), apresenta a seguinte hipótese:

A contrapartida da transferência de renda às classes trabalhadoras é favorável aos trabalhadores, principalmente em termos de um complemento à escassez de renda oriunda do trabalho precário em mais ainda, é funcional ao capital, tanto ideopolítica, quanto economicamente.

Sua hipótese se fundamenta sobre a argumentação de que os beneficiários dos programas de transferência de renda são responsáveis em cooperar com o PIB nacional, pois, são estes que consomem os produtos nacionais e que movimentam as economias de seu entorno, as municipais. A autora ressalta, que os beneficiários dos programas de transferência de renda são, “também, trabalhadores aptos, subocupados, com escassos rendimentos *per capita* familiar, remanescentes da superpopulação relativa ampliada pela ofensiva dos anos 1990”, os quais, aliás, através do desenvolvimento do capitalismo e de suas reorganizações frente às crises cíclicas do capital, sofreram várias investidas que permitiram que fosse moldado “o perfil adequado de trabalhadores para atender às atuais necessidades do capital de superexploração do trabalho” (SILVA, 2013, p. 101).

O que resulta das ofensivas do capital sobre estes trabalhadores que sobrevivem com enorme dificuldade econômica e social é a inserção dos mesmos em

ações e programas que ampliam formas precárias de inserção ocupacional (empreendedorismos, pequenos negócios, economia solidária, produções familiares, novos arranjos produtivos locais etc.) e, assim, submetem-se de bom grado à auto exploração extensiva de sua força de trabalho, em favor da concessão de uma formidável quantidade de mais-valia absoluta do capital, “plasmada” na forma aparente de serviços e mercadorias, isenta de custos sociais e trabalhistas e, na maioria das vezes, remunerada de forma desconexa da jornada normal de trabalho (SILVA, 2013, p.101).

Neste contexto de empobrecimento que atinge a classe trabalhadora e aprofunda a exploração de sua força de trabalho, prevalece uma forma grave de perpetuar a condição de pobreza através do fortalecimento de uma política de justiça

compensatória em favor da economia. Ou seja, esses indivíduos, fora do trabalho formal, inseridos no PBF ou no BPC, cooperarão para a economia local sem, contudo, pertencerem ao grupo de trabalhadores formais com segurança previdenciária e demais direitos trabalhistas.

Os trabalhadores que representam a mão de obra barata, precária e sem qualificação, evidentemente, são os que estarão sempre subjugados aos salários baixos e às formas de inserção precárias no processo produtivo. Os mesmos são levados para outras formas de trabalho, não necessariamente, assalariada, sendo empreendedores ou possuindo pequenos negócios, com a falta de condição necessária para uma captação de renda adequada, para o sustento próprio e de sua família. Assim, necessitarão em permanecer na órbita dos programas de transferência de renda.

A mesma autora afirma que o terreno em que é colocada a proteção social, com a característica de uma política compensatória em favor da circulação da economia, propicia a “especulação financeira do capital sobre o fundo público, em proveito de sua expansão, sob o argumento do crescimento econômico e do desenvolvimento (aparentemente) nacional” (SILVA, 2013, p. 101).

Cabe à assistência social, no lastro do Estado “neodesenvolvimentista”, assumir o papel de convencimento de seus usuários para que entendam que o trabalho formal, assalariado, estável e protegido não é mais possível e que deve haver a conformação neste sentido, portanto, sem a existência do conflito de classe.

Essa equalização da pobreza entre os próprios trabalhadores, salvaguardando a riqueza do conflito pela sua repartição, é, no reverso contraditório dos atuais avanços da Assistência Social brasileira, a principal funcionalidade que se impõe a essa política social, para que atenda às requisições da expansão capitalista (SILVA, 2013, p. 102). (Grifos da autora).

Ou seja, uma política, que se firmou, frente às expectativas e às lutas dos trabalhadores, para que sua regulamentação e seu direcionamento se desse como política pública e de direitos, superando uma política pobre para os pobres, tem em seu bojo, mediações que fragilizam as conquistas de classe. E não apenas isto, com os interesses políticos e econômicos que a cerca, se reveste de funcionalidade para a expansão do capital.

2.4 A inserção produtiva no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

No texto de Lessa (2011), encontramos a hipótese de que certos movimentos da esfera pública e da esfera privada, na perspectiva de moldar o trabalhador mediante a necessidade do capital, se reproduz com o mesmo conteúdo de exploração e de valorização do capital, mesmo apresentando vieses distintos em determinados períodos históricos.

A qualificação profissional ou algumas aprendizagens disponibilizadas ao trabalhador brasileiro, oferecidas, seja por instituições empresariais ou nos equipamentos públicos que, à primeira vista, pode ser considerada como benefício ao trabalhador, na realidade, nada mais é do que um ajuste às necessidades de equilíbrio do capital, frente às suas crises históricas.

Lessa (2011) nos apresenta reflexões sobre a formação inicial e continuada dos trabalhadores responsáveis em ocupar as tarefas menos complexas do mercado de trabalho. Sua discussão abrange duas perspectivas: uma, refere-se à execução da qualificação profissional iniciada e continuada de trabalhadores, disponível através do Ministério do Trabalho e Emprego, pela via do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

A outra perspectiva, que será ponto de interesse, abarca a aprendizagem para o trabalho cuja designação é a de inserção produtiva, executada nos Centros de Referência da Assistência Social, vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome e, portanto, incorporado à Política de Assistência Social. Esta produção é uma análise dos cursos oferecidos nos CRAS através da modalidade da inserção produtiva realizada em nove Municípios da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

As crises do sistema capitalista que se instalam, vêm, de forma inexorável, acompanhadas de estratégias para sua superação procurando trazer, novamente, o equilíbrio da acumulação do capital. No Brasil, a crise que se apresentou no fim do século XX e início do XXI, não foi diferente. Lessa afirma que para enfrentar a crise de ordem econômica naquele momento, os processos educativos, os ideológicos e os recursos materiais sofreram manipulação em favor do enfrentamento desta crise que se firmou com profundo caráter recessivo.

Em sua argumentação sobre o caráter destes elementos de manipulação, assegura que o início do século XXI, a impressão que se colocava era que a informação, a tecnologia e a educação estavam sob a guarda da democratização. No entanto, não é verdade ou como a autora afirma que é “ledo engano” que o conhecimento socialmente produzido, que historicamente está sob o domínio das camadas de grande poder econômico e social, possui o caráter de domínio público chegando às camadas mais simples (LESSA, 2011, p. 285).

Tanto a informação — aqui representada pela chamada “grande mídia” — quanto a formação — processos educacionais de caráter formal — permanecem como objetos de intensa disputa na sociedade, a primeira, claramente controlada pelo grande capital, a segunda, intensamente atravessada por interesses privados e privatistas em relação ao seu fundo público e conteúdos (IDEM, 2011, p.285-286).

Outra característica que se confirmou neste momento histórico de crise foi a revalorização do “capital social” ou “novo capital”, que aponta para a visão de que, a educação e os processos de formação profissional são instrumentos capazes de superar a desigualdade social. A lógica da sociedade do conhecimento se efetiva através da ideia de que individualmente o homem deve perseguir seu conhecimento e este movimento se reveste como instrumento primordial para superar as diferenças sociais na contemporaneidade.

Segundo a lógica da sociedade do conhecimento é preciso perseguir e conquistar individualmente esse capital, já que ele é o instrumento fundamental de ascensão social na contemporaneidade, bem como de superação das diferenças sociais. Portanto, a educação é um tema central e, nesse sentido, a busca pela qualificação permanente para a conquista de mais “capital” e de melhor lugar na sociedade é intensamente estimulada e valorizada (LESSA, 2011, p.286-287).

Com a característica de um desenho competitivo e individualizante, proposto pelo capitalismo e aprofundado pelas condições apresentadas pela crise do capital, surge a máxima de que o desemprego é consequência da falta de qualificação do trabalhador. De acordo com a autora tal consideração é uma “mentira que simplifica um tema complexo, a qual, repetida, inúmeras vezes, assume ares de verdade no senso comum” (p.287). Não são à toa as recomendações empresariais referentes à qualificação do trabalhador para a nova indústria, inclusive com investimentos consideráveis a partir de 2007 (Relatório 2007- CNI)²⁹. O que confirma as investidas

²⁹ A CNI teve como iniciativa a construção do programa Educação para a Nova Indústria, que prevê

anteriores do capital, desde o início da industrialização, em que recomenda a associação entre qualificação e produtividade.

Contudo, sobre o aspecto da qualificação para o trabalho há um viés distinto do que ocorria no início da industrialização brasileira. Naquele período, os trabalhadores aprendiam suas funções no espaço da própria fábrica, ou seja, longe de um ambiente escolar. Com o avanço histórico, esta perspectiva tem se movido em direção à qualificação do trabalhador de forma permanente e tem incluído os trabalhadores das áreas mais simples, que outrora não tinham a oportunidade de alcançar tal aprendizado proposto para a tarefa produtiva, como já apresentamos na discussão de Amaral (2012) e de Filgueiras (2011).

Lessa chama a atenção para os cursos em especial, para as ocupações na área de serviços, cozinha, informática básica etc. que são de pouca duração e de pouca efetividade. Outra característica desses cursos é a forma que oferecem ao trabalhador caminhos para o empreendedorismo, estimulando, assim, a inserção na cadeia produtiva através da informalidade.

No mesmo terreno das qualificações a autora traz a aprendizagem oferecida nos CRAS para o trabalho, através da inserção produtiva, estruturada pelo Sistema Único de Assistência Social e, portanto, vinculados ao MDS que é estruturada fora da estrutura do MEC e, assim, fora da estrutura da educação oficial. Tais cursos incorporam outra forma de aprendizagem para o trabalho que são disponibilizados através de equipamento da assistência social, com destaque para os CRAS.

No contexto da crise no “mundo do trabalho” em que seus reflexos acentuam as características inerentes ao capital, ou seja, o aprofundamento da questão social, novas formas de organização do trabalho, a desigualdade e a desproteção, vários segmentos de trabalhadores são afetados e, com mais rigor, os que estão na órbita da condição de baixa renda e baixa escolaridade. Então, como estratégia de enfrentamento da crise instalada, ocorre o discurso ideológico que impõe a naturalização da crise e firma a ideia de que os trabalhadores precisam cooperar para a superação da mesma.

investimentos para a educação básica e profissional de 16,2 milhões de brasileiros. Estes investimentos se voltaram para o aumento das oportunidades para a formação de profissionais com característica criativa e empreendedora. Os mesmos, até o ano de 2010, teriam o objetivo de ampliar e modernizar a rede de escolas e laboratórios, no treinamento dos professores e revisar os conteúdos dos cursos do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Fonte: relatório da Confederação Nacional da Indústria, 2007.

Deve-se, então, naturalizar a crise como consequência óbvia da ordem econômica que será superada com os esforços de todos os trabalhadores.

Aos mesmos são solicitadas posturas de benevolência para com o capital, como a redução de salários, a ampliação de jornadas de trabalho sem a correspondente remuneração, o abandono de direitos conquistados: tudo isso, segundo o capital, para salvaguardar postos de trabalho (LESSA, 2011, p.291).

Não é à toa, que a autora traz o pensamento de Marx no sentido de ressaltar que a estratégia principal para assegurar a reprodução do capital, ou seja, aumentar sua acumulação, é através do rebaixamento dos custos da força de trabalho. Podemos afirmar que esta situação se encontra muito clara atualmente, pois, os trabalhadores são atingidos perversamente com o medo de perderem seus empregos, frente à massa de trabalhadores sobrando para o capital dispostos a trabalharem, até mesmo, em precárias condições.

Os trabalhadores empregados sofrem com as condições precárias no processo de trabalho recaindo sobre os mesmos, as pressões impostas com o crescimento da força produtiva do trabalho, portanto, ora são pressionados pela questão incisiva do sobretrabalho, ora pela massa sobrando que traz sobre os mesmos uma profunda concorrência.

Marx (2013) apresenta este movimento contraditório inerente ao modo de produção capitalista, que se instala de forma contínua e perversa sobre a classe trabalhadora.

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital (MARX, 2013, p. 711).

Marx (2013) em “O Capital” chama a atenção para a ocorrência de impactos negativos aos trabalhadores e afirma que o número de trabalhadores ocupados sofre graves flutuações e, também sofre as fricções de uma superpopulação, em certas ocasiões, que se forma com a influência do desligamento de trabalhadores ocupados e com a dificuldade da população trabalhadora suplementar de ser absorvida.

Assim, observa que a população trabalhadora excedente é necessária ao capital no processo de acumulação e que estes arranjos impostos pela acumulação do capital aprofunda a subsunção da classe trabalhadora a este modelo de produção.

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa

superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta (MARX, 2013, p. 707).

Com o decorrer do processo histórico do desenvolvimento de acumulação do capital, atualmente, a situação latente do desemprego coopera para que os trabalhadores aceitem as condições de subordinação, de pressões patronais em direção a nivelar salários, à intensificação da jornada de trabalho, como tantas outras questões já apresentadas e, portanto, os levam ao distanciamento dos conflitos de classe e da organização coletiva

As ideias neoliberais orientam a gestão da economia e impõe nova organização do trabalho e novas formas no ambiente do trabalho com a intenção do aumento na produção. São ideias, a partir de uma ideologia, que se movimentam para conseguir a adesão dos trabalhadores no sentido de um espaço de trabalho mais eficiente, com maior espírito de cooperação, menos rígido etc.

Ao fim, o que se tem é o movimento em favor dos grandes capitais, de caráter ideológico para a captura da subjetividade do trabalhador e com a intenção, ainda, de embaçar a luta de classes.

Trata-se de tarefa formativa importante, de grande apelo ideológico, que precisa ser massificada para ter êxito. Estamos falando de escola, das instituições de formação de trabalhadores e da mídia, embora possamos vislumbrar até mesmo as religiões na concretização desse processo. Através delas, o perfil de trabalhador produtivo e dócil precisa ser estimulado. Certamente, existem resistências dos trabalhadores a esse processo, mas a força do mesmo na atual conjuntura é inegável (LESSA, 2011, p.293).

Referente aos programas de inserção produtiva nos CRAS, Lessa afirma que “nessa experiência encontramos uma formação ainda mais periférica e marginal do que o já precário aprendizado do PNQ” (2011, p.301), já que são cursos oferecidos nestes equipamentos e têm em sua base a geração de renda com pouca efetividade de comercialização.

Assim, o público que se encontra sob o trabalho dos CRAS, cujo perfil é de grande fragilidade social e econômica e que são os mais atingidos pelas desigualdades sociais, traduzidas, também, pelo desemprego, com incidência em subempregos, com insuficiência no atendimento hospitalar, com a falta de moradia, com restrição no saneamento básico, com dificuldade no acesso das políticas públicas etc.

Para a autora, este público recebe um aprendizado pouco efetivo e que oferece pouco suporte para a inserção no mercado formal e, logo, para sua autonomia como anunciado através dos programas de inclusão produtiva e de geração de emprego e renda.

2.5 Breve Síntese a partir das categorias empíricas

Dissemos, anteriormente, que os artigos encontrados cooperariam para o aprofundamento do conhecimento sobre o tema e não nos enganamos, mas é claro, que não temos a condição de esgotá-los. Neste item, que encerra este capítulo, apresentamos um quadro contendo, de forma breve, algumas categorias empíricas em comum, encontradas nos artigos que usamos nesta pesquisa com base na metodologia “estado da arte”.

Esclarecemos, que são elementos que sintetizam o que foi apresentado pelas autoras e cremos que proporcionarão uma visão geral das categorias que se destacaram, sem, contudo, possuímos a intenção de fragmentar a argumentação das mesmas. As categorias empíricas apresentadas a seguir, estão presentes no debate e nas produções do Serviço Social e nos fazem refletir sobre os desafios que se interpõem na prática de seus profissionais, diante de tantas transformações no “mundo do trabalho”.

O quadro a seguir tem a intenção de comprovar que, mesmo a discussão central de cada artigo não serem iguais, possuem semelhanças e convergem ao aprofundamento desta pesquisa. O que torna, então, o trabalho de pesquisa relevante e interessante, pois, podemos ter acesso a vários textos com estruturas e com bases argumentativas distintas e, no entanto, possuírem questões semelhantes capazes de oferecerem reflexões para o amadurecimento profissional desta pesquisadora e dos demais que tiverem interesse nesta pesquisa.

Quadro 2 - Síntese das categorias empíricas

Categoria	Autoras	Síntese ³⁰
Autonomia	Amaral; Carloto e Gomes, Souza.	<p>Souza, Carloto e Gomes trazem a indagação se os cursos de qualificação são capazes de oferecer a autonomia aos usuários da assistência (p. 106 – 108).</p> <p>Amaral: a autonomia dos usuários atendidos nas políticas sociais foi um argumento que justificou a legitimação da atuação dos/as assistentes sociais nos processos de qualificação profissional no fim da década de 1980 e início de 1990 (p.114).</p>
Empreendedorismo	Amaral; Carloto e Gomes; Filgueiras; Lessa e Souza	<p>Amaral: através da mediação do Estado, o empreendedorismo, perfaz a estratégia de enfrentamento ao desemprego (p.114).</p> <p>Carloto e Gomes: há um discurso ideológico, proposto pelo Estado, que apresenta o empreendedorismo como alternativa para a crise do emprego formal e do trabalho assalariado (p.103).</p> <p>Filgueiras: através do fomento ao empreendedorismo, a esfera pública procura embaçar as fragilidades do mercado de trabalho (p.116).</p> <p>Lessa: através do empreendedorismo ocorre a inserção no mercado de trabalho na condição da informalidade (p.125).</p> <p>Souza: afirma que cria uma falsa independência do usuário e que o fato de a assistência social alocar seus recursos financeiros e humanos incentivando aos seus usuários a criação de pequenos negócios, não garante aos mesmos, renda necessária para sua sobrevivência (p.125)</p>
Inclusão (inserção) Produtiva	Souza; Carloto e Gomes	<p>Souza indaga sobre a necessidade de posicionar a assistência social através de ações que promovam a integração ao mercado de trabalho, com base na inclusão produtiva, não considerando a realidade do desemprego estrutural (p.105).</p> <p>Carloto e Gomes questionam se a inserção produtiva pode ser concretizada através dos projetos de capacitação e de qualificação voltados às mulheres e oferecidos através da política de assistência social (p.104).</p>
	Amaral; Carloto e Gomes; Filgueiras;	<p>Amaral: a existência de cursos que possibilitam a inserção produtiva, para que os trabalhadores se tornem capazes para um mercado que não os comporta (p. 114);</p> <p>a necessidade parte de posições ideológicas, com ênfase na educação brasileira e que reivindicam aos</p>

³⁰ Cabe o esclarecimento de que os números das páginas em parêntesis não são citações, portanto, são referentes às páginas em que aparecem nesta dissertação.

Qualificação Profissional	Lessa; Souza	<p>processos de qualificação, a condição de responder à crise do emprego no Brasil (p.109); A intencionalidade de criar uma hegemonia dominante que tenta neutralizar as contradições de classe (p.85); Realização de um movimento contraditório de provocar a coesão da mão de obra e a colaboração dos trabalhadores para que fosse superada a condição de subalternidade aos mercados dos países desenvolvidos (p. 113).</p> <p>Carloto e Gomes: cursos que se conformam na continuidade de trabalhos domésticos, ou seja, que incorporam características da divisão sexual do trabalho, reforçando elementos de preconceito e de poder na relação de gênero e, ainda, que não se encontram efetivamente com resultados que garantam a emancipação das mulheres (p.104).</p> <p>Filgueiras: a necessidade de qualificação surge, em alguns setores mais frágeis da população, com o objetivo de aumentar a empregabilidade dessa camada de trabalhadores e ainda o aumento de investimentos da esfera pública juntamente com a esfera privada, traz a necessidade de qualificação profissional (p. 110).</p> <p>Lessa: a qualificação profissional oferecida, seja por instituições empresariais ou nos equipamentos públicos que, à primeira vista, pode ser considerada como benefício ao trabalhador, na realidade, nada mais é do que, um ajuste às necessidades de equilíbrio do capital, frente as suas crises históricas (p.123).</p> <p>Souza: critica à falta de conexão entre vários cursos de qualificação profissional com a realidade e as habilidades dos usuários (p. 108).</p>	A firma mos, que todo o esforç o realiz ado para a compr eensã o dos eleme ntos prese ntes neste capítu
Geração de emprego e renda	Carloto e Gomes; Souza	<p>Carloto e Gomes: alternativas de aquisição de renda fora do trabalho assalariado, a partir de um discurso que embaça a incapacidade política de resolver o fenômeno de desemprego, que se aprofundou nas últimas décadas (p.103).</p> <p>Souza: apresenta a responsabilidade colocada à política de assistência social, através dos cursos nos CRAS, em gerar trabalho e renda para a emancipação de seus usuários (p.104).</p>	lo, teve o objeti vo de verific ar a
Funcionalidade da assistência social e das políticas sociais	Silva; Carloto e Gomes; Souza	<p>Souza, Carloto e Gomes: compreensão de que a assistência é colocada para além de sua especificidade, ao dar-lhe a incumbência de inserir o público que se encontra fora do mercado formal de trabalho, para dentro da cadeia produtiva (107).</p> <p>Silva: Os avanços das políticas sociais estão pareados com as demandas do trabalho e que estas mesmas políticas de proteção, também, incorporam a funcionalidade da acumulação capitalista (p.118).</p>	produ ção acadê mica do Serviç

FONTE: Elaboração própria, com base nos artigos constitutivos do segundo capítulo.

o Social referente ao tema proposto desta pesquisa. Como já sinalizamos, encontramos um número restrito de produção do Serviço Social sobre a inclusão produtiva no âmbito da assistência social e como já observado, apenas um artigo apresentou alguns elementos sobre a inclusão produtiva no Plano Brasil Sem Miséria.

Como já dissemos, o recorte temporal é a partir da criação deste Plano e, dessa forma, esperávamos ter mais elementos que tornassem a discussão sobre a inclusão produtiva no lastro do Brasil Sem Miséria mais profícua. Mesmo porque, nos últimos anos, constatamos a relevância deste Plano no discurso governamental, em que o mesmo propõe que a inclusão produtiva, em especial, através dos cursos de qualificação do PRONATEC, é considerada como estratégia para amenizar a crise do emprego e embaçar o conflito de classes.

Contudo, tal questão não foi impedimento para a relevância desta pesquisa, haja vista, todos os pontos que foram levantados, através das produções do Serviço Social, estão integrados ao cotidiano dos/as assistentes sociais que trabalham na execução das políticas sociais.

Acreditamos, que os artigos encontrados e que serviram de base para a construção deste capítulo, são ricos em elementos teóricos que nos trouxeram necessários esclarecimentos e conhecimentos para entendermos questões que atingem, diretamente, a vida dos usuários das políticas sociais e elementos que perpassam no cotidiano dos/das profissionais que executam essas políticas, em especial a Política de Assistência Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, afirmamos que o objetivo desta dissertação foi alcançado, uma vez que a análise sobre a inclusão produtiva, no âmbito da Política de Assistência Social a partir dos elementos encontrados na produção acadêmica do Serviço Social, como resposta à crise do emprego, no Brasil, foi realizada.

Para a construção do primeiro capítulo, trouxemos a discussão sobre a tendência do emprego e desemprego no Brasil, realizando uma retrospectiva histórica a partir do último quartel do século XX. Apresentamos, de forma breve, a reestruturação produtiva de 1970, dando ênfase, a reestruturação produtiva dos anos de 1990, já que a mesma afetou, de forma mais destrutiva, o processo, a organização e gestão do trabalho no Brasil e forjou o terreno para as mudanças estruturais da economia, que no decorrer das décadas trouxeram enormes prejuízos à classe que vive do trabalho.

A respeito do cenário que se desenhava na sociedade brasileira, vimos que, desde a década de 1990, diante da crise do capital, se instalou o discurso ideológico que trouxe para o trabalhador a responsabilidade de se manter qualificado para o trabalho, bem como, o incentivo para os que estivessem fora do mercado de trabalho, se tornassem trabalhador por conta própria, empreendedores ou ligados a algum programa de economia solidária.

Ou seja, a partir da reestruturação produtiva de 1990 se firmou, no Brasil, a condição de se responsabilizar o trabalhador por sua inserção ou permanência no mercado de trabalho, com o agravante do afastamento do Estado, já que o mesmo estava sofrendo também um processo de contrarreforma. A redefinição do controle regulador do Estado foi imposta pelo padrão de produção de acumulação flexível, cujas características basilares estão apoiadas na mundialização do capital.

Com o declínio do padrão taylorista/fordista, se instalou o padrão toyotista ou de acumulação flexível que introduziu novas transformações que interferiram no modelo de reprodução social em âmbito mundial e incorporou nas relações sociais e trabalhistas o individualismo e a competitividade, reforçando o afastamento do trabalhador da arena política, levou a fragilização da organização coletiva e o desmonte de conquistas obtidas pela classe trabalhadora.

Para entendermos mais profundamente como se mostra o mercado de trabalho brasileiro, na perspectiva das ocupações e desocupações, apresentamos, alguns conceitos que ajudaram a esclarecer este segmento. Apresentamos estes conceitos para que a análise dos dados relacionados as ocupações e ao desemprego fossem mais nítidos e nos permitissem elementos para enriquecer nossa discussão.

Conforme o IBGE, expomos o conceito de pessoas ocupadas e a formação da População Economicamente Ativa; de acordo com Pochmann (2005), apresentamos o conceito de desemprego aberto; e, de acordo com a Pesquisa Nacional do Emprego, o conceito de pessoas desocupadas. Esta forma de apresentação nos levou a alguns esclarecimentos sobre a composição da classe trabalhadora atual que foi forjada a partir da reestruturação produtiva de 1970 e 1990.

Com base em Alves (2007), entendemos que o contingente de trabalhadores à disposição do capital, coopera para o aprofundamento do rebaixamento dos salários, na fragilização da organização de luta e de embate por parte da classe trabalhadora, sem contar, que é um contexto favorável à intensificação da exploração da força de trabalho.

O recorte temporal de atenção da pesquisa foi a partir da década de 2011 quando foi criado o Plano Brasil Sem Miséria, no entanto, fizemos um breve percurso nas décadas de 2007 e 2008, pois correspondem à crise global mais recente marcadas pela intensificação da corrosão do trabalho, pela informalidade e pelo acirramento na diminuição do trabalho regulamentado. Ou seja, verifica-se o aumento de formas de trabalho que cooperam para o aviltamento da classe trabalhadora. Assim, afirmamos que este período provocou transformações na organização do trabalho e impôs ao trabalhador o movimento, inclusive, para fora das relações formais do trabalho.

Apresentamos que, compondo a estrutura do mercado de trabalho brasileiro está a heterogeneidade da classe trabalhadora formada no desenvolvimento da história. O conceito de classe trabalhadora trouxemos com base em Antunes e Alves (2004), ou seja, homens e mulheres que não possuem os meios de produção e que vendem a força de trabalho. De acordo com o IBGE (2015) e Pochmann (2005) vimos que a classe trabalhadora está composta pelos ocupados e pelos os desocupados. Fazem parte da mesma os empregados que possuem direitos trabalhistas, os trabalhadores por conta própria, os empreendedores e os que possuem trabalho com

contratos “flexibilizados” que trazem a precarização, confirmando as relações contraditórias do movimento de expansão do capital.

Situamos, a característica do mercado de trabalho composta pela rotatividade de trabalhadores em diversos segmentos. Ratificamos que, as transformações do mercado de trabalho, nas últimas décadas, agravaram a fragilidade na organização do trabalho e acentuou, a expressão da questão social representada pelo desemprego.

Não podemos desconsiderar outra característica do mercado de trabalho que apontamos neste trabalho: sua dimensão de exclusão, ora à população jovem que na procura do primeiro emprego não tem êxito e acabam somando a fileira do subemprego e dos contratos informais e a população com mais idade que com a dificuldade de reinserção no mercado de trabalho também se torna autônomo, empreendedor, entram em postos de trabalho com menor remuneração ou passam a trabalhar na informalidade.

Portanto, a inserção ao mercado de trabalho brasileiro sofre a tensão entre os trabalhadores ocupados, os desocupados e os sobrantes para o capital representando o contingente à disposição do capital para que seja utilizado a qualquer momento, aprofundando as questões de fricção salarial, fragilizando a organização de luta e de embate por parte da classe trabalhadora e aprofundando a exploração da força de trabalho.

De acordo com Alencar (2005), o pleno emprego não fez parte da realidade do Brasil e nem, tampouco, a disseminação das relações assalariadas. O que ocorreu, foi a predominância de uma massa trabalhadora com as relações de trabalho precárias e sem as devidas garantias de proteção. Assim, discutir o emprego e desemprego na realidade brasileira, nos trouxe grandes desafios frente a complexidade do tema. Mesmo porque, de acordo com esta autora, o desemprego se firma como produto da acumulação capitalista, perfazendo um movimento do próprio capital, a fim de superar suas crises estruturais.

Esclarecemos que, mesmo utilizando fontes oficiais para apresentar dados sobre o fenômeno do desemprego, a dificuldade de expor o tema persistiu. Pois, apresentar dados que permitissem o conhecimento a respeito da composição do mercado de trabalho brasileiro possui grandes desafios, já que os mesmos são envolvidos com detalhes em sua metodologia (Pochmann, 2005) e apresentação, que

não nos permitem uma conclusão totalmente clara, assim, necessitaria de uma longa pesquisa para entender estes procedimentos, o que não foi possível para este trabalho.

Para confirmar a hipótese, de que a inclusão produtiva, através da geração de renda, da economia solidária, do empreendedorismo, dos cursos de qualificação profissional em geral e dos cursos do PRONATEC, é considerada como uma resposta à crise do emprego, realizamos um percurso histórico, desde o Programa Fome Zero, do governo Lula, até o Plano Brasil Sem Miséria, do governo Dilma, apresentando as ações basilares que compunham esses programas.

Destacamos as ações com impactos significativos do Fome Zero que foram: o fortalecimento do Sistema Público de Emprego; a reimplantação do CONSEA, em 2003; a criação do MDS, do PBF e o Programa de Economia Solidária, todos em 2004. Ressaltamos que, sob os fundamentos do pensamento neoliberal presente, a economia solidária era considerada como iniciativa emancipatória de inserção no trabalho e significava a possibilidade de trabalho e renda, acompanhada pela inclusão social, em prol dos trabalhadores apartados do mercado de trabalho.

A partir do percurso histórico que realizamos constatamos que em alguns momentos, tanto a base governamental quanto o segmento privado, impõem formas ideológicas que transferem ao trabalhador brasileiro a responsabilidade individual por sua inclusão produtiva e/ou pela manutenção de seu trabalho, se confirmou. Verificamos que os direcionamentos apresentados, tanto na forma de qualificação profissional, quanto na forma do empreendedorismo e da economia solidária, trazem em seu bojo o discurso ideológico de que são capazes de propiciar o emprego e a renda, logo, perfazem de estratégia ao desemprego.

Este desenho individualizante, do esforço isolado do trabalhador, se agrava com o afastamento da proteção do Estado, principalmente com a instalação do padrão de produção de acumulação flexível, como confirmamos na apresentação sobre os cursos de qualificação desde o governo Lula, bem assinalado no governo Dilma com o PRONATEC, bem como, nas produções acadêmicas do Serviço Social usadas no segundo capítulo.

A criação do PNQ, no Fome Zero e do PRONATEC, no PBSM, asseguram que o indivíduo deve buscar sempre mais a qualificação e, claro, deve empregar uma atitude competitiva e se preparar para várias carreiras possíveis, a partir das

conformações de um mercado de trabalho mais desafiador e fragmentado. Pode-se assinalar, inclusive, a existência de uma condição de subordinação e de exploração desses trabalhadores frente à ameaça do desemprego que se instalou nas últimas décadas e vem se agravando nesta sociedade capitalista. Assim, ocorre a tendência do trabalhador se sujeitar às várias formas de subemprego, de subcontratos configurando formas precárias de trabalho.

Afirmamos que, no decorrer dos anos, foi incorporado às políticas sociais elementos que, de alguma forma, foram capazes de responder às solicitações dos grandes organismos internacionais, de organizações empresariais, do Estado e, também, dos trabalhadores. Em relação às políticas sociais, não podemos desconsiderar sua característica de favorecimento à neutralidade do conflito de classes, e, na perspectiva dos programas de transferência de renda, a condição de consumidor que se colocou aos beneficiários em prol das economias locais, não obstante, não ter sido foco desta discussão.

Sabemos que o Sistema de Seguridade Social, no Brasil, foi instituído sob o contexto histórico de subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia a partir de um direcionamento internacional. Entendemos que o processo de desenvolvimento da Política de Assistência Social, não ficou eximido das transformações e dos rebatimentos dos ajustes políticos e econômicos, principalmente, a partir dos anos de 1990.

Devido à proximidade da assistência social com a camada mais empobrecida, a mesma recebe a responsabilidade da promoção da integração ao mercado de trabalho, através da CF de 1988 e da LOAS (1993). Vimos, que no Brasil, a Política de Assistência Social, mesmo com seus avanços concretos, em especial, com a construção da PNAS e do SUAS, adquiriu um caráter de funcionalidade às requisições da dinâmica de expansão do capital.

Para confirmar a hipótese de que a Política de Assistência Social através do SUAS, se perfaz como estratégia para alcançar e conformar a massa de trabalhadores, em especial, a massa sobrando para o capital, apresentamos alguns elementos constitutivos desta política e os programas governamentais que se formaram nas últimas décadas. Encontramos, também, vários elementos na produção acadêmica do Serviço Social, usados no desenvolvimento desta pesquisa, que

cooperaram para a confirmação desta hipótese, como apresentado no segundo capítulo.

Referente ao PBSM, verificamos que, os cursos do PRONATEC, extraí da instrumentalidade do SUAS e da capilaridade da assistência social, principais instrumentos para alcançar as metas deste programa, como confirmado a partir do arcabouço teórico governamental que se apresenta de forma organizada e estruturada, como foi apresentado no primeiro capítulo.

No decorrer desta discussão afirmamos em vários momentos, apoiados nos autores escolhidos para a mesma, que a inclusão produtiva se reveste de uma estratégia ideológica-política e econômica sob o lastro do capitalismo. O tratamento que se dá a mesma, se perfaz na tentativa de obscurecer a gravidade da crise do emprego no país, colocando os cursos de qualificação, o empreendedorismo e a economia solidária como alternativa natural ao desemprego.

Verificamos que com o BSM, os cursos de qualificação do PRONATEC se tornaram importante estratégia política para que a inclusão produtiva fosse vista como possibilidade à classe trabalhadora pelos próprios trabalhadores sem emprego e pela sociedade em geral.

No segundo capítulo, o objetivo de compreender a inclusão produtiva, no âmbito da assistência social, com base na produção do Serviço Social foi alcançado, embora, como já apontamos, não tivemos elementos que nos permitissem ampliar o tema na perspectiva do Plano Brasil Sem Miséria e esperamos alcançar este aprofundamento em outro momento.

No entanto, a metodologia “estado da arte”, nos permitiu o delineamento de vários aspectos pertencentes ao tema proposto nesta pesquisa, bem como, a aproximação com o fenômeno do desemprego e o conhecimento sobre algumas estratégias à crise do emprego no Brasil, no decorrer dos anos, como vimos no que foi produzido de 2011 a 2014 pelo Serviço Social.

Afirmamos, que a inclusão produtiva como estratégia para o enfrentamento do desemprego no Brasil, está vinculada ao processo de expansão do capital e da redefinição do papel do Estado, que se firmou, em especial, a partir da reestruturação produtiva da década de 1990.

As produções usadas como base para este capítulo, ou seja, a produção acadêmica do Serviço Social, nos trouxeram contribuições relevantes que elucidaram

o tema da pesquisa e nos provocaram reflexões mais maduras. Os aspectos que mais saltaram aos olhos e nos fizeram entender a lógica que está entranhada nas políticas sociais, sob o signo da inclusão produtiva, destacamos a seguir.

A responsabilidade para a inserção da classe trabalhadora apartada do mercado de trabalho, ficou a cargo da Política de Assistência Social, ou seja, esta política deve promover ações de intermediação de mão de obra, fora das instâncias da política de trabalho e de emprego, bem como, os serviços dos CRAS devem estar voltados à demanda de inserção dos trabalhadores desempregados e propiciar, através de seus serviços, a geração de emprego e renda.

O empreendedorismo é apresentado como uma alternativa viável, que pode e deve ser buscada a partir da ausência do emprego formal e do trabalho assalariado. A partir de um discurso ideológico político, fundado pelo Estado e expandido nas instituições privadas, o trabalhador com dificuldades de se inserir na cadeia produtiva, pode se tornar um empreendedor e, assim, garantir o acesso à geração de renda, mas se afastando das garantias e demais direitos trabalhistas garantidos a partir de um contrato formal de trabalho.

Como foi dito, a presença deste discurso propondo alternativas de aquisição de renda fora do trabalho assalariado, embaça a incapacidade política de resolver o fenômeno do desemprego, aprofundado nas últimas décadas. Este discurso, também afirma, através de propagandas governamentais, e, por vezes, do trabalho da assistência social que o trabalhador será independente e autônomo se tornando um empreendedor, logo, bem longe da proteção e da regulação do Estado e das relações de trabalho com base formal e no assalariamento.

Apresentamos algumas características do Estado apresentado como “Neodesenvolvimentista”, pois, a partir deste período é conformado à política de assistência social a condição de convencer seus usuários de que o trabalho formal, assalariado, estável e protegido não é mais possível e, assim, os mesmos devem se conformar e seguirem em direção a outras possibilidades.

Portanto, este discurso fragiliza as condições da/o assistente social, nos momentos de intervenção profissional, em mobilizar e sensibilizar os usuários da assistência social em busca da concretização de seus direitos sociais.

Sobre a qualificação profissional, destacamos que 83,4% dos artigos de produção acadêmica do Serviço Social, usados na construção do segundo capítulo,

expuseram o assunto e trouxeram argumentos que confirmaram a hipótese de que as políticas sociais, com destaque para os cursos de qualificação, têm em seu lastro, intenções políticas ideológicas e econômicas que favorecem a expansão do capital, a acomodação da classe trabalhadora, ofuscam o conflito de classes e cooperam para a exploração da mão de obra.

O argumento sobre a perspectiva de um discurso ideológico político, formado a princípio pelo Estado, que apresentou a inclusão produtiva, através de seus vieses, como alternativa para a dificuldade do emprego formal e do trabalho assalariado foi constatado na argumentação de Silva (2013) e de Souza (2013).

Afirmamos, com base nos autores apresentados, que a qualificação profissional surge como uma política social, a partir do Estado, com grande demanda do empresariado, sob as bases de um discurso ideológico. Apresentamos algumas características dos processos de qualificação, sua principal funcionalidade, não obstante, não ter sido possível nos deter na amplitude de seus cursos, nem tampouco em todas as suas funções.

Verificamos nos textos utilizados, a existência de um discurso político ideológico que coloca como fundamental a atitude positiva, competitiva e de cooperação dos trabalhadores para superar a crise e a ameaça do desemprego. Vimos, porém, que é um discurso que tenta neutralizar os conflitos de classe e de acomodar os trabalhadores, inclusive, a massa sobrando para o capital.

Dessa forma, através das políticas sociais com rebatimento profundo na assistência social e nos trabalhos de seus profissionais, com destaque para as/os assistentes sociais inseridas/os no âmbito desta política, que a partir da Constituição Federal de 1988 se perfaz como uma política pública que deve se apresentar com característica universal, este discurso de caráter neutralizador tem se solidificado.

Ainda sobre os cursos de qualificação, apresentamos alguns elementos que se revestiram de críticas, como por exemplo: a estrutura de alguns modelos fora do perfil e do contexto dos usuários e, por diversas vezes, aquém do interesse dos que buscam a geração de emprego e renda; a condição de firmar este processo, como alternativa, efetiva, ao emprego, neutralizando o fenômeno do desemprego; sob a condição mediadora do Estado.

Podemos afirmar que os cursos de qualificação profissional apresentam a função de promover a adesão dos trabalhadores diminuindo, assim, os conflitos

instalados. Sabemos que a oferta das frentes de emprego não é suficiente para absorver todos os que esperam na fila do desemprego inclusive, os mais qualificados. Contudo, não podemos desconsiderar que o excedente de mão de obra é um movimento propício à acumulação de capital e que se apresenta de forma objetiva na reprodução da classe trabalhadora brasileira.

Sinalizamos esta questão quando trouxemos para esta discussão, Marx (2013) e outros autores que abordam questões que retratam o movimento contraditório do desenvolvimento do modo de produção capitalista que converge para a exploração e para o sufocamento da classe trabalhadora.

Ou seja, tal movimento propaga o acirramento da exploração da mão de obra no aspecto da jornada de trabalho, do sobretrabalho, provoca o achatamento dos salários bem como, agrava a fragilização das relações sociais de produção e de reprodução da classe trabalhadora.

Realizamos algumas considerações sobre as/os assistentes sociais que trabalham com os usuários da Política de Assistência Social e que se esforçam para responder as demandas cotidianas que se apresentam. Estes usuários, cujo perfil majoritário é constituído pelas condições de pobreza, pela ausência de renda, pela generalização das formas de trabalho não assalariados, apartados dos direitos sociais, econômicos, trabalhistas etc., alocados em subemprego, empregos temporários, subjugados à exploração do capital e tantas outras circunstâncias que agravam a reprodução de vida desses indivíduos, aguardam resposta nos atendimentos das/os assistentes sociais, técnicas/os de referência da assistência social.

Consideramos que a responsabilidade colocada à Política de Assistência Social, através dos serviços e dos cursos oferecidos nos CRAS, de gerar trabalho e renda para seus usuários não condiz com a realidade, pois, os cursos não apresentam condições efetivas de proporcionarem a autonomia e a emancipação dos participantes e usuários que se encontram nestes equipamentos públicos.

Os referidos cursos são insuficientes para tal autonomia dentro do contexto social brasileiro, marcado pelo alto índice de desigualdade social e com o desemprego estrutural instalado sob as bases da expansão do capital como vimos nos textos apresentados.

Ressaltamos, que as produções que foram base para o tipo de pesquisa “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”, convergiram positivamente ao debate proposto na perspectiva da inclusão produtiva, no âmbito da Política de Assistência Social, confluindo para a expressão da questão social, representada pelo desemprego. Assim, através destas produções encontramos vieses que permitiram o debate e o amadurecimento intelectual desta autora e dos que buscarão, futuramente, a discussão deste tema.

Afirmamos, que esta pesquisa se propôs em adensar o debate no Serviço Social e se mostrou relevante para o crescimento teórico desta pesquisadora que, também, é uma assistente social. Portanto, a pesquisadora em pauta, que durante certo período esteve inserida na execução final desta política em questão, em vários momentos se deparou com a fragilidade da própria intervenção profissional, o que levou a busca deste amadurecimento.

O anseio em pesquisar este tema teve como fio condutor as observações concretas no campo de trabalho, iniciadas por questões cotidianas que, por vezes, foram seguidas por diversas reflexões na perspectiva de realizar um atendimento crítico e mais consistente aos usuários da assistência social. Mesmo porque, entendemos que “a realidade é sempre mais rica e mais complexa do que nosso limitado olhar e nosso limitado saber” (MINAYO, 2007, p.17).

Nos preocupamos em apresentar elementos que são colocados, cotidianamente, na prática profissional das/dos assistente sociais, sob as orientações de seus empregadores, que na realidade, traduz a intenção de acomodação da classe dos trabalhadores e, por isso, a necessidade de uma posição crítica na materialização das políticas sociais, por parte destas (es) profissionais.

Destarte, ratificamos, diante de tudo o que foi apresentado, que as/os assistentes sociais que estão incorporadas/os no âmbito da assistência social devem problematizar, criticamente, os programas indicados por esta política, com o devido esclarecimento e a preocupação de não aceitarem o discurso dominante de que, a inclusão produtiva, através de seus elementos, se mostra como alternativa efetiva, de colocação no mercado de trabalho, pois, esta ideologia embaça as proporções da crise do emprego no Brasil.

Esclarecemos que a nossa posição anterior, indicando a necessidade do posicionamento crítico das/os assistentes sociais no âmbito da política de assistência

social, não possui o intento, em absoluto, de desqualificar o trabalho dessas/es profissionais que se encontram imbuídos na realização de um trabalho ético e comprometido e na materialização efetiva da Política de Assistência Social como uma política pública universal.

Pelo contrário, deixamos claro que reconhecemos o avanço dessa política, como fruto do empenho, do trabalho e da produção intelectual não somente das/os assistentes sociais, mas de outras categorias que trabalham no âmbito da assistência social e cooperam para o acesso aos direitos e a autonomia dos usuários desta referida política.

Nossa intenção é a de provocar o aprofundamento no debate relacionado aos vieses que incorporam o trabalho da categoria de assistentes sociais, da qual, também, faço parte.

Portanto, o esforço na construção deste trabalho teve como objetivo contribuir para o amadurecimento da profissão que é dinâmica e que encontra em sua materialização desafios concretos para responder ao seu público de intervenção.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria B. C; CABRAL, Maria do Socorro R. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. In: **Em Perspectiva**, 17 (1), (p.03-10). São Paulo, 2003.

ALENCAR, Mônica M. Torres de. O Apoio aos pequenos empreendimentos econômicos no âmbito das Políticas Públicas de Emprego e Renda: alternativa ao desemprego ou subordinação e desregulação do trabalho assalariado no Brasil? UFRJ, 2005. 264f. **Tese** (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Escola de Serviço Social. 2005.

_____. O desemprego contemporâneo como elemento da acumulação capitalista e da luta de classes. **O Social em Questão**. Ano XIV, n.25/26. (p. 97-118). PUC-RIO, 2011.

AMARAL, Angela Santana. A qualificação profissional dos trabalhadores na perspectiva do Serviço Social: notas críticas. In: **Em Pauta**. N.30. V. 10. (p.61-81). Rio de Janeiro, 2012.

ANTUNES, Ricardo. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. São Paulo. Boitempo, 2014.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In: **Educ. Soc.**, vol. 25, n. 87, (p. 335-351), Campinas, 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> (acesso em 14 de outubro de 2016).

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.

_____. Dimensões da reestruturação produtiva. **Ensaios da Sociologia do Trabalho**. 2ª ed. Londrina: Praxis, 2007.

_____. A disputa pelo intangível: estratégias gerenciais do capital na era da globalização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. São Paulo. Boitempo, 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. (Biblioteca Básica de Serviço Social), vol.2, 9ª ed., São Paulo. Cortez, 2011.

BERTUCCI, Ademar; LIMA, Claudia; *et al.* Economia Solidária: outra economia a serviço da vida acontece. In: **Campanha da fraternidade Ecumênica 2010**. Cartilha Economia Solidária. CONIC; FBES, 2010.

BEZERRA, Marcio Luís Soares; NEVES, Eduardo Borba. Perfil da Produção Científica em Saúde do Trabalhador. In: **Saúde e Sociedade**. v.19, n.2, (p.384-394). São Paulo, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, 1993.

_____. **Plano Plurianual 2004-2007**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília, 2003.

Disponível em:

<[http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallppa/41_\(menspresanexo\).pdf](http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallppa/41_(menspresanexo).pdf)>. Acesso em março de 2016.

_____. **Norma de Operação Básica do Sistema Único da Assistência Social NOB/SUAS**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2005.

BRASIL. **Sistema Único de Assistência Social**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2007.

_____. **Capacitação para implementação do Sistema Único de Assistência Social- SUAS e do Programa Bolsa Família- PBF**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome Consórcio IBAM. RJ. Unicarioca, 2008.

_____. **LOAS**. Anotada. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009.

_____. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009.

_____. **Norma Operacional Básica- NOB/SUAS**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social- PNA/2004. Brasília, 2005. Reimpresso em 2010.

_____. **Decreto nº 7.492**, de junho de 2011.

_____. **Caderno de Assistência Social**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2012.

_____. **Guia cursos FIC 2013**. Ministério de Educação. Disponível em: <http://PRONATEC.mec.gov.br/fic/pdf/2013_guia_cursosfic_port_899.pdf> (acesso em 08 de maio de 2015).

_____. **Guia de PRONATEC de Cursos FIC**. 3ª ed. Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <<http://PRONATEC.mec.gov.br/fic/>> (acesso em 15 de abril de 2015).

_____. **Intermediação de mão de Obra**. Brasil Sem Miséria. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. PRONATEC/Brasil Sem Miséria. Brasília, 2013. Disponível em:

<https://inclusaoprodutiva.files.wordpress.com/2013/08/cartilha_mao_de_obra-bsm-v-final.pdf> (acesso em 15 de abril de 2015).

_____. **Cartilha. Pronatec. Brasil Sem Miséria**, MDS, 2014. Disponível em: <<https://inclusaoprodutiva.org/PRONATEC/cartilhas>> (acesso em 02 de abril de 2015).

BRASIL. **Brasil Sem Miséria, 3 anos de resultados**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, junho, 2014, a. Disponível em: <<https://inclusaoprodutiva.files.wordpress.com/2014/07/caderno-de-graficos-bsm-3-anos.pdf>> (acesso em 05 de abril de 2015).

_____. **PRONATEC/Brasil Sem Miséria**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, agosto, 2014, b. Disponível em: <https://inclusaoprodutiva.files.wordpress.com/2013/08/cartilha_mao_de_obraePRONATEC_-148x21_2014-nova.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2015.

BRASIL. **PAC**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>> (acesso em 21 de maio de 2016).

_____. **Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavida.gov.br/sobre-o-programa.html>> (acesso em 21 de maio de 2016).

CAMPELLO, Tereza; MELLO, Janine. O Processo de Formulação e os Desafios do Plano Brasil Sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos (p.33-65). In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. (Orgs.). **O Brasil Sem Miséria**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª ed, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf> (acesso em 20 de fevereiro de 2016).

CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago. O Fim da Miséria é Só Um Começo (p. 793-822). In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. (Orgs.). **O Brasil Sem Miséria**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª ed, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf> (acesso em 20 de fevereiro de 2016).

CAPES. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>> (acesso em 18 de junho de 2016).

CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. In: **Serviço Social & Sociedade**, n.105, p. 131-145. São Paulo. Cortez, 2011.

CARNEIRO, Lucia Fattorelli. **O Plano Plurianual do governo Lula (2004-2007)**. 2003. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/09/O-Plano-Plurianual-do-governo-Lula-2004-2007.pdf>> (acesso em 01 de março de 2016).

CFESS. **Arquivos e deliberações**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf>> (acesso em 01 de junho de 2016).

COLIN, Denise R. A.; GONELLI, Valéria M. de M.; *eat al.* O Plano Brasil Sem Miséria e a Contribuição da Política de Assistência Social na oferta de Serviços para a Garantia de Necessidades Sociais Básicas (p. 349- 363). In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. (Orgs.). **O Brasil Sem Miséria**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª ed. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_se_m_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf> (acesso em 20 de fevereiro de 2016).

COSTA, Daiane. Não há vaga (para você). **O Globo**. 08 de maio de 2016. P.35.

COSTA, Patrícia V. da; *et al.* O Eixo de Acesso a Serviços e a Ação Brasil Carinhoso do Plano Brasil Sem Miséria (p. 261-287). In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. Da. (Orgs.). **O Brasil Sem Miséria**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª ed. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_se_m_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf>(acesso em 20 de fevereiro de 2016).

COSTA, P. V. da; MULLER, L. H; CARDOSO, M. M *et al.* A estratégia de inclusão produtiva urbana no Plano Brasil Sem Miséria (p. 289-321). In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. (Orgs.) **O Brasil Sem Miséria**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª ed. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_se_m_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf> (acesso em 20 de fevereiro de 2016).

COUTO, Berenice Rojas. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas; *eat al* (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 2010.

CRAVEIRO, Adriéli. V.; MACHADO, Jessica G.do V. C. A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social: uma discussão em torno desta questão. In: **Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina.GT7- Gênero e Trabalho. Londrina, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/jessica.pdf>> (acesso em 10 de maio de 2016).

CRUZ, Antônio Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária. In: Economia Solidária, vol.1. **Publicações UFF, RJ**, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>> (acesso em 2 de março de 2016).

DELGADO, Guilherme; JACCOUD, Luciana; NOGUEIRA, Roberto Passos. Seguridade Social: redefinindo o alcance da cidadania. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. In: **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Vinte Anos da Constituição Federal - N. 17, Volume 1. (p.17- 37). IPEA. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_17_vol01> (acesso em 30 de junho de 2016).

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. Capítulo 2. In: MINAYO, Maria C. de S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26ª ed. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2007.

DIEESE/CUT-NACIONAL. **Quem são os assistentes sociais no Brasil?** 2015, pdf. Disponível em <<http://www.fenas.org.br/documentos.aspx?id=66>> (acesso em 14 de junho de 2016).

DOCA, Geralda; NETO, João Sorima; SCRIVANO, Roberta. Emprego em queda livre. **O Globo**. 15 de abril de 2016. P.21.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs). **Trabalho e precarização social**. Caderno CRH, v. 24, n.spe 01, (p 37-57). Salvador, 2011.

FALCÃO, Tiago & COSTA, Patricia Vieira da. A Linha de Extrema Pobreza e o Público-alvo do Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. Da. (Orgs.). **O Brasil Sem Miséria**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª edição, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_se_m_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf> (acesso em 20 de fevereiro de 2016).

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. In: **Educação & Sociedade**. Ano XXIII, n. 79. (p. 257-272). UNICAMP, São Paulo, 2002.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Atores locais na implementação da política de qualificação profissional. São Paulo. In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 107. (p.438-460). São Paulo. Cortez, 2011.

FREITAS, Carlos Machado de. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. In: **Ciências & Saúde Coletiva**, n. 8 (1), (p. 137-150). RJ, 2003.

GALLO, A. R. *et al.* Incubadora de Cooperativas Populares: uma alternativa à precarização do trabalho. In: Economia Solidária. RJ. Vol.1. **Publicações UFF**. RJ, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>> (acesso em 02 de março de 2016).

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil**. Relatório Executivo. 2014. Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP). SEBRAE, 2014. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/gem%202014_relato%20rio%20executivo.pdf (Acesso em 01 de abril de 2015).

GOMEZ, Carlos Minayo & COSTA, Sonia M. da F. T. Incorporação das ciências sociais na produção de conhecimentos sobre trabalho e saúde. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, n.8, (p.125-136). Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, RJ, 2003.

GUERRA, Yolanda. A pós-graduação em serviço social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. In: **Revista Temporalis**. ABEPSS, ano 11, n.22, (p.125-158). Brasília (DF), 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 25ª ed. São Paulo. Edições Loyola, 2014.

HOBBSAWM, E. J. Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991. 2ª ed. Companhia das Letras São Paulo, 1995.

IAMAMOTO, Marilda, Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11ª ed. São Paulo. Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7ª ed. São Paulo. Cortez, 2012.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 40ª edição. São Paulo, Cortez, 2014.

IBGE. **Estatística, indicadores, trabalho e rendimento**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>. Acesso em 20 de outubro de 2015.

_____. **Serie e Estatística**. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=FDT222&t=taxadesocupacao-populacao-10-anos-mais>>. Acesso em 01 de março de 2016.

_____. **Emprego**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/emprego/default.asp?t=2&z=t&o=16&u1=26674&u3=26674&u4=26674&u5=26674&u6=26674&u2=26674>>. Acesso em 01 de maio de 2016.

_____. **Trabalho e Rendimento**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Fluxograma/2014/pme_201404fluxograma.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2016.

_____. **Estatística e indicadores**. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/tab26122005.shtm>. Acesso em 01 de março de 2016.

_____. **Séries e estatísticas pessoas com 15 anos**. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=FDT03&t=pessoas-15-anos-mais-idade-economicamente>> (Acesso em 01 de março de 2016).

_____. **PIB**. Disponível em: <<http://br.advfn.com/indicadores/pib>>. Acesso em 30 maio de 2016.

IPEA. **Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006. http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2006/cap7_politicas.pdf acesso em abril de 2016.

_____. **Políticas Sociais:** acompanhamento e análise (1995-2005). Edição especial n. 13. Brasília: IPEA, 2007.

_____. **Conselho Nacional e Economia Solidária.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/142-conselho-nacional-de-economia-solidaria/278-conselho-nacional-de-economia-solidaria>>. Acesso em 01 de março de 2016.

_____. **Desocupação população 10 anos mais.** Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=FDT222&t=taxa-desocupacao-populacao-10-anos-mais>>. Acesso em 03 de março de 2016.

_____. **Pessoas 15 anos PEA.** Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=FDT03&t=pessoas-15-anos-mais-idade-economicamente>>. Acesso em 01 fevereiro 2016.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: Economia Solidária. RJ. **Publicações UFF**. Vol.1. RJ, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>>. Acesso em 01 de março de 2016.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A formação via PNQ e inserção produtiva dos CRAS: a reposição empobrecida e emergencial da qualificação de trabalhadores. In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 106, (p.284-313). São Paulo, Cortez, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n106/n106a06.pdf>>. Acesso em 15 abril de 2016.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: **Revista Katálysis**, v. 10 n. esp. (p. 37-45). Florianópolis, 2007.

MANCE, Euclides André. **Fome Zero e Economia Solidária:** o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil. Instituto de Filosofia da Libertação: Editora Gráfica Popular. Curitiba, 2004.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In: **Manuscritos Econômico-Filosóficos. Terceiro Manuscrito.** Os Pensadores XXXV. Abril Cultural. São Paulo, 1974.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Boitempo. São Paulo, 2010.

_____. **O Capital. Crítica da Economia Política.** Livro I. O processo de produção do capital. Boitempo. 1ª edição. São Paulo, 2013.

MTE. Ministério do Trabalho Emprego e Renda. **Manual.** Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/casa_japao/isper_manual.pdf>. Acesso em 01 de março de 2016.

- MAZZOTTI, Alda Judith Alves-; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Revisão da Bibliografia**. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. 2ª ed. São Paulo. Pioneira, 2000.
- MENEZES, Francisco Antonio da F.; BRAIT-POPLAWSKI, Lucimara; ROVERS, Mariana M. S. Elementos do Sistema não Contributivo de Seguridade Social no Brasil: do plano Fome Zero ao plano Brasil Sem Miséria. In: **Análise 33. Seguridade social no Brasil**. IBASE. Stuttgart, julho 2012, (versão portuguesa). Disponível em: <https://www.brot-fuer-die-welt.de/fileadmin/mediapool/2_Downloads/Fachinformationen/Analyse/analyse_33_portugiesisch_Elementos_da_Seguridade_Social_no_Brasil.pdf>. Acesso em 01 de março de 2016.
- MINAYO, Maria C. de S. O desafio da pesquisa social. Capítulo 1. In: MINAYO, Maria C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 26ª ed. Ed. Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2007.
- MOTA, Ana Elizabete. Questão social e serviço social: um debate necessário. In: MOTA, A. E. (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4ª ed. São Paulo. Cortez, 2010.
- NERI, Marcelo; CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. Mercado de Trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações. In: **Texto para discussão Nº 743**. Rio de Janeiro. IPEA, julho de 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0743.pdf>. Acesso em 02 de março de 2016.
- NETO, Artur Bispo. Dialética e Ontologia em Hegel e Marx. In: **Revista Espaço Acadêmico**. N. 120. UEM, 2011. www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/ (Acesso em 26 de junho de 2016).
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5ª ed. São Paulo. Cortez, 2006.
- NUNES, Neuza Maria dos S. **Inserção produtiva e assistência social: caminhos para a inclusão?** Dissertação de Mestrado. PUC/RS. Porto Alegre, 2012.
- PAIVA, Cecília. Relações e tensões entre Programa Bolsa Família e o SUAS: A Apresentação dos Resultados de Pesquisas. In: **Em Foco**, nº. 5. RJ. Conselho Regional de Serviço Social, 2009.
- PEDROSO, Márcia Naiar C. A Formação do Novo Trabalhador Frente à Reestruturação do Trabalho e da Produção. In: **Sociedade em Debate**, n 13 -1 (pg.121-137). Pelotas, 2007.
- POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo. Boitempo, 2001; 2ª reimpressão 2005.

SANTANA, Vilma Souza. Saúde do trabalhador no Brasil: pesquisa na pós-graduação. In: **Revista Saúde Pública** n. 40(N Esp), (p.101-11) UFBA, Salvador, 2006.

SALAZAR, Silvia Neves. Economia Solidária: possibilidade de construção de uma nova sociedade? Trabalho e direitos sociais. In: **O Social em Questão**. Vol. 12, n.12. PUC- RIO, 2004.

SEBRAE. **Empreendedorismo**. Disponível em: < <http://www.SEBRAE.com.br>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

SERRA, Rose. A política pública de emprego, trabalho e renda –sentido e repercussões sociais. Pelotas. In: **Sociedade em Debate**, n.16, (p. 87-109). UCPel, 2010. Disponível em: <revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/675/599>. (acesso em 02 de março de 2016).

SILVA. Sheyla Suely de Souza. Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. In: **Serviço Social & Sociedade**. N.113, (p.86-105). São Paulo. Cortez, 2013.

SOUZA. Fátima Valéria Ferreira de. Assistência social e inclusão produtiva: algumas indagações. In: **O Social em Questão**. Ano XVII. N. 30, (p 287- 298). PUC/RIO, 2013.

SOUZA, José dos Santos. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. In: SOUZA (Org). **Trabalho, Qualificação e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil. In: **Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO. Brasília, 2009.

STF. **Legislação Anotada**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoLegislacaoAnotada/anexo/constituicao.PDF>>. (acesso em 01 de março de 2016).

STAMPA, Inez Terezinha. Transformações recentes no “mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros. In: **Revista Em Pauta**. N30. Vol 10 (p.35-60). Rio de Janeiro, 2012.

TAUILE, José Ricardo; DEBACO Eduardo Scotti. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. In: Economia Solidária. RJ. **Publicações UFF**, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>> (acesso em 03 de março de 2016).

VIEIRA, Evaldo Amaro. Políticas sociais e direitos sociais no Brasil. In: **Comunicação & Educação**. N.191, (p.13-17). São Paulo. USP, 1997. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36299/39019>> (acesso 16 de março de 2016).

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. In: **Serviço Social & Sociedade**. N. 110, (p. 288-322). São Paulo. Cortez, abr./jun. 2012.

Sites pesquisados

<https://inclusaoprodutiva.org/PRONATEC/cartilhas/> (acesso em 02 de abril de 2015).

<http://PRONATEC.mec.gov.br/fic/> (acesso em 15 de abril de 2015).

http://PRONATEC.mec.gov.br/fic/pdf/2013_guia_cursosfic_port_899.pdf (acesso em 08 de maio de 2015).

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm> (acesso em 20 de outubro de 2015).

<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=FDT03&t=pessoas-15-anos-mais-idade-economicamente> (acesso em 01 fevereiro 2016).

<http://www.SEBRAE.com.br> (acesso em fevereiro de 2016).

<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=FDT03&t=pessoas-15-anos-mais-idade-economicamente> (acesso em 01 de março de 2016).

<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=FDT222&t=taxa-desocupacao-populacao-10-anos-mais> (acesso em 01 de março de 2016).

http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/ab26122005.shtm (acesso em 01 de março de 2016).

<http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/142-conselho-nacional-de-economia-solidaria/278-conselho-nacional-de-economia-solidaria> (acesso em 01 de março de 2016).

http://www3.mte.gov.br/casa_japao/isper_manual.pdf (acesso em 01 de março de 2016).

<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoLegislacaoAnotada/anexo/constituicao.PDF> (acesso em 01 de março de 2016).

<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf> (acesso em 01 de março de 2016).

<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=FDT222&t=taxa-desocupacao-populacao-10-anos-mais> (acesso em 03 de março de 2016).

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/emprego/default.asp?t=2&z=t&o=16&u1=26674&u3=26674&u4=26674&u5=26674&u6=26674&u2=26674> (acesso em 01 de maio de 2016).

ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Fluxograma/2014/pme_201404fluxograma.pdf (acesso em 01 de maio de 2016).

<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> (acesso em 21 de maio de 2016)

<http://www.minhacasaminhvida.gov.br/sobre-o-programa.html> (acesso em 21 de maio de 2016).

<http://br.advfn.com/> (acesso em 30 maio de 2016).

<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/> (acesso em 01 de junho de 2015).

<http://www.cfess.org.br/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf> (acesso em 01 de junho de 2016).

<http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira> (acesso em 18 de junho de 2016).